UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
MESTRADO ACADÊMICO EM HISTÓRIA

ANA FLÁVIA GOES MORAIS

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE LUIZA TÁVORA NA POLÍTICA CEARENSE – 1962-1966

FORTALEZA
2011

ANA FLÁVIA GOES MORAIS

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE LUIZA TÁVORA NA POLÍTICA CEARENSE – 1962-1966

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Área de Concentração: História e Culturas.

Orientadora: Prof.ª Dra. Lucili Grangeiro Cortez.

FORTALEZA
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Estadual do Ceará
Biblioteca Central Prof. Antônio Martins Filho

M827r Morais, Ana Flávia Goes

As representações sobre Luiza Távora na política cearense – 1962-1966 / Ana Flávia Goes Morais. – 2011.

116 f. : il. color., enc. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Centro de Humanidades, Curso de Mestrado Acadêmico em História, Fortaleza, 2011.

Área de Concentração: História e Culturas.

Orientação: Profa. Dra. Lucili Grangeiro Cortez.

1. Política cearense – Luiza Távora – 1962-1966. 2. Mito. 3. Representação – Luiza Távora – 1962-1966. 4. Primeiro-Damismo (Ciência Política) – Ceará – 1962-1966. I. Título.

CDD: 981.31063

ANA FLÁVIA GOES MORAIS

AS REPRESENTAÇÕES SOBRE LUIZA TÁVORA NA POLÍTICA CEARENSE -1962-1966

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Acadêmico em História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História.

Aprovado em ____/ ____/ ____

BANCA EXAMINADORA

_____

PROFA. DRA. LUCILI GRANGEIRO CORTEZ
ORIENTADORA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

_____

PROF. DR. JAKSON ALVES DE AQUINO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

_____

PROF. DR. JOÃO RAMERES REGIS
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ

A meus pais por acreditarem no meu sonho. E a Luís Denilson que o incentivou a ir além do imaginado.

AGRADECIMENTOS

Certas pessoas marcam nossa vida para sempre, umas porque nos vão ajudando na construção, outras porque nos apresentam projetos de sonho e outras ainda porque nos desafiam a construí-los. Agora, gostaria de agradecer a todos que participaram da construção desse trabalho.

A minha família, Roberto, Ednilce, Flávio e Francilton que sempre acreditaram em meu potencial e incentivaram novos desafios mesmo diante das dificuldades no percurso.

A Luís Denílson de Sousa, companheiro que nesse período me ensinou a viver com mais leveza e compartilhou momentos de alegrias.

Aos colegas que ingressaram do Curso de Mestrado em História da Universidade Estadual do Ceará, turma 2009, pelo apoio que dispensaram durante essa caminhada. Alex, Jucilane, Karla, Felipe, Vilarim, Camila, Raimundo, Ana Luiza, Letícia, Raquel e Roberta agradeço pelas gargalhadas ao fim das aulas, as conversas de corredor e mesmo em momentos de lazer que ajudaram na conclusão desse trabalho. Agora com a finalização da dissertação cada um segue um caminho, mas ficam aqueles que mesmo longe transmitem energias positivas diante das vitórias alcançadas.

Às queridas amigas Antônia Ferreira da Ponte Neta e Claudene da Silva Soares Jerônimo, pelo convívio, compreensão e amizade.

A Professora Dra. Lucili Grangeiro Cortez pelo apoio e estímulo tornando possível a conclusão desta dissertação. Mais que uma orientadora uma amiga que compreendeu as dificuldades do caminho e auxiliou para concretização do trabalho.

Aos professores do Mestrado Acadêmico em História (MAHIS) Dr. Francisco José Gomes Damasceno, Dr. Antônio de Pádua Santiago de Freitas, Prof. Ms. Gleudson Passos Cardoso, Prof. Ms. Gledson Ribeiro de Oliveira e Dr. Francisco Carlos Jacinto pela atenção e incentivos constantes durante essa empreitada.

Aos professores Dr. Jackson Alves de Aquino e Dr. João Rameres Regis que aceitaram participar da banca avaliadora e que anteriormente em momentos diversos ajudaram na melhoria do trabalho.

Aos funcionários Prof. Francisco Assis Sousa Mota e Liduína Queiroz de Vasconcelos do Arquivo Público do Estado do Ceará, que estiveram sempre disponíveis durante a pesquisa no Acervo de Virgílio Távora.

Ao Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES financiadora deste curso.

Sinceros Agradecimentos.

RESUMO

A presente pesquisa tem por foco a trajetória de Luíza Távora no período de 1962 a 1966, enquanto esposa de um homem público e governante, que assumiu função no Governo Federal e Estadual, no qual na sua atuação apresentava aspectos modernizantes, porém com hábitos tradicionais do clientelismo e assistencialismo. Trata-se de um estudo no campo da História Política cujo objetivo central é compreender a dinâmica da atuação de Luíza Távora no meio político em que estava inserida, suas relações com outros sujeitos históricos e também analisar as formas utilizadas para alcançar os objetivos políticos desejados pelo grupo. Para isso, a partir do mito da mãe provedora, fortalecido na sua atuação no primeiro-damismo, o conceito de representação é um dos elementos que auxiliam na compreensão do papel da personagem.

Palavras-chave: Política, Mito, Representação, Primeiro-Damismo.

ABSTRACT

This research focuses on the trajectory of Luiza Tavora during the period from 1962 to 1966, while she was the wife of a public man and ruler, who took over function at the Federal Government and State, in which in its performance presented aspects modernising, aspects but with traditional habits of patronage and philanthropy. It is a study in the field of Political History whose central goal is to understand the dynamics of the activities of Luiza Tavora in the political arena in which she was inserted, her relations with other historical subjects and also analyze the forms used to achieve the political objectives desired by the group. For this reason, from the myth of the mother provider and strengthened in their performance in the first-damismo, the concept of representation is one of the elements that help in understanding the role of the character.

Keywords: Politics, Myth, Representation, first-damismo.

LISTA DE FIGURAS

IMAGEM 1	Reunião de Senhoras Cearenses no Rio de Janeiro	51
IMAGEM 2	Capa do Plano de Bem Estar Social do Governo do Estado do Ceará.	56
IMAGEM 3	Luiza Távora cumprimentando crianças na Lagoa Funda.	71
IMAGEM 4	Visita de Luiza e Virgílio Távora a construção do CEMAPROS Pirambu.	72
IMAGEM 5	Lavanderia do CEMAPROS – Folheto “A Grande Solução”	73
IMAGEM 6	Virgílio Távora e família na Rádio Assunção.	81
IMAGEM 7	Virgílio e Luiza Távora, Dom Delgado em uma reunião na Parangaba.	85
IMAGEM 8	Telegrama enviado por Virgílio Távora a Luiza Távora	89
IMAGEM 9	Visita de Luiza Távora ao Pirambu durante as enchentes.	91
IMAGEM 10	Luiza Távora em evento militar.	92
IMAGEM 11	Luiza Távora na Colônia dos Hansenianos.	93
IMAGEM 12	Inauguração da Energia vinda de Paulo Afonso em Fortaleza.	96
IMAGEM 13	Missa em Ação de Graça pelo aniversário da Revolução de 1964.	98

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS 09

INTRODUÇÃO 11

PARTE 1 - "ESCREVO NA QUASE CERTEZA DE SER ATENDIDO" – O MITO DA GRANDE MÃE 22

1. Escrita de estranhos, formas de aproximação. 23

2. "Amiga Luiza, resolva o caso do nosso amigo... Tome o máximo interesse..." – O uso dos intermediários e as resoluções. 32

3."Ainda continuo a vossa espera, pois tenho certeza que a senhora não me esquecerá e que me fará esta caridade." - Remetentes reincidentes e cartas cheias de (des)esperança. 36

PARTE 2 - VIDA DE PRIMEIRA DAMA – AS REPRESENTAÇÕES E AS "OBRIGAÇÕES" DO OFÍCIO 42

4. Legião Brasileira de Assistência – O lugar do Primeiro-Damismo 43

5. Legião Brasileira de Assistência e o Plano de Bem-Estar Social do Governo do Estado do Ceará 55

6. Centros Maternais Profissionais – "A experiência mais notável" 63

7. As "obrigações" do ofício: "Desde cedo aprendi a amar os desfavorecidos da sorte" 78

8. **"**Quando não se pode fazer o que se deve, deve-se ao menos fazer o que se pode, parados é que não podemos ficar." Luiza Távora com novas posturas. 84

9. "Só muita reza para o casal aguentar..." Luiza Távora e as inaugurações. 96

CONCLUSÕES 102

FONTES 104

BIBLIOGRAFIA CITADA 110

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA 114

INTRODUÇÃO

O interesse em trabalhar com mulher e política surgiu durante o curso de História ao pesquisar no Arquivo de Virgílio Távora[1] as correspondências trocadas entre os moradores do Pirambu[2] e o Coronel Virgílio Távora (VT). Durante a realização deste trabalho percebe-se a apropriação do discurso oficial por parte dos moradores e as táticas utilizadas para obtenção de benefícios, como também a mediação de Luíza Távora (esposa de VT) junto às comunidades carentes.

Algumas indagações persistiram e, no levantamento de fontes hemerográficas e nas arquivadas, no Acervo de Virgílio Távora foram encontrados indícios de como Luíza Távora atuava nas entrelinhas do projeto político do marido. Enquanto este mantinha a harmonia no jogo político com adversários e coligados, Luíza realizava trabalhos junto às camadas carentes. Dessa forma, os dois atingiam dois grupos sociais diferentes que solicitavam demandas distintas e ainda, mantinham uma imagem positiva do trabalho realizado.

A presente investigação trata da trajetória de Luiza Távora no período de 1962 a 1966, analisando sua atuação no meio político. Para isso é necessária a compreensão do papel da mulher como esposa de um homem público, as estratégias utilizadas para atingir os objetivos desejados e o aparato que dava suporte à sua ação. Além disso, são analisadas as representações que foram sendo criadas a partir de documentos oficiais, folhetos e materiais da imprensa na época.

Luiza Silva de Moraes Correia nasceu em Fortaleza no dia 01 de julho de 1923. Filha de Luiz de Moraes Correia, professor da Faculdade de Direito do Ceará e de Esmerina Silva Correia, filha de uma abastada família do Estado do Piauí. Casou-se em 1953 com o Coronel Virgílio de Moraes Fernandes Távora com quem teve os filhos Carlos Virgílio e Maria Tereza. A partir do casamento seu nome mudou para Luiza Moraes Correia Távora.

---

[1] Sob custódia do Arquivo Intermediário do Estado.

[2] Pirambu bairro localizado na Zona Oeste de Fortaleza, à beira-mar que fica a 3 km do centro da cidade e desde sua origem atrai pessoas de várias localidades do Estado, alguns retirantes da seca, outros a procura de emprego e melhores condições de vida.

O recorte se justifica por se tratar de dois momentos distintos de sua vida, pois em 1962 seu esposo era Ministro da Viação e Obras Públicas, momento em que Luiza não aparecia na imprensa ou eventos políticos, mas recebia cartas de várias cidades do Ceará com pedidos variados. E, nos anos de 1963 a 1966, quando seu marido foi eleito Governador e se tornou "Primeira-Dama" do Estado do Ceará e atuou como presidente da Legião Brasileira de Assistência (LBA), passando a ter um aparato da imprensa para divulgação de suas ações.

A História Política tradicional que concentrava sua atenção em alguns personagens de prestígio esquecendo-se de fazer relação com outros existentes, dessa forma ficou desacreditada por alguns autores. Para René Remond, a História Política tradicional

> ...permanecia uniformemente narrativa, escrava do relato linear, e no melhor dos casos, só temperava a mediocridade de uma descrição submetida à cronologia pelo talento eventual do autor, que fazia com que sua obra se aparentasse mais com a literatura que com o conhecimento científico[3].

Com a renovação da História Política os estudos realizam a integração de todos os atores existentes, mesmo os mais modestos, perdendo assim seu caráter elitista e individualista. E assim, aqueles personagens antes excluídos participam da História Política, embora não estejam em cargos eletivos, como Luiza Távora, esposa de uma liderança política, mas agem de forma discreta e colaboram com uma cultura política existente.

A importância desse novo olhar na política revela personagens que antes permaneciam esquecidos, mas colaboravam para que as articulações políticas atingissem seus objetivos. No caso de Luiza Távora, percebe-se o papel da mulher de um homem público que tinha a sua relevância, pois existiam comportamentos determinados para uma mulher e a manutenção destes garantia a relação entre o público e o privado.

Ao pesquisar sobre esta personagem tem-se o objetivo de compreender sua trajetória no meio político, através do desempenho do papel de mediadora passiva, como esposa de um homem público, até se tornar uma peça importante como

[3] REMOND, René (Org.). **Por uma História Política.** Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996. p. 17

coadjuvante no jogo político cearense, envolvendo-se com as comunidades menos favorecidas, fazendo a ligação entre estas e o poder público.

Para isso, é necessário responder aos seguintes questionamentos: como Luiza Távora iniciou sua mediação entre o público e o privado? O que era esperado da atuação da mulher naquele momento? A partir do primeiro governo de Virgílio Távora quando Luiza se tornou primeira-dama, qual o posicionamento assumido, os trabalhos elaborados? Como a imprensa vinculada ao governo projetava a imagem de Luiza?

A partir da análise das fontes entende-se a atuação de Luiza em relação ao conceito de mito, o qual segundo Mircea Eliade tem diversas funções:

> ...conta uma história sagrada; relata um acontecimento que teve lugar no tempo imemorial, o tempo fabuloso dos começos. Em outros termos, o mito conta como uma realidade chegou à existência, quer seja a realidade total, o cosmos, ou apenas um fragmento: uma ilha, uma espécie vegetal, um comportamento ou uma instituição.[4]

O mito da mulher de um governante remonta à filantropia, à caridade. E a partir das correspondências enviadas a Luiza Távora, suas intencionalidades e funções sociais é possível elucidar como as representações sobre o papel da mulher de um homem público vão sendo cristalizadas e se renovam de acordo com necessidades dos missivistas.

Para Boechat tais formas de pensar estariam relacionadas com o arquétipo da “Grande mãe”, uma mulher poderosa e doadora, pois se tratam de estruturas básicas da mente humana, conteúdos do “inconsciente coletivo” que se constroem independentemente de raça ou origem cultural.[5]

Jung lembra que os arquétipos são conteúdos inconscientes que se modificam através da conscientização e percepção, além disso, tratam de tipos arcaicos, ou melhor, primordiais, isto é, de imagens universais que existiram desde os tempos remotos[6].

---

[4] ELIADE, MIRCEA. **Mito e Realidade**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1991. p. 11

[5] BOECHAT, Walter (Org). **Mitos e arquétipos do homem contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. p. 23-4

[6] JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo.** Trad. Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p.16

Em algumas correspondências os remetentes vinculam a imagem de Luiza Távora à de uma santa, aquela que intercede, embora os benefícios solicitados não pertençam a Luiza, mas como ela ocupa o lugar de mediadora, em alguns momentos será através dela que o Estado concederá os benefícios, apesar de que no ano de 1962 não esteja vinculada a nenhuma instituição pública.

A figura de Luiza como o mito da "Grande mãe" vai ser aprofundada também quando assume a função de primeira-dama, ao se constatar sua existência no imaginário popular e como é utilizado politicamente.

No imaginário popular estavam as representações criadas tanto por missivistas como pela imprensa vinculada a Virgílio Távora. Chartier explana que as representações *são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam*[7]*.* Dessa forma, tanto os remetentes como os periódicos relatavam aquilo que de alguma forma beneficiaria aos dois lados, pois em seus discursos a imagem de mãe caridosa era recorrente, lembrando que o papel de uma esposa de homem público exigia tal postura, além de tratar-se de qualidades inerentes às mulheres.

A passagem da representação mítica para institucionalizada ocorreu a partir de 1963 quando Virgílio Távora foi eleito para Governador do Estado, e Luiza assumiu a Legião Brasileira de Assistência (LBA) que foi a primeira entidade de assistência social patrocinada pelo Estado brasileiro criada em 1942 por Darcy Vargas e, a partir de seu surgimento ocorre uma divisão nas tarefas políticas entre governantes e suas esposas. Não foi diferente com Luiza e Virgílio Távora, pois o marido assumia a administração do Estado a partir de 1963 e a condução dos negócios de política partidária, quando sua mulher se encarregava da assistência social. No caso de Luiza Távora ocorreu a inovação do controle da estrutura da assistência social do Estado, inserido no projeto político do marido.

Ressalte-se que a assistência social nos governos anteriores funcionava como uma atividade não sistematizada dentro da administração pública, sendo efetivada em época de calamidades, como as secas e estiagens, com objetivo de distribuir alimentos, abrigos ou concessão de passagens para os atingidos voltarem para suas cidades de origem.

---

[7] CHARTIER, Roger. **A História Cultural**; entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990., p. 17.

Em relação à assistência à pobreza tinha-se a forte presença da Igreja Católica, que trabalhava com recursos "financeiros de terceiros ou com subvenções do governo." As intervenções do primeiro governo de Virgílio Távora na Assistência Social foram inovadoras nesse aspecto, pois o Estado passou a deter a hegemonia do processo, superando a estrutura da Igreja[8].

Ao analisar a presença feminina na política brasileira na segunda metade do século XX, Avelar afirma que, apenas a partir do pós-guerra, o maior acesso da mulher à educação superior e ao mercado de trabalho alterou sua atuação no grupo familiar, e também na política. Isso se processou de formas diferentes. Nos partidos políticos tidos como mais à esquerda e nas regiões mais desenvolvidas do Brasil, observou-se maior autonomia política da participação feminina. No período de redemocratização pós-45, a participação feminina na política também se processou como uma linha auxiliar das carreiras do pai ou marido[9].

A produção historiográfica acerca do tema mulher e política vem crescendo nos últimos anos e, entre as perspectivas adotadas, está a análise da participação das mulheres nos movimentos sociais, sindicais e partidários[10].

A respeito do "primeiro-damismo" alguns trabalhos no Brasil tratam do assunto, como o de Iraildes Torres *As Primeiras-Damas e a Assistência Social – Relações de gênero e Poder,* o qual objetiva compreender o papel da Primeira Dama sob a perspectiva de gênero, observando as relações de poder, mas

[8] ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora:** O Coronel modernizador do Ceará. Tese de doutorado – programa de Pós Graduação em Sociologia, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 2006

[9] AVELAR, Lúcia. **Mulheres na Elite Política Brasileira.** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

[10] Sobre participação nos movimentos sociais, sindicais e partidários destacam-se: GIULIANI, P. C. Silenciosas e combatidas: a contribuição das mulheres na estrutura sindical no nordeste, 1976-1986. In: COSTA, A., BRUSCHINI, C. **Rebeldia e submissão:** estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice, 1989; PINTO, C.R.J. **Movimentos Sociais**: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, A. de O., BRUSCHINI, C. (Org.) **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

entendendo que tais mulheres não são totalmente manipuladas pelo poder local, mas constroem espaços e atuam sem uma absoluta subalternidade.[11] Pode-se destacar que este foi o primeiro trabalho realizado no Brasil sobre o tema, através da atuação de três ex-primeiras-damas do Estado do Amazonas e assistentes sociais que trabalharam no mesmo período, enfocando as subjetividades dessas mulheres que ocuparam um lugar comum no plano da ação social entre os anos de 1959 e 1994.

Já a historiadora Ivana Simili, em seu livro *Mulher e Política: a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945),* enfoca a trajetória da primeira-dama, Darcy Vargas, esposa de Getúlio Vargas, para examinar a relação estabelecida por uma mulher de homem público e governante com a política. A partir de sua pesquisa podem ser observados indícios da criação de um modelo de participação para as primeiras-damas na política, ligando o social ao governo[12].

Nessa pesquisa, Simili utiliza documentos que tratam da atuação de Darcy Vargas, o que presenciou e o que criou. Agia de forma silenciosa, mas permitia que suas ações fossem mostradas. Já no trabalho de Torres, que entrevistou as ex-primeiras-damas e assistentes sociais, conseguiu-se perceber um pouco do vivido por essas mulheres e como elas viam o lugar em que estavam.

Um dos problemas encontrados por aqueles que estudam a atuação das mulheres na política está na quantidade desigual dessas personagens no cenário nacional em relação aos homens e, além disso, há dificuldade no acesso às fontes de pesquisa que permitam conhecer e analisar suas experiências no passado. Ainda pode-se citar que, na maioria dos casos, os trabalhos encontrados estão relacionados à participação em cargos eletivos.

A investigação de Costa, *As donas no poder: mulher e política na Bahia* desvela as tramas do jogo do poder e o papel desempenhado pela mulher na política, suas formas de atuar e de se relacionar com o poder, a família e o

---

[11] TORRES, Iraildes Caldas. **As Primeiras-Damas e a assistência social:** relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002. p. 21-22

[12] SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e Política:** a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

feminismo[13]. O trabalho é desenvolvido a partir da análise do poder local, identificando a participação da mulher no Executivo e Legislativo municipal e, para isso, decifra os laços desse jogo político e o preconceito existente nos partidos políticos, o que é maior do que no meio do eleitorado.

No Ceará, Irlys Barreira reuniu alguns artigos no livro *Imagens Ritualizadas. Apresentação de Mulheres em cenários políticos e eleitorais,* [14]no qual analisa as mulheres em cargos eletivos, investigando símbolos, discursos e valores que permeiam sentimentos e práticas que caracterizam o desempenho de papéis em outras esferas da vida social, ligadas ao "mundo privado". O livro contém a pesquisa sobre candidatas em campanhas eleitorais municipais de Fortaleza, Natal, Maceió e em Coyoacán - México, valorizando a relação entre campanhas políticas e valores presentes na vida social.

Os trabalhos citados contribuem para os estudos sobre mulheres, sobretudo, em relação à participação no espaço público ligado a política, porém apresentam suas personagens em campanhas eleitorais ou na atuação como primeiras-damas, deixando lacunas quanto a situações anteriores, ou seja, como essas mulheres foram se engajando no meio político até chegarem a participar efetivamente dele.

O propósito de seguir os passos de Luiza Távora, percebendo sua atuação no meio político, foi dificultado devido às poucas informações encontradas no Acervo de Virgílio Távora, no Arquivo Público do Estado do Ceará. Os traços dessa trajetória foram construídos juntamente com uma biografia[15] e alguns relatos de entrevistas em trabalhos acadêmicos, sempre em pequenos trechos, os quais dão maior ênfase aos trabalhos do marido.

Na documentação do Acervo de Virgílio Távora foram pesquisadas correspondências, ofícios, recortes de jornais e fotografias que evidenciaram a participação política de Luíza Távora. Através das correspondências foram identificadas as representações sobre o papel atribuído a Luiza como mediadora,

---

[13] COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder**. Mulher e Política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA – Assembléia Legislativa da Bahia. 1998.
[14] BARREIRA, Irlys. (org.) **Imagens Ritualizadas**. Apresentação de mulheres em cenários eleitorais. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.
[15]BARRETO, Maria Adelaide Fléxa Daltro. **Luíza Távora**, **uma legenda**. Fortaleza: Ed. ABC, 2000.

tanto para pessoas anônimas como para seus conhecidos, com o objetivo de obter benefícios do poder público em forma de favores, empregos e transferências de cargos públicos.

Ao se analisar as cartas e outras anotações podem ser identificadas inúmeras relações existentes entre remetentes e destinatários. Nesse sentido, o trabalho da professora Giselle Venâncio orienta a metodologia na análise dessas fontes, pois segundo ela:

> Uma carta expressa mais do que o texto que ela contém. Sua materialidade denota a condição de sua redação, a análise da trajetória e a identificação de seu(s) destinatário(s) – se individual, institucional ou familiar – permitem a compreensão dos mecanismos de sua circulação, e sua presença num arquivo, isto é, o conhecimento de gestos em prol da conservação, deixa entrever os critérios que definiram a sua importância. [16]

Assim, ao trabalhar com as correspondências foram identificados os remetentes, que na maioria dos casos eram pessoas da periferia de Fortaleza; o destinatário, Luíza Távora e, em algumas ocasiões, as cartas eram endereçadas à sua irmã Nícia Marcílio, esposa de Flávio Marcílio, político da época. Os assuntos estavam relacionados a pedidos de emprego, com ou sem intermediários; promoções, transferências e nomeações. Essas informações fornecem pistas que ajudam a compreender a atuação de Luiza Távora enquanto esposa de um homem público, quais as representações sobre seu papel, bem como o contexto no qual foram produzidas tais fontes.

Outro ponto importante de ser observado são as formas de tratamento utilizadas, pois elas denotam a proximidade ou não entre remetente e destinatário. Ao se trabalhar com as fontes, percebe-se através da leitura das cartas, a hierarquia entre remetente e destinatário, mesmo que esta seja quebrada na despedida, depois das cobranças feitas.

Foram trabalhados também, como fonte de pesquisa alguns artigos publicados em *O Povo* já que neste jornal Virgílio Távora conseguia maior divulgação de suas ações governamentais, pois através do tráfico de influência conquistava seus proprietários e repórteres.

---

[16]VENÂNCIO, Giselle Martins. **Presentes de papel:** cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n.28, 2001. p. 09

Segundo Nunes, tratava-se de uma relação estreita em que trocas de favores se estabeleciam e dessa forma, as notícias sobre VT e Luiza na maioria dos casos eram favoráveis.[17] Seu trabalho tem o intuito de analisar as relações entre Estado e Imprensa, desvelando o papel do Jornal "O Povo" no projeto político de Virgílio Távora, suas vinculações, o posicionamento dos profissionais da imprensa, o comportamento do jornal em relação às correntes políticas divergentes de VT. Além disso, capta as mudanças desse posicionamento nos seus dois governos, nos anos de 1963-1966 e 1979-1982, contextos diferentes e consequentemente, formas de ação modificadas.

Também foram realizadas pesquisas no jornal O Estado, o qual no período de 1960 a 1962 denunciava o "empreguismo" no Ministério da Viação, mas no fim do ano de 1962 passou a apoiar Virgílio Távora para Governador do Estado[18].

Outro periódico pesquisado foi o Jornal *O Nordeste* que possuía ligação com a Igreja Católica e apoiava o trabalho de Luiza Távora nas comunidades carentes.

Em relação à estrutura, o trabalho está dividido em duas partes: na primeira é analisada a atuação de Luiza Távora enquanto esposa do Ministro da Viação e Obras Públicas (1961-1962), através das correspondências recebidas de várias cidades do Estado do Ceará, em sua maioria de Fortaleza. As demandas solicitadas, o contexto vivido e os atores envolvidos são outros pontos enfocados para compreender como Luiza atuou diante da cultura política existente no período.

E, para apreender tal cultura se recorreu à noção de "cultura política" que abrange linguagens, ritos, ideais, projetos e práticas políticas dos indivíduos e famílias, incluindo grupos variáveis da sociedade. Seus atores coletivos e individuais estabelecem usos mais ou menos conscientes da história conforme as demandas de sua própria época[19].

---

[17] NUNES, Márcia Vidal. **Imprensa e poder:** O Jornal O Povo" durante os dois governos de Virgílio Távora (1963-1966 e 1979-1982). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991. p. 67.

[18]"União pelo Ceará" foi um bloco em que Parsifal Barroso comandou a formação e que uniu os partidos Partido Social Democrata (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN) em torno da candidatura de Virgílio Távora.

[19] SOIHET, Rachel... [et al.]. **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

Portanto, busca-se compreender como se desenvolveu a atuação da mulher do homem público para entender o papel que esperavam dela, como ela era vista e as formas de aproximação que criavam para obtenção dos benefícios desejados. Além disso, como agiam outros sujeitos históricos nesse jogo, tais como os intermediários que ajudavam apadrinhando pessoas próximas para garantir *status* e a lealdade que poderia ser cobrada posteriormente.

Também foi analisado o "clientelismo" por se tratar de uma relação entre atores políticos ao envolver concessão de benefícios públicos, como cargos públicos e isenções de impostos em troca de apoio político. Para José Murilo de Carvalho o clientelismo varia de acordo com o momento, dependendo dos recursos controlados por aqueles com cargos eletivos ou ligados aos poder público e com algum tipo de ligação com ambos.[20]

Para reflexão sobre os sujeitos envolvidos a partir o conceito de "apadrinhamento" de Peter Burke compreende-se como os relacionamentos pessoais entre indivíduos desiguais ocorrem e beneficiam a vários grupos, desde o padrinho, o afilhado, os mediadores e o grupo político como um todo. O autor lembra que os padrinhos além de oferecerem benefícios aos afilhados constroem recursos simbólicos, pois, se atenderem às solicitações, criam redes clientelísticas que retribuem em momentos posteriores, os favores devidos[21]

Na segunda parte tem-se a análise da participação dessa "primeira-dama" do Estado, no período de 1963 a 1966 com Virgílio Távora como Governador do Estado do Ceará, quando podem ser percebidas as mudanças no perfil de suas práticas, pois nesse momento ela se encontra à frente da LBA, uma instituição estatal e contando com o apoio do esposo, para um maior trabalho assistencialista. Nesse período também são analisadas as formas de mobilização criadas por Luiza Távora para arregimentar as mulheres da sociedade para trabalhos e ações envolvendo a sociedade civil. Salienta-se , o uso da imprensa para divulgação dos trabalhos de Luiza Távora junto à LBA, seus engajamentos e como o governo estadual se articula na criação das representações sobre a primeira-dama.

---

[20] CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** Uma discussão conceitual. Dados – Revista de Ciências Sociais. V. 40 n. 2. Rio de Janeiro, 1997. p. 3

[21] BURKE, Peter. **História e Teoria Social.** Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002

Na conclusão é discutida a participação de Luiza Távora no meio político, ressaltando-se as mudanças de comportamento no decorrer de sua trajetória e as consequências de tais ações para a atuação do esposo como governador.

PARTE I

"ESCREVO NA QUASE CERTEZA DE SER ATENDIDO [22]"
O MITO DA GRANDE MÃE

[22] Carta enviada a Luiza Távora por Arialdo Silva em 10 Mai. 1962.

1. Escrita de estranhos, formas de aproximação.

Logo depois da nomeação de Virgílio para o Ministério da Viação e Obras Públicas em 1962, toda a família se transferiu para o Rio de Janeiro, mas existia uma base de apoio em Fortaleza, pois algumas correspondências eram endereçadas à residência do casal no Ceará, outras ao apartamento no Rio de Janeiro. Nesse primeiro momento, antes da eleição para Governador do Estado, todas as cartas eram respondidas e aquelas em que os pedidos eram atendidos tinham indicações no corpo do texto da carta. Depois que seu marido assumiu o governo do Estado, Luíza não enviava mais a resposta para os remetentes, mas, de acordo com a demanda, anotava o encaminhamento necessário.

Nessa troca de correspondências pode-se perceber um discurso cujo conteúdo indiciava os poderes de seus participantes, remetentes e destinatários, pois ao escreverem para a esposa de um Ministro, os remetentes entendiam que tal intervenção lhes traria benefícios. Segundo Ribeiro, "O Ministério dirigido por Virgílio era o maior daquele tempo, pela capacidade de mobilização de que dispunha, e a amplitude de poder de barganha política em função do volume de cargos e obras que controlava no País"[23].

Os remetentes, em muitos casos, relatavam que sempre votaram nos membros da família Távora. Dessa forma, tanto Luíza como os remetentes estabeleciam relações de poder para igualmente interagirem de forma que as vantagens atingissem a todos.

Através de uma epístola endereçada a Luiza Távora, junto com um bloco de vinte cartas enviadas por remetentes de várias cidades, no período de maio a junho de 1962, identifica-se a existência de um funcionário que lia as cartas e preparava as respostas. Em alguns casos, quando não conhecia o remetente ou não era um personagem conhecido e necessitava de uma resposta mais específica, ele solicitava ajuda de Luíza. Vale salientar que as respostas

[23] RIBEIRO, Francisco Moreira. **A Reação Política conservadora**: o caso da União pelo Ceará. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000. p. 195.

existentes no arquivo eram de segunda via e estavam assinadas por Luiza. O funcionário deixava claro como se dava essa relação com os remetentes e relatava os procedimentos adotados no trecho abaixo:

> Estas cartas foram feitas entre sexta-feira e sábado. Datei-as, porém, com atraso, por dois motivos: 1) são cartas chegadas a cerca de 15 dias; já está em vigor o decreto[24] que proíbe novas nomeações até 31 de dezembro. Dizendo aos remetentes que seus casos foram enviados no tempo oportuno, a senhora e ao Coronel revelam-se o que sempre foram e são, atenciosos e sensíveis, ao mesmo tempo que transferem responsabilidade do possível malogro dos missivistas ao referido decreto. As novas cartas que forem chegando, darei resposta de acordo com as limitações impostas pelo decreto, sem todavia matar a esperança que anima a todos que apelam para vocês[25].

Nessa carta percebe-se que embora não podendo atender ao pedido solicitado, uma resposta de esperança deveria ser transmitida para que a imagem tanto de Luíza como de Virgílio Távora não fosse atingida. E, além disso, para que o futuro eleitor se sentisse valorizado e ciente de que se não recebeu o que desejava, porém seus destinatários estavam "disponíveis" a ajudá-lo.

Pode-se compreender esse processo com Charaudeau ao explicar que,

> ...o discurso político é, por excelência, o lugar de um jogo de máscaras. Toda palavra pronunciada no campo político deve ser tomada ao mesmo tempo pelo que ela diz e não diz. Jamais deve ser tomada ao pé da letra, numa transparência ingênua, mas como resultado de uma estratégia cujo enunciador nem sempre é soberano[26].

Ou seja, o discurso político possui intenções e através do cruzamento de saberes, que partem do emissor e do receptor se cria uma estratégia para superar qualquer obstáculo para atingir o objetivo, o qual seria a adesão do receptor ao discurso. Porém, torna interessante a leitura para além do texto em si, incluindo as influências vividas pelos personagens ou grupos envolvidos, pois assim, ao observar todos os participantes se esclarece os propósitos implícitos.

Várias questões foram moldando a configuração do objeto da pesquisa, sobretudo as ações de Luíza Távora enquanto esposa de um homem público e inserido em um contexto político, que passa uma imagem diferenciada do Governo

---

[24] O decreto a que se transfere a responsabilidade do insucesso do pedido é o de Nº 51.504 de 11 de junho de 1962 que proíbe nomeações até 31 de dezembro de1962.
[25] Carta sem data e com assinatura ilegível. Encaminha correspondências de maio e junho de 1962.
[26] CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 1ª Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008. p.11.

do Estado, porém mantendo uma estrutura clientelista ao misturar o público e o privado e relacionar-se com vários sujeitos. Para isso, Gondim explica que "tanto se emprega o patrimônio público para fins pessoais, como no caso da concessão de empregos públicos aos 'afilhados', como se recorre ao poder e ao patrimônio privados para garantir o desempenho de funções públicas".[27]

Alguns autores como Faoro, Leal e Queiroz[28] analisam o clientelismo como uma forma de corrupção. Para estes autores é interessante não limitar seu sentido a ações ilegais, mas pode-se associá-lo a relações de barganha política que envolvem demandas particulares com uso de patrimônio público. Outro ponto citado pelos autores trata dos participantes que se envolviam nas trocas de favores, eram de um lado pessoas muito ricas ou com grande poder local e do outro lado os desfavorecidos. Porém percebe-se que tais trocas também ocorriam entre aqueles que estavam inseridos no mesmo grupo econômico. Em alguns momentos: poderia se restringir a uma troca entre desiguais, mas os que estavam no mesmo patamar financeiro ou de poder negociavam entre si. Os benefícios não eram apenas econômicos poderia tratar-se de lealdade política, troca por votos entre outros.

Para compreender melhor os aspectos dessa cultura política[29] analisa-se a carta de Rizete Maciel em resposta a Luiza Távora informando notícias da cidade: "a coligação está toda separada com quatro candidatos a prefeito: Edil, Correia Lima, Agecio e Benedito Almeida" e, aproveitando que estava respondendo à carta, Rizete solicita: "Comadre arranje um emprego para mim, nos Correios, desses empregos

---

[27] GONDIM, Linda M. P. Os "governos das mudanças" (1987-1994). IN: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (Orgs)... [et al]; **Uma Nova História do Ceará**. 3ª edição revisada e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004. p. 410.

[28] Cf. FAORO, R. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 11. Ed. São Paulo, Globo, 1997. LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto.** 2. ed. São Paulo: A. Omega, 1976. QUEIROZ, M. I. P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. 2.ed.São Paulo: Alfa- Omega, 1976;

[29] Entende-se como Cultura Política "um sistema de representações, complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar." Trata-se da análise do comportamento político de diferentes atores sociais a partir de suas percepções e vivências que leva a um enredo envolvendo vários personagens.
GOMES, Ângela de Castro Gomes. **Cultura Politica e Cultura Histórica no Estado Novo**. IN: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). *Cultura política e leituras do passado*: historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ FAPERJ, 2007. P.47-48

que você arranjou para Nenzinha e mandaram oferecer ao Sr. Edil para desistir da candidatura"...[30]

Portanto, as práticas políticas visavam favorecer o grupo que estava com mais força ou que ao menos provisoriamente, possuía meios de atrair mais adeptos, pelo projeto político em si ou pelas vantagens oferecidas como na carta acima, na qual um emprego é oferecido a um candidato a prefeito que poderia atrapalhar os planos delineados. Outro ponto importante relaciona-se com a percepção da situação pela remetente, ao observar as tramas políticas e se aproveitar do momento para "negociar" um emprego, negociar no sentido em que apresenta fatos que comprovam a prática em si e, dessa forma, atrair benefícios já concedidos a outros.

Na resposta de Luíza a esta carta, ela afirma que o pedido já estava sendo atendido, pois era objeto de sua atenção:

> ...Compreendo e justifico os motivos que a levaram a propor essa pretensão e tudo faremos no sentido de atendê-la. Mas, como sabe comadre, as nomeações não dependem exclusivamente do nosso ministro, que por fôrça de um decreto em vigor, é obrigado, a exemplo de seus colegas de gabinete, a solicitar autorização do Presidente da República. Essa autorização já foi pedida e, tão logo o Dr. Jango conceda, sua nomeação será assinada[31].

Quando se tratam de pessoas conhecidas, as respostas de Luíza Távora são sempre muito favoráveis. Nesse momento o decreto é apresentado como empecilho, mas para algumas pessoas o entrave é a autorização do Presidente da República. Com isso, Luíza e Virgílio saem sempre ilesos no sentido de manter uma imagem de disponibilidade àqueles que escrevem sendo eles conhecidos ou desconhecidos.

Ao afirmar que compreende os motivos da remetente para solicitar tal pedido, Luíza reforça as práticas existentes no momento, pois para a remetente, se um benefício foi concedido a alguém, embora tenha objetivos diferentes dos seus, ela também poderia usufruir dos favores outorgados pelo poder público, pois Luíza Távora era uma mediadora entre ambos.

---

[30] Carta enviada por Rizete Athayde Maciel à Luíza Távora em 21 mai. 1962. Residente em Pacajus, cidade localizada a 51 km de Fortaleza.

[31] Carta enviada por Luíza Távora a Rizete Maciel em 03 jun. 1962.

Ivone Duarte também concebeu dessa forma a situação, pois escreveu duas cartas a Virgílio. Na primeira não obteve êxito devido ao decreto que proibia nomeações e a segunda não foi respondida. Então, resolveu comunicar-se com Luíza Távora, já antecipando o resultado das eleições que se realizariam no fim de 1962. Afirmava que se dirigia "a uma das primeiras-damas do país", através de um pedido que fazia porque estava necessitada. E assim, após relatar sobre as outras duas cartas, apelava a Luiza com objetivo de conseguir um emprego de guarda-fios para seu marido como se segue:

> Embora merecedor dessa nomeação e possuindo tôdas as qualidades para desempenhar este cargo. Meu marido é incapaz de pedi-la, sendo de opinião que, se tiver méritos, estes são reconhecidos. E as escondidas dele, venho perante a V. Excia apresentar esta petição, pois confio plenamente que seu espírito reto e generoso, não fardará em mandar nomeá-lo[32].

A forma de aproximação chama atenção, pois Ivone não conseguiu nada de concreto com Virgílio e apelou para Luíza apresentando-se de modo humilde, relatando o posicionamento do marido que não pediria o emprego e com um discurso em que ressaltava qualidades benevolentes da destinatária. Porém a resposta não foi favorável, mas Luíza respondeu que se "comoveu com a carta e expressa sincero desejo de ajudar, mas as nomeações não dependem do Ministro..."[33].

Entretanto, nem todas as pessoas que escrevem a Luíza se apresentam de forma humilde. Existem aqueles que utilizam outras formas de pedir. Esse é o caso de Antonieta Banhos ao escrever várias cartas a Luíza Távora com uma forma diferente de se comunicar. Em uma carta ela escreve em cima do nome de Luíza: "Bondade ler logo". Ela escreve a carta alternando momentos de humildade, em que pede um emprego para Izaulina, sua amiga, e momentos em que exige que seu pedido seja atendido.

A peculiaridade das cartas de Antonieta está no tom incisivo e por vezes grosseiro quando solicita algo, porém articula bem as frases e mostra o que Luíza ganharia em troca, pois declara no fim da carta, escrito na diagonal que "ela é também eleitora[34]". Com isso, deixa claro o produto da troca de favores: o voto.

---

[32] Carta enviada por Ivone Santos Duarte à Luíza Távora em 12 mai. 1962. Residente em Jaguaribe.
[33] Resposta enviada por Luíza Távora à Ivone Santos Duarte em 29 mai. 1962
[34] Carta enviada por Antonieta Banhos à Luíza Távora sem data.

Portanto, as relações clientelistas se baseiam no apoio difuso em troca da possibilidade de obtenção de recursos, criando assim, laços de controle e dependência. E, dessa forma, Antonieta sabe reivindicar e mostra com que pode retribuir posteriormente.

Não foi possível descobrir, na consulta às fontes, se o cunhado e a amiga conseguiram um emprego público, mas Antonieta atingiu seu objetivo. Nas novas cartas enviadas agradeceu a nomeação para trabalhar nos Correios e continuou a solicitar ajuda para seus conhecidos, pedindo, inclusive, que o Coronel Salgado[35] isentasse seu cunhado dos testes para ingressar no cargo.

Mas tais recursos apenas favorecem àqueles que estão próximos aos Távora. É o que se percebe nas missivas, pois os contemplados com nomeações são os indicados de algum chefe político ou mesmo por intermédio de parentes, como as irmãs de Luíza Távora. Porém, nem todos os pedidos solicitados por Luíza Távora às repartições federais são atendidos. Paulo Peltier informa a "impossibilidade de atendimento do pedido, por não dispor o 3º Departamento da Receita Federal de vaga para tesoureiro-auxiliar no Departamento Nacional de Estradas e Rodagem"[36]. Diferentemente do imaginado, Luíza também recebia respostas negativas para as necessidades de seus "afilhados".

Alguns missivistas, realmente, se mantêm informados sobre os acontecimentos políticos e fazem questão de mencionar em suas cartas o que é divulgado pela imprensa de positivo, para assim, "facilitar" o recebimento da demanda desejada. Além disso, utilizam de todos os recursos existentes desde os conhecidos da família até familiares, como forma de se apresentarem tal qual uma pessoa próxima. Assim inicia sua carta Yolette:

> Pelo bem dos filhos as mães tornam-se tudo, inclusive ousadas. E é nessa circunstância que me encontro, isto é, tendo coragem de lhe enviar esta com um pedido: se lhe for possível conseguir junto a seu marido, o Sr. Ministro da Viação, uma colocação para minha filha Nertulina Maria em uma das repartições aqui de seu Ministério. Falando com Maria Amélia Leite, sua devotada amiga, esta muito me animou a fazer-lhe esse pedido, lembrando sua bondade de coração e prestabilidade. Quase pedi a Maria Cristina, a quem temos o prazer de conhecer do tempo em que meu marido, Humberto Cabral, serviu aqui na Delegacia Federal de Saúde e tendo ela sempre nos

[35] Coronel Salgado é citado em algumas cartas de Antonieta Banhos e se tratava da pessoa responsável no DNOCS pela recepção dos novos servidores.
[36] Cartão do Ministério da Viação e Obras Públicas enviado a Luíza Távora em 09 jan. 1962.

> distribuído sua atenção, sou levada a crer que não negaria a servir de intermediária dessa minha pretensão junto a você. Mas, como já disse antes, animada pelo que de bem dizem os que a conhecem de perto, tomei a resolução de lhe escrever diretamente...[37]

Em sua carta Yolette utiliza todos os pontos que existiam a seu favor, pois mencionou uma "grande amiga" de Luiza e depois sua irmã Maria Cristina, lembrando os elogios feitos pela primeira e a disponibilidade da segunda e, ainda, a proximidade que esta tinha com o casal. Mas o destaque de sua carta estava no relato sobre o que a imprensa divulgou sobre Virgílio Távora. E continua

> Sabendo que seu marido tem sido sempre mencionado publicamente como Ministro de maiores realizações neste governo, a frente de seu Ministério e lido também, na coluna do Ibrahim, ser ele o ministro de maior prestígio junto ao Sr. Presidente da República, alimento grande esperança, dentro de suas possibilidades aliada à boa vontade e reconhecido prazer de fazer bem aos seus semelhantes, que você torne uma realidade esse grande sonho de minha filha[38].

Vale ressaltar as duas notícias que apresentam VT. Na primeira, o relato poderia ser divulgado por qualquer jornal, pois a missivista menciona que, publicamente, ele é o Ministro com grandes realizações no Governo. A segunda é específica, já que faz alusão à "Coluna do Ibraim", colunista social no Rio de Janeiro que escrevia notas retratando não apenas as "fofocas" e a vida mundana, mas tratava também de notícias de política nacional e internacional, de economia, moda e cultura em geral. A partir de agosto de 1954 sua coluna, então intitulada *Reportagem social de Ibrahim Sued*, passou a ocupar diariamente as páginas de *O Globo*, onde permaneceu até sua morte em 1º de outubro de 1995.

Ao fazer menção a uma coluna lida por inúmeras pessoas, a remetente finalizou sua carta com muita habilidade, pois, se no começo elogiou Luiza Távora, depois atingiu o alvo, o verdadeiro provedor, o Ministro, lembrando que se tratava de uma representação sobre Virgílio, devido ao fato de estar num cargo público.

Em sua resposta Luiza demonstrou atenção e, mesmo sem conhecer Yolette, mostrou-se mais disponível do que em outras vezes compreendendo e justificando a pretensão:

---

[37] Carta enviada por Yolette Cabral residente em Fortaleza em 10 abr. 1962
[38] Cf. Carta de Yolette Cabral já citada.

> ...tenho a informa-lhe que, infelizmente, o assunto não é de exclusiva alçada de Virgílio, em virtude de um decreto presidencial que proíbe os ministros de nomearem sem prévia autorização do Presidente da República.
> Todavia, com data de ontem, encaminhamos pedido ao Presidente João Goulart no sentido do aproveitamento de sua filha num dos órgãos federais do Ceará, com a recomendação de que somos interessados no pronto atendimento do assunto[39].

Apesar de relatar sobre a autorização prévia do Presidente da República também colocou a filha da missivista como uma afilhada, afirmando até a data de envio de seu encaminhamento. Ressalte-se a não existência de nenhum encaminhamento anexado à carta e a segunda via da resposta. O que pode deixar dúvidas quanto à veracidade da resposta de Luiza.

Ainda analisando a carta de Yolette Cabral percebe-se que no imaginário popular a mulher de um governante ou homem público era vista como benfeitora, uma mãe que acolhia aquelas pessoas em situação difícil. Dessa forma, quando resolveu fazer o pedido, Yolette se lembrou da "bondade de coração e prestabilidade" de Luiza Távora, associando assim, a certeza que seu pedido seria concedido, pois sua bondade se assemelharia ao amor de mãe.

Mircea Eliade analisa que todo mito,

> ...independentemente da sua natureza, enuncia um acontecimento que teve lugar *in illo tempore* e constitui, por esse fato, um precedente exemplar para todas as ações e "situações" que, depois, repetirão este acontecimento. Executados pelo homem, todo ritual ou toda ação dotada de sentido repetem um arquétipo mítico[40].

A partir dessa noção de mito percebe-se como o papel da mulher de um homem público vai sendo cristalizado e se renova de acordo com necessidades dos missivistas. Tal compreensão remonta à filantropia, à caridade, à mulher como provedora e esses traços estão na maioria das cartas enviadas à Luiza.

---

[39] Resposta de Luiza Távora a Yolette Cabral em 17 abr. 1962.
[40] ELIADE, Mircea. **Função dos Mitos**. IN: CLARET, Martin. (org). O Poder do Mito. Coleção O Poder do Poder. São Paulo: Martin Claret, 1996. p. .9-31.

Em relação aos arquétipos Boechat entende que se tratam de “padrões de representação psicológica. Da mesma forma que existem os instintos, existem predisposições inatas na raça humana para construir representações semelhantes”[41]. O arquétipo nos faz compreender temas comuns que passam de geração para geração como mitos, lendas entre outros, pois são padrões do inconsciente coletivo então, comum a vários grupos.

Nas cartas enviadas a Luiza Távora observa-se o arquétipo da “Grande Mãe” que liga a mulher a funções maternais, à bondade, ao amor, à benevolência e à caridade e através dessas percepções os missivistas adotam um discurso que enaltece as “qualidades” de Luiza para tê-la como mediadora com relação aos pedidos desejados.

Assim, percebe-se que, num primeiro momento, Luíza Távora se encontrava em seu “escritório”, com ajuda de um funcionário a receber cartas, articulando respostas favoráveis a diferentes atores históricos, conhecidos e desconhecidos. Mas, a partir de quem lhe escreve percebe-se que sua interferência no jogo político é de suma importância, pois os remetentes estão ligados às classes mais humildes, os quais eram a grande maioria no Estado do Ceará, na década 1960. Apesar de solicitarem a mediação de Luiza, também invocavam a intermediação de chefes políticos do Interior do Estado, até parentes próximos e outros articuladores, como será visto no próximo tópico.

[41] BOECHAT, Paula. Terapia familiar: Mitos, símbolos e arquétipos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2007, p. 37.

2. "Amiga Luiza, resolva o caso do nosso amigo... Tome o máximo interesse..."[42] – O uso dos intermediários e as resoluções.

Ao escrever para esposa de um político os missivistas esperavam que seu desejo fosse atendido e, para isso, não importavam os meios. Poderia ser através de um parente próximo, relembrando fatos do passado que enaltecessem familiares do destinatário ou, ainda, ao lembrar-se de amigos que lhes eram próximos e poderiam ajudar para concretização do pedido. Assim ocorrem as relações clientelistas com trocas de favores e indicações de "amigos".

São várias as formas para aproximação de alguém que pode ajudar e o uso dos intermediários revela uma gama de vínculos, pois dão acesso a recursos que não são seus. O que ganha as benesses está relacionado com uma rede de relações percebidas por outros atores políticos. O intermediário recebe "valores" em comissão que podem ser utilizados para sua manutenção pessoal ou para ampliação de seus contatos.

Nícia de Moraes Correia Marcílio, irmã de Luiza era uma das intermediadoras. Casada com Flávio Portela Marcílio, deputado federal pelo Ceará (1962), recebe cartas e envia bilhetes a Luiza Távora com um encaminhamento seu. O bilhete mostra informações sobre a cultura política dos missivistas:

> Procurou-me a senhora D. Francisca Eymard Coelho de Araújo pedindo-me que reforce um pedido que já lhe foi feito, no sentido de conseguir uma colocação para ela ou no D.C.T. [43] ou no DNOCS. Trata-se da nora do Sr. Francisco Ximenes Freire, candidato a vereador, e que sempre acompanhou Virgílio. Daí, naturalmente, termos uma atenção maior e especial com essa nomeação[44].

O bilhete trata da lealdade no meio político, pois o sogro da remetente acompanhou Virgílio e já que se dirige a Nícia percebe nela uma intercessora com força para garantir o recebimento do pedido em virtude de ter sido enviado anteriormente. Por isso, Luiza deveria dar grande atenção a essa nomeação. Em sua resposta, ela afirma que recebeu a carta de Nícia e que "as nomeações dependem da autorização do presidente, mas seu nome já foi encaminhado como

[42] Carta de Geraldo Tavares Guimarães à Luiza Távora em 30 out. 1962. Residente em Fortaleza.
[43] D.C.T. significa Departamento de Correios e Telégrafos.
[44] Bilhete enviado à Luíza Távora por Nícia Marcílio. s/d

pessoa das nossas relações e nos interessa particularmente"[45]. Não se pode identificar se a nomeação foi realizada, mas o bilhete de Nícia possui um tom incisivo e solicita o atendimento do pedido devido à proximidade do sogro da remetente com VT.

Uma marca de Nícia Marcílio estava nos encaminhamentos, nos quais tratava seus favorecidos como afilhados e, dessa forma, reforçava a obrigação do atendimento do pedido. Em relação a essas fontes não se tem as cartas, mas os bilhetes de Nícia a Luiza Távora.

Assim, Peter Burke define esse tipo de apadrinhamento:

> Um sistema político fundamentado em relacionamentos pessoais entre indivíduos desiguais, entre líderes (ou padrinhos) e seus seguidores (afilhados). Cada parte tem algo a oferecer à outra. Os afilhados proporcionam apoio político aos padrinhos, bem como deferência, expressa em várias formas simbólicas (gestos de submissão, linguagem respeitosa, presentes, entre outras manifestações). Já os padrinhos oferecem hospitalidade, empregos e proteção aos afilhados[46].

Lembrando que, no sentido religioso, os padrinhos de batismo seriam pessoas que encaminhariam na fé os afilhados e apoiariam a família nessa tarefa religiosa. Também se agregava ao padrinho a obrigação de, na falta dos pais, cuidar dos afilhados tanto no sentido espiritual como material. Dessa forma, no meio político se utiliza o termo dando sentido de segundo pai, segunda mãe, mas o apoio se dava apenas no aspecto material.

Além dos missivistas, Nícia, irmã de Luiza, também utiliza o arquétipo da "Grande Mãe", quando finaliza seus bilhetes com a frase "nosso (a) afilhado (a)", como se ela fosse uma segunda mãe dos remetentes e Luiza fosse aquela que concluiria as necessidades dos afilhados, o que se pode ser identificado nesse bilhete:

> Querida buscou-me o jovem **MARCOS ANTONIO HOLANDA COSTA** para pedir que consiga por meu intermédio, a sua nomeação para o D.C.T. (MENSAGEIRO). Esse menino, órfão de pai, tem cinco irmãozinhos daí a necessidade tanto de começar a trabalhar com apenas 14 anos de idade.

[45] Resposta de Luiza Távora à Francisca Eymard Coelho de Araújo em 05 jun. 1962.
[46] BURKE, Peter. **História e Teoria Social.** Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002. p.104

> Sei que fará o possível para ajudar esse jovem, tendo em vista sua situação. Com afetuoso abraço de mana Nícia.[47]

No verso do bilhete de vermelho e na diagonal: “O endereço do nosso afilhado é Rua sete de setembro, 66, Parangaba.” A intermediação pode ser vista como um negócio em que o intermediário concede benefícios e em suas relações cria uma rede que futuramente pode lhe favorecer. O uso de Nícia nessas relações de poder se dava na expectativa de possíveis lealdades para garantir benefícios também a seu esposo, Flávio Marcílio. Além de servir para sua ampliação de contatos, pois ao ter um pedido atendido seu prestígio aumentaria diante de outros “afilhados”.

A resposta de Luiza tem um tom ameno de disponibilidade, mas nenhuma anotação sobre a efetivação da nomeação.

> Dos casos que Nícia me traz frequentemente, é sem dúvida o seu o que mais me impressiona: menino órfão, com responsabilidade de ajudar a mãe e cinco irmãozinhos. Sinceramente, Marcos Antônio, minha disposição é de fazer tudo para ajudá-lo. Acontece, porém, que as nomeações só se fazem com autorização do Presidente da República. Não fôra isso e você já estaria nomeado. Mas autorização já foi pedida pelo meu esposo e, tão logo concedida, fique certo de que você será nomeado[48].

Ao colocar “frequentemente” em sua resposta, Luiza deixou claro que Nícia já possuía um *status*, em relação a seus “afilhados”, pois já que escrevia com frequência era devido que seus encaminhamentos tinham resultados positivos. Dessa forma, atraía mais candidatos ao apadrinhamento.

Outro intermediário procurado foi Livino, cunhado de Luiza, mas a carta é procedente do Município de Senador Pompeu. A remetente inicia contando problemas de saúde de seu esposo aposentado e dos seus, pois necessita se operar e solicita um emprego para sua filha e dá os indícios para conseguir a solicitação:

> Sim, chegou ao nosso conhecimento que estão fazendo muitas nomeações para os Correios e Telégrafos, a minha filha Maria Miraci no dia 20 do corrente fez uma carta a sua cunhada D. Maria Luiza Távora Sra. do Cel. Virgílio Távora pedindo a ela para arranjar com esposo que é Ministro da Viação, um emprego para ela Miraci. Aliás, na carta ela falava ser filha de

[47] Bilhete enviado à Luíza Távora por Nícia Marcílio. s/d
[48] Reposta de Luiza Távora à Marcos Antônio Holanda Costa em 05 jun. 1962.

> uma prima legítima sua... Confio em Deus, e em você, meu primo, que este pedido será atendido[49].

Atrás da carta consta que “deve ser respondido para Livino” e quem assina a carta é Maria das Dores Pinheiro Mendes. Porém, a resposta foi enviada à remetente e Luiza esclarece:

> Prezada amiga: Por intermédio do Livino, a quem estamos ligados por laços de família, tomei conhecimento de sua pretensão, no sentido da nomeação de sua filha para o D.C.T. Quero, antes de tudo, afirmar o meu empenho em atender à Afilhada e ao Padrinho, embora o assunto imponha um esclarecimento que julgo indispensável. As nomeações federais não dependem apenas dos Ministros, por força de um decreto presidencial que obriga, para isso, solicitar autorização ao Primeiro Ministro e ao Presidente da República. Todavia, essa recomendação foi pedida, com recomendação especial ao Virgílio de que Maria Miraci é pessoa de suas relações e por quem se interessa particularmente.[50]

Na carta enviada por Maria das Dores nota-se como um intermediário é importante, pois a filha escreveu a Luiza e ela enviou outra carta ao primo para reforçar o pedido.

Assim, percebe-se que entre os remetentes e os destinatários vão sendo criadas relações clientelísticas em que, segundo Scott cada parceiro providencia um “serviço/bem”, cujo valor é hierarquizado e avaliado pelo outro parceiro nessa relação. A troca se dá em um intercâmbio de bens simbólicos que são auferidos pelo patrono e bens materiais que beneficiariam os clientes[51].

---

[49] Carta enviada por Maria das Dores Pinheiro Mendes à Livino em 27 abr. 1962.
[50] Resposta enviada por Luiza Távora à Maria das Dores Pinheiro Mendes em 04 jun. 1962.
[51] SCOTT, James. Patronazo o explotación. IN: GELLNER, E. y otros. **Patronos y clientes en las sociedades mediterrâneas**, Barcelona: Gedisa, 1986.

3. “Ainda continuo a vossa espera, pois tenho certeza que a senhora não me esquecerá e que me fará esta caridade.”[52] - Remetentes reincidentes e cartas cheias de (des)esperança.

Ao escrever solicitando algo à esposa de um homem público, nem sempre o pedido era atendido de imediato, então se fazia necessário escrever novamente e, muitas vezes se a primeira carta foi enviada a outro participante do jogo político que não realizou o desejo do solicitante, assim, necessitava de outro mediador. Porém, os remetentes que passaram a destinatários das respostas reagiam de formas diversas, uns sentiam imensa gratidão pela atenção dispensada e ficavam cheios de esperança por acreditarem que seus desejos seriam atendidos; já outros questionavam a demora e suspeitavam que as tão desejadas nomeações estavam sendo “distribuídas”.

No imaginário popular Luiza Távora era vista como uma “santa”, a mãezinha, a provedora num momento de aflição. E no caso das pessoas que escreviam pela segunda vez, isso era evidenciado, devido os missivistas terem apelado anteriormente a Virgílio Távora, a outros intermediários e até mesmo a Luiza.

Na carta a seguir, percebe-se uma relação hierarquizada em que a remetente se sente valorizada pela bondade de Luiza Távora em lhe responder a carta, como Noélia Barbosa declara:

> Foi para mim imensa a satisfação receber a sua tão amável cartinha. Já imaginava poder encontrar na senhora a bondade amada de nosso Pai Celestial. Fiquei ciente de tudo que me explicou e aqui fico cheia de esperanças... Tenho grande fé não só no Pai, mas como estou certa que a senhora com grande coração que possui continuará a dar sempre a sua grande ajuda pelo que serei imensamente reconhecida[53].

Apesar da explicação de Luiza sobre o empecilho para obtenção de um emprego público devido ao decreto presidencial, Noélia acreditava na bondade da remetente e esperava com grande alegria o dia em que lhe seria concedido

[52] Carta de Rocilda Sales Góes à Luiza Távora s/d. Residente em Fortaleza.
[53] Carta de Noélia B. Barbosa à Luiza Távora em 07 jun. 1962. Residente em Fortaleza.

o emprego desejado. Luiza responde novamente a carta de Noélia reforçando a situação que lhe impede de ajudá-la.

A carta de Ivone Duarte mostra o apelo feito. Era sua terceira carta e ela resolveu escrever no "dia das mães" como forma de tocar o coração de Luiza, e aproveitando, exaltou suas "virtudes" como segue:

> A grande bondade vossa, perdoará esta pobre mãe de família do interior do nosso grande Brasil, dirijo-me à uma das primeiras Damas do País, com um pedido que faço porque estou necessitada... Está é a terceira carta que envio, sendo que as duas primeiras foram endereçadas ao Sr. Ministro Virgílio Távora. A primeira mandei logo após a nomeação dele, e recebi resposta, que não poderia atender meu pedido porque ainda estava em plena vigência o decreto nº 50.285 de 21.2.1961, que proibia ingressar qualquer pessoa no serviço público, motivo porque lamentava não poder atender o meu pedido. A segunda mandei em março e até agora não recebi nenhuma decisão. Então resolvi apelar para V.Excia. ver se consegue um emprego para meu marido de guarda-fios[54].

A resposta de Luiza não se diferencia da enviada por Virgílio a Ivone, pois se apresentava disponível afirmando que o envio do nome do esposo da remetente já havia sido encaminhado, mas dependia da liberação do Presidente da República. E nesta terceira carta de Ivone, nota-se seu tom humilde quando inicia pedindo perdão e rogando a Luiza a solução de seu problema.

Com Teresinha Nogueira o enfoque da carta foi ríspido, pois questionava os motivos para o não atendimento de seu pedido e declarava que esperava bastante o resultado de suas tentativas:

> ...Vendo porém que estava mais do que esquecida resolvi fazer-lhe esta pedindo mais uma vez, para a senhora se encarregar do meu caso e falar mesmo ao Cel. Virgílio explicando-lhe novamente minha situação; a fim de que ele solucione com urgência este problema que tanto me angustia. A senhora disse-me em sua carta que ele não havia esquecido sua promessa feita a mim. Então porque tanta demora? Já houve tantas nomeações para os Correios; porque não me incluiu ao menos a estas últimas que saíram? Será possível que tenha nascido só para viver de promessas irrealizáveis? Não? Isto não pode ser. Eu creio dona Luiza, que, a senhora será a única pessoa que pode solucionar meu caso... Já fiz três cartas a ele, uma foi por mão própria, outra foi o dr. Milton Morais que me fez escrever, a qual continha um pedido seu em meu favor. Passei dois telegramas por intermédio do Sr. Edival Távora e até agora não obtive resposta. Se é que, a senhora juntamente com o Cel. Não podem ou **não querem** resolver meu caso, dêem-me ao menos uma decisão definida para que eu não viva essa angústia horrorosa chegando às vezes a descrer de tudo e de todos... O papai já tem 66 anos de idade e a mamãe 65, ambos votam por devoção ao

[54] Carta de Ivone Santos Duarte à Luiza Távora em 13 mai. 1962. Residente em Jaguaribe. (Carta já citada)

> partido e aos membros do mesmo. Mas que, já estão por demais decepcionados e, eu creio que uma nova decepção fará com que, não somente eles mas toda a nossa família deixará de votar de uma vez por toda.
> Sinceramente grata, sua afilhada e menor amiga.
> Teresinha Torres Nogueira.[55] Grifos do destinatário.

Em sua carta Teresinha aparenta ser uma pessoa próxima aos Távora, pois declara que escreveu a Virgílio por incentivo de Milton Morais, irmão de Luiza Távora, depois enviou telegramas por intermédio de Edival, primo de Virgílio, e mesmo assim não obteve êxito, recorrendo a Luiza. Porém seu modo de escrever acusando o descaso com sua situação, incomodou Luiza Távora, pois sua resposta foi de acordo com o tom da epístola recebida.

> Recebi sua carta de 4 de maio último, eivada de amargura e ofensa contra aqueles que sempre lhe dispensaram atenção, embora não tenha podido dar o que você apenas deseja: um emprego. Você não pode ignorar – pois isto foi bem esclarecido na minha última carta – que as nomeações só se fariam com autorização prévia do Presidente da República, ao qual, aliás, o Virgílio fez pedido em seu favor. Agora nem assim é mais possível, pois já está em vigor o decreto 51.504, que proíbe nomeações até 31 de dezembro do ano corrente.
>
> No seu desespero, Teresinha, você ameaça deixar a UDN, esquecida de que quem procura partido só atrás de emprego, já passa tarde para outro... guarde isto para sua orientação no futuro[56].

O detalhe dessa resposta de Luiza Távora a Teresinha é que esta carta é a primeira via e está assinada por Luiza que mandou preparar a resposta, mas desistiu de enviá-la. Vejamos o bilhete que está grampeado a esta.

> Responder: - Quem procura partido só atraz de emprego já passa tarde para outro!!! "não querem" resolver a situação dela! : - pode Virgílio imitar a assinatura do Jango e Tancredo? Além de BURRA é malcriada.

No envelope para envio da resposta consta o endereço e uma observação com a letra de Luiza: "Não remeter". Por mais que Luiza não concordasse com os questionamentos levantados não poderia responder de forma deselegante, à carta de uma eleitora, pois a cultura política não dava espaço para tal atitude. Afinal, Teresinha ficando sem resposta poderia alegar várias questões, mas eles teriam como se defender afirmando a existência de empecilhos de ordem maior. Uma resposta num tom ofensivo e chamando a remetente de oportunista, pois procurava partido político que lhe desse emprego, soaria mal à imagem, tanto de Luiza como

[55] Carta de Teresinha Torres Nogueira à Luiza Távora em 04 mai. 1962. Residente em Fortaleza.
[56] Resposta enviada por Luíza Távora à Teresinha Torres Nogueira em 18 jun. 1962

de Virgílio, algo inaceitável,lembrando que Luiza deveria ser vista como “mãe dos pobres”, aquela que ajudava os desvalidos e não como uma pessoa rude. Por isso, sua postura de acordo com o que se esperava, já que não podia revidar, então, era interessante se calar.

Raimunda Mendonça também fez questionamentos a Luiza, mas através de um telegrama, apresentando assim, a urgência que seu caso solicitava e afirmou:

> Pela segunda vez venho implorar generosidade a sua pessoa, você como mulher saberá as nossas necessidades principalmente para quem não tem pai. Você conseguir junto a seu digníssimo esposo Ministro Virgílio Távora indicação de meu nome para uma das vagas no DCT, pois apesar do decreto presidencial de proibição de novas nomeações de cargos públicos, quase diariamente novos candidatos estão apresentando e tomando posse. Cordiais saudações, Raimunda da Silva Mendonça[57].

Na resposta de Luiza tem-se uma linguagem firme, mas sem ser agressiva e relata:

> Acusando o recebimento de seu telegrama de 2 de julho corrente, tenho o grato prazer de fazer alguns reparos relativos às suas observações pessoais no que diz respeito as novas nomeações. O decreto federal nº 51.504, de 11 do mês próximo findo, está sendo cumprido rigorosamente. Naturalmente, as pessoas que você cita como funcionários admitidos após a vigência do decreto são aqueles nomeados anteriormente e que não tomaram posse logo, talvez por lhes faltar documentação exigida[58].

Já os que solicitam apadrinhamento, escrevem novamente para agradecer, pois cada participante desse jogo tem algo a oferecer. É assim, que Lycio Soares escreveu sua carta de agradecimento num papel timbrado do Jornal O Povo e colocou como endereço o da Rádio Iracema Sobral, mostrando em que locais poderia colaborar, além do que iria assumir no Ministério da Viação e relatou da satisfação e

> ...honra de receber há dias, em resposta, uma atenciosa e cordial carta da senhora, num estilo de linguagem que bem identifica a inteligência e “finesse” da ilustre dama. Notei devidamente, o tratamento e atenção que tem para com a classe de jornalistas do Ceará, e, de minha parte, quero deixar patenteado o meu agradecimento, honrado com a deferência especial de ter sido aceito como afilhado... Aproveitando uma ligeira estada em Fortaleza, aqui da redação de O Povo, venho informar que estou de perfeito acordo com a decisão da senhora, e para adiantar tempo, esclareço que estimarei satisfatório um cargo de chefia de secção ou escritório, assessoria do DNOCS, DNER, REFESA ou Departamento de Portos Rios e

[57] Carta de Raimunda da Silva Mendonça à Luiza Távora em 02 jul. 1962.
[58] Resposta de Luiza Távora à Raimunda da Silva Mendonça em 09 jul. 1962.

> Canais, ou inspetor e tesoureiro do DCT, como se apresentar mais fácil e conveniente. Grifos do Destinatário[59].

Percebe-se a proximidade de Luiza com a imprensa e nessa carta nota-se um teor agradável, em que elogios destacam qualidades da destinatária e ela brinca com isso e os devolve quando afirma:

> ... que recebeu sua carta na qual quase me elegeu imortal da Academia Cearense de Letras, venho reafirmar minha condição de madrinha do ilustre sobralense e bem assim a minha mais viva admiração pelos autênticos profissionais de imprensa do meu querido Ceará[60].

Quando Luiza reafirma sua condição de madrinha estava deixando explícita a interferência para que seu afilhado recebesse proteção e tivesse apoio para ingressar em algum órgão público, como ele próprio sugeriu as repartições em que desejava colaborar. Pode-se perceber que Luiza Távora também se via como uma "Grande Mãe", pois essa representação psicológica era vista em si mesma e assim, os afilhados, aqueles realmente próximos, deveriam receber seu apoio.

No acervo encontra-se outra carta de Lycio Soares, agora em papel timbrado da Rádio Tupinambá – Sobral em que relata:

> ...satisfação em transmitir à senhora os meus cumprimentos cordiais com votos de boas vindas, pelo feliz regresso ao nosso país, após maravilhosa e proveitosa viagem aos Estados Unidos... Estou me dirigindo agora, próximo à posse do Coronel Virgílio que creio, ser o momento oportuno, para lembrar a senhora que, mesmo reconhecendo a boa vontade que teve em me distinguir com um cargo à época do Ministério, não foi possível a concretização, infelizmente, de vez que aspirei de início um lugar no Gabinete e logo em seguida uma boa função em qualquer dependência aqui no Ceará. Creio que, agora no Governo do Estado, poderei ser recompensado, se me for dada a honra e satisfação de contribuir mais de perto com uma parcela mínima para a Maiúscula e Vitoriosa administração do seu ilustre e digno marido[61].

Ao escrever novamente, Lycio apresentou uma legitimação de sua demanda, pois agora poderia ser "recompensado" pelos "serviços" que realizou apoiando Virgílio durante a campanha eleitoral e ainda deixou clara a proximidade que possuía com os provedores, embora isso não tivesse garantido a entrada no serviço público do Ministério da Viação.

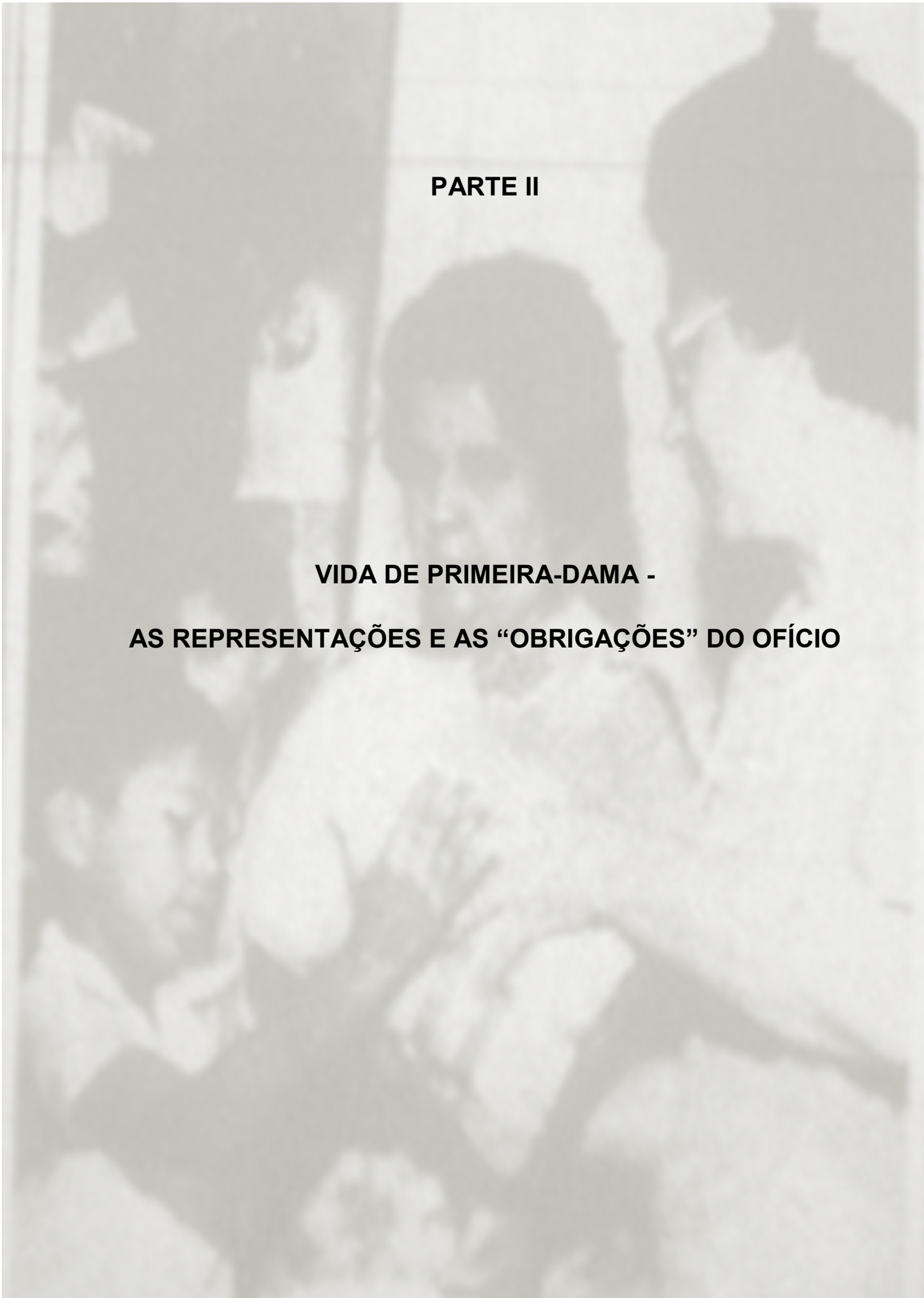
---

[59] Carta de Lycio Soares à Luiza Távora em 29 mai. 1962.
[60] Resposta enviada por Luíza Távora à Lycio Soares em 05 jun. 1962.
[61] Carta de Lycio Soares à Luiza Távora em 08 mar. 1963 Grifos do destinatário.

Pode-se destacar que os missivistas não estão apenas reconhecendo, mas criando uma obrigação que Luiza deve realizar, através de discursos que podem até nem serem eficazes, porém não perdem sua validade. Vale ressaltar o caráter político dos discursos, pois colocam em jogo os atores “autorizados”, instituindo e reforçando obrigações e expectativas através da atividade discursiva.[62]

E em relação à Luiza Távora suas respostas vão se dando de acordo com o jogo político, pois existem momentos em que deve recuar, não respondendo ou ponderando o tom discursivo e outros em que mostra toda disponibilidade como acontecia com as cartas dos “afilhados”.

[62] REIS, Elisa Pereira. **Opressão burocrática:** o ponto de vista do cidadão. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, V.3, nº 6 (Cultura e Povo), p. 161-179.



PARTE II

VIDA DE PRIMEIRA-DAMA -

AS REPRESENTAÇÕES E AS “OBRIGAÇÕES” DO OFÍCIO

4. Legião Brasileira de Assistência – O lugar do Primeiro-Damismo.

Quando se analisa a vida das mulheres de homens públicos, a imagem projetada corresponde a representações daquilo que está enraizado culturalmente com padrões a serem respeitados para que não haja nenhum desarranjo no objetivo desejado. Assim, pode-se identificar como, em diferentes locais e momentos, uma determinada realidade social é construída e pensada. Para isso recorre-se a Roger Chartier com a discussão sobre representação ao afirmar:

> As representações do mundo social, assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundando na razão, são sempre determinadas por interesses de grupo que as forjam. Daí para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza.[63]

Dessa forma, as representações sobre a mulher de um homem público, no período em estudo, se voltavam para o papel de mãe e protetora que mediava com as autoridades as necessidades dos solicitantes. Isso dentro de uma cultura política que privilegiava relações clientelistas e que via na mulher um dos meios para atingir determinados grupos, os quais a visualizavam como provedora. Assim, tais representações eram construídas ao longo do tempo por participantes desse jogo político e se articulavam com suas práticas para atender interesses específicos.

Darcy Vargas, esposa do Presidente Getúlio Vargas, de certa forma reforçava em sua trajetória, o modelo de feminilidade predominante no início do século XX, que apresentava como missão e meta: o casamento e a maternidade. Segundo Simili, a partir das funções de mãe e esposa, Darcy Vargas desenvolveu formas de atuação e de participação política, criando em 1930 a Legião da Caridade no Rio Grande do Sul e, como primeira-dama do País, participou da criação da Fundação Darcy Vargas – Casa do Pequeno Jornaleiro, com objetivo e prestar assistência aos menores que se ocupavam da venda de jornais na capital carioca. Em agosto de 1942 fundou e assumiu a presidência da Legião Brasileira de Assistência (LBA), com a colaboração da Federação das Associações Comerciais e da Confederação

[63] CHARTIER, Roger. **A História Cultural**; entre práticas e representações. Op. cit., p. 17.

Nacional da Indústria, uma instituição que permaneceu até 1995 no panorama assistencial do Brasil[64].

A Instituição foi inicialmente criada com o propósito de amparar e prestar assistência aos soldados convocados para Segunda Guerra Mundial e aos seus familiares que recebiam visitas domiciliares e participavam de entrevistas com a finalidade de avaliar a situação e definir qual o tipo de ajuda seria necessária: financeira, alimentar, médica e etc.

Sobre as motivações para a criação da LBA Simili destaca o traço mobilizador, pois:

> Seu aparecimento no cenário público assistencial atrela a criação por Getúlio Vargas como resposta à situação aflitiva do proletariado. O governo, aproveitando-se do "esforço de guerra" que se impunha à sociedade naquele momento, lançou a primeira campanha assistencialista de âmbito nacional que tomou forma por meio da instituição.[65]

Desde sua criação, a LBA possibilitou o surgimento de um modelo de atuação para o "primeiro-damismo" brasileiro, como uma mulher responsável pela condução de políticas públicas de assistência social. Assim, todas as primeiras-damas da República, as estaduais e as municipais assumiam o papel de executoras de políticas voltadas para as famílias, em especial, mulheres e crianças, fundando assim, um modelo de participação da mulher do homem público na política atrelada ao social.

Essas mulheres não eram apenas esposas de homens públicos. Existia um papel atribuído a elas que estava relacionado com a mediação entre a população e o administrador público e a criação de vínculos que geravam lealdade e fidelidade que seriam cobrados em momentos posteriores. Além disso, tal função lembra atributos vinculados com a santidade, com "Maria", mãe de Jesus, intercessora entre os "necessitados", uma mãe que estava próxima daquele que poderia ajudar.

---

[64] SIMILI, Ivana Guilherme. **A Construção de uma personagem:** a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). Maringá. Disponível em: http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/I/Ivana_Guilherme_Simili_42.pdf. Acesso em: 10 mar. 2010.

[65] SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e política:** a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008. P. 136

Algumas práticas utilizadas por essas mulheres estão relacionadas com o clientelismo ao indicar um tipo de relação entre atores políticos, que envolvem concessão de benefícios públicos na forma de empregos, benefícios fiscais, isenções, em troca de apoio político, sobretudo na forma de voto.

Não se podem mencionar apenas políticos profissionais como praticantes do clientelismo, mas toda uma rede de influência que assessora esse homem público, da qual fazem parte esposa, cunhados, irmãos, primos, entre outros sem parentesco familiar. Não se trata de uma relação somente entre pessoas com poderes diferentes, como ricos e pobres, todavia apóia-se em algo mais amplo: baseia-se na troca de favores políticos em distintos níveis de hierarquia social. Abrange, também, uma relação de ricos entre si ou com poderes em igual patamar.

O papel de mediadora da primeira-dama se dava através de atividades assistencialistas junto a grupos subalternizados, com intuito de construir formas de sustentação política ao poder local nos Estados e Municípios. O assistencialismo era visto não como uma política pública, mas como prática. Ele ocorria através de ações descontínuas que apresentavam características humanitárias, associadas à filantropia e às benesses.

A trajetória da LBA no Ceará tem início em setembro de 1942 quando Darcy Vargas endereçou telegrama a Sra. Brígida Holanda Pimentel, esposa do Interventor Estadual do Ceará, Menezes Pimentel, no qual a sensibilizava para a importância da ação social institucionalizada pelo Estado através da LBA, e solicitava seu apoio na criação de um núcleo estadual.[66]

Concomitantemente, a Associação Comercial do Distrito Federal se comunicava com o núcleo do Ceará, requerendo sua colaboração na criação da Comissão Estadual da LBA em Fortaleza.

Entre os anos de 1942 e 1945 a Comissão do Ceará teve quatro presidentes: Brígida Pimentel, que ficou à frente do cargo de setembro de 1942 a setembro de

[66] SALES, Clara Maria da Silva. **Retrato da LBA/Ceará** – Período 1942 a 1994. Relatório de Pesquisa – APLAN/CE, s/d. p. 17.

1943, afastando-se por motivo de saúde; Raimundo Girão[67] que assumiu interinamente até o fim desse ano e ocupava o cargo de secretário da Comissão; como o cargo era direcionado às esposas dos governantes e na impossibilidade da primeira-dama do Estado assumir, Maria José Rodrigues Weyne[68] permaneceu até o fim de 1944, pois era esposa do ex-prefeito de Fortaleza, Álvaro Weyne, e por fim, em 1945 assumiu a presidência da Comissão Estadual Branca de Carvalho, esposa do interventor Beni de Carvalho que havia assumido o governo.

Efetivamente, as atividades da instituição foram iniciadas em outubro de 1942, nas dependências do Palácio do Comércio (cedido temporariamente) e em 15 de outubro, através do Decreto Lei nº 4.850, a LBA foi reconhecida como órgão de colaboração com o Estado no tocante aos serviços de assistência social.

Nesse momento o trabalho se voltava, especialmente, às famílias dos convocados da guerra, mas se estendia a todos os carentes que procurassem a instituição. Por mais que existisse o apoio do governo federal, estadual e grupos da indústria e comércio, os recursos eram exíguos e a comissão estadual ficava com amplo trabalho de captá-los. Dessa forma, para viabilizar as atividades, o Estado cedia ajuda através de médicos, dentistas, enfermeiros e outros profissionais; a indústria e o comércio entravam com a ajuda material e os voluntários ofereciam seus serviços[69].

O início do trabalho da LBA, no Ceará, foi marcado pelas campanhas da "Borracha Usada", contra a mendicância, de ajuda aos flagelados da seca e o Natal dos Expedicionários. Para realização das campanhas a ajuda da população foi fundamental e como seu trabalho teve êxito, a instituição recebia solicitações de entidades particulares que, sem apoio e recursos, passavam por momentos críticos. Eram também chamadas de "Obras Alheias".

---

[67] Raimundo Girão, natural de Morada Nova – Ceará foi prefeito de Fortaleza entre abril de 1933 e setembro de 1934.Historiador e tendo desempenhado várias funções públicas no Estado do Ceará.
[68] Maria José Rodrigues Weyne, esposa de Álvaro Nunes Weyne que se destacara por suas atividades comerciais e duas gestões à frente da Prefeitura de Fortaleza (1928 e 1935) conhecido como "O Prefeito das Flores" por arborizar e embelezar as praças e ruas da cidade. Nesse período a sede da LBA se localizava na Rua Pedro I, no prédio do Quartel da Polícia Militar do Ceará, doado pelo Governo do Estado.
[69] Ibidem, p.4

As atividades se estenderam pelo Interior do Estado nos municípios de Maranguape, Sobral, Limoeiro do Norte entre outros. Além das campanhas, existia a Assistência Social Direta que compreendia assistência médica, farmacêutica, hospitalar, dentária, educacional, auxílio financeiro e judiciário e a indireta através de convênios e contratos que poderiam ser tanto com organizações públicas dos Estados e Municípios como em relação às instituições particulares – associações, sindicatos, igreja, entre outros.

Os Postos de Puericultura eram os projetos de maior relevância, pois atendiam crianças a partir de dois anos de idade, dando assistência médica e alimentação. Em Fortaleza havia três postos situados nos bairros Farias Brito, Jacarecanga e Praia de Iracema.

Com o fim da Segunda Guerra, segundo Sales surgiu a necessidade de ser planejada a reestruturação da LBA.

> Numa perfeita compreensão de que uma obra como essa não podia desaparecer, o seu conselho deliberativo, convocado pela presidente Sra. Darcy Vargas reuniu-se para estudar os novos rumos da LBA. Ficando estabelecido, então que a Instituição passará a prestar assistência tão somente à infância e a maternidade, adaptando os seus respectivos serviços para essa nova modalidade assistencial, ao mesmo tempo em que apressaria o término de seus compromissos com as famílias dos convocados, face da desmobilização já em vigor.[70]

Com a renúncia de Darcy Vargas em outubro de 1945, devido à destituição de Getúlio Vargas e o fim do Estado Novo, o Conselho Deliberativo tomou as medidas necessárias para manutenção da LBA, bem como a modificação dos Estatutos através da Portaria nº 1.595, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores de 26 de janeiro de 1946 [71].

Nesse momento se via a importância do papel da esposa do governante junto às camadas populares, além da ajuda através de doações e trabalhos junto à maternidade e infância. Entretanto, existia a dependência que levava os beneficiados a criarem vínculos de lealdade.

---

[70] SALES, Clara Maria da Silva. Op. cit. p. 17.
[71] Idem.

A partir da reestruturação da LBA ocorreu um planejamento para unificar os procedimentos administrativos nas comissões estaduais e suas principais diretrizes foram:

> 1. Como Instituição Social a LBA deveria ser a política [sic] para cumprir seus objetivos;
>
> 2. A LBA não deveria assumir, senão em caso extremo, a direção direta de qualquer Obra Assistencial, e ser tão somente estimuladora, orientadora, auxiliadora e fiscalizadora de sociedades privadas já existentes, ou que venham a ser organizadas;
>
> 3. Não auxiliar organizações que não se submetam a dois pontos fundamentais, quais sejam os de reservar para LBA determinadas vagas para seus assistidos, aceitar a orientação da LBA como conseqüência natural, e fiscalização direta através de seus órgãos competentes.[72]

Nesse período, a Assistência Social Direta foi pouco realizada, devido à reforma na estrutura da entidade e às dificuldades financeiras. Além disso, somou-se a falta de direção efetiva, entre os anos de 1946 e 1950, quando quatro presidentes passaram pela instituição.

Segundo Sales, somente com a Eleição de Raul Barbosa (1951-1954) para o Governo do Estado e sua esposa Ilnah Araripe Barbosa, a qual assumiu a presidência da Comissão Estadual da LBA, é que se iniciou um novo período de primeiras-damas no comando da instituição no Ceará.

Sua gestão ampliou as ações da Comissão Estadual na Capital e, junto às Obras “Alheias”, o trabalho foi realizado a partir de uma visão mais técnica com auxílio de novas assistentes sociais e com maior desenvolvimento na área materno-infantil e nas ações integradas. Pode-se destacar a criação do primeiro Centro Social localizado, no bairro Monte Castelo em 1954 com enfoque comunitário. Ilnah Barbosa se afastou do cargo em junho deste ano, devido à candidatura do esposo a Governador do Estado, assumindo interinamente Clóvis Arrais Maia.

Como a presidência da LBA estava vinculada à esposa do governador, em 1955 assume Albaniza Rocha Sarasate, esposa do Governador Paulo Sarasate Ferreira Lopes (1955-1959), que deu continuidade aos programas existentes na capital, mas não realizou nada novo no tocante à prática assistencial. O foco do

[72] Relatório da Legião Brasileira de Assistência / 1946 apud SALES.

trabalho foi o atendimento individual (ajuda de emergência) direcionado para os mais carentes, retornando a prática inicial da instituição. Assim, utilizavam velhas práticas assistencialistas que se mostravam como benesses do Governo ao invés de serem realizadas a partir do direito dos cidadãos que teriam suas necessidades sanadas.

Em nível nacional, vale salientar, que Sara Kubistchek, esposa de Juscelino Kubistchek (1956-1961), quebrou o estereótipo de primeira-dama e não assumiu a presidência da LBA, porém criou a Associação de Pioneiras Sociais em 1956, uma entidade particular, com objetivo de atender aos constantes casos de desajustamento social existentes, sendo esses vinculados à miséria e à pobreza que geravam comportamentos diferentes dos considerados oportunos para sociedade.

Segundo Ana Alice Costa, a não aceitação do cargo de presidente da LBA e do papel de primeira-dama ocorreu porque Sara Kubistchek "viajava o tempo todo cuidando de seus próprios interesses"[73]. Embora cuide de uma instituição particular, as primeiras-damas desempenhavam o papel que se esperava da esposa do presidente, como o cuidado com o outro, os mais pobres e menos favorecidos da sociedade.

O trabalho com as fontes evidencia posicionamentos diferenciados a partir do governo de Parsifal Barroso (1959-1963) no Ceará. Analisando o Jornal "O Estado" e o trabalho de Sales percebe-se quanto o primeiro elogia e enaltece os trabalhos de Olga Barroso, esposa do Governador e presidente da LBA, e o segundo apresenta os problemas existentes no período. Portanto, é válido ressaltar, que alguns periódicos, em determinadas situações constroem sentidos e valores de acordo com os interesses do momento. E assim, legitimam memórias, contribuindo com os grupos atrelados.

Tais memórias valorizam os que se veem representados nos impressos. Por isso a preocupação do jornal "O Estado" em fazer grande divulgação dos trabalhos de Olga Barroso, já que o Governador era um dos principais colaboradores.

---

[73] Dilma Roussef coloca em xeque função de Primeira-Dama. Disponível em http://primeirasdamas.blogspot/2011/01/dilma-roussef-coloca-em-xeque-funcao-de.html . Acesso em 29/01/2011.

No governo de Parsifal Barroso, existia o Serviço Social do Palácio da Luz, criado na gestão de Raul Barbosa[74], o qual contava com a colaboração de Olga Barroso e de "dedicadas senhoras de nossa sociedade." [75] Além de trabalhar como presidente da LBA, seção Ceará, Olga Barroso também presidia a Sociedade de Assistência à Mendicância. Com o apoio da imprensa, em especial, do jornal O Estado[76], todas as obras de Olga Barroso, como primeira-dama tiveram ampla divulgação. Vale salientar, que a maioria das reportagens com Olga estava na capa do jornal e em destaque.

Segundo Capelato, "na primeira página concentram-se todos os recursos persuasivos de propaganda da mercadoria" [77]. Portanto, o que interessava era passar uma boa imagem de Olga. Afinal, a esposa do Governador deveria se enquadrar no que se esperava dela e seguindo o exemplo de Darcy Vargas, na presidência nacional da LBA. Então, no Ceará, não poderia ser diferente.

Além de existirem representações a respeito do papel das mulheres na sociedade de forma geral, algumas reportagens reforçam o padrão estabelecido como no exemplo a seguir:

> A condição de Primeira Dama do Estado está ganhando nova significação, com o exemplo que nos dá Da. Olga Monte Barroso, traduzido no admirável balanço de suas atividades na Capital da República. Com efeito, a esposa do Governador mostra que é a primeira não só pela posição social que ocupa, mas porque se integrou na luta pela solução dos problemas do povo e coloca-se na vanguarda de um dos setores mais importantes dessa luta – o da assistência social, em particular, a defesa de melhores condições para maternidade e infância no Ceará[78].

Ao iniciar a reportagem ressaltando a "nova significação" da condição da Primeira-Dama Olga Barroso, o jornal a compara com as primeiras damas que a antecederam, pois não houve um trabalho como o esperado, ligado às classes pobres de intermediação entre estas e o Governo. Além disso, enaltece a

---

[74] Raul Barbosa governou o Estado do Ceará durante os anos de 1951-1954, criou o Serviço Social do Palácio da Luz, porém não realizou ações marcantes ou transformadoras nas estruturas estaduais.

[75] Assistência Social no Ceará. **O Estado**. 24.05.1959, p. 01.

[76] O jornal O Estado foi criado em 1937 e na década de 1950 eram seus proprietários Haroldo Sanford, juntamente com o irmão Marcelo Sanford e Olga Barroso. Entrevista concedida a Lucili Grangeiro Cortez em 06 set. 2008.

[77] CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e História do Brasil.** São Paulo: Contexto/ EDUSC, 2ª edição. 1994. p. 17

[78] D. Olga risca cinco anotações do seu "carnet". Objetivos alcançados. **O Estado**. 11.09.1959, p. 01

"vanguarda" em relação à assistência social relacionada com o cuidado com a maternidade e a infância. A partir de seu trabalho na LBA, Olga arregimenta algumas mulheres da sociedade segundo o Jornal *O Estado*:

> A Primeira-Dama reorganizou o grupo de senhoras cearenses que se dedicava à confecção de roupas, na Organização das Voluntárias, para hospitais pobres do Ceará. Na foto, vê-se a esposa do governador do Estado entre as integrantes do referido grupo de Sras.: deputado Expedito Machado, dep. Carlos Jereissati, deputado Dias Macêdo, Antônio Jucá, João Calmon, Paulo Cabral, Antônio Ibiapina, Caio de Freitas, Consuelo Adacto, Srtas. Odete Borba, Cléia Barroso e Maria da Conceição e o jornalista Hermenegildo de Sá Cavalcante[79].

Imagem 1 - Reunião de senhoras cearenses no Rio de janeiro.
(O ESTADO, 15/09/1959)

Na foto acima tem-se a reorganização de mais uma entidade em que as mulheres poderiam praticar a benevolência almejada: a Organização das Voluntárias. Pode-se pensar em um trabalho totalmente desinteressado, porém a matéria jornalística deixa claro a quem essas mulheres estão ligadas, pois, ao invés de citar os nomes das senhoras casadas, menciona o de seus maridos, que em

[79] Senhoras cearenses (do Rio) trabalham pelos pobres. **O Estado**. Fortaleza. 15 Set. 1959, p. 01

alguns casos, são deputados e outros ligados à sociedade que também desejavam ter seus nomes vinculados a tais trabalhos.

A partir da reportagem pode-se concordar com Capelato que afirma:

> A imprensa, ao invés de espelho da realidade passou a ser concebida como espaço de representação do real, ou melhor, de momentos particulares de uma época. A produção desse documento pressupõe um ato de poder no qual estão implícitas relações a serem desvendadas. A imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas[80].

As representações do papel da mulher do homem público estavam vinculadas com a generosidade e a caridade humana e não apenas à própria imagem, mas à do esposo, do pai, pois estavam ligadas a grupos políticos. Por isso, Chartier pondera que as representações estão vinculadas às práticas sociais, pois assim tais práticas são construtoras do mundo social[81].

A partir da análise de Boris Kossoy ao afirmar que "toda fotografia tem atrás de si uma história[82]", nota-se a existência de uma trajetória nas fotografias do passado que incluem três estágios: a intenção, a materialização e os caminhos que percorreu, quais emoções despertaram e a quem deveria atingir.

Ao analisar a fotografia publicada no jornal O Estado percebe-se a intenção do fotógrafo em divulgar esse grupo de mulheres e, como não agem sozinhas, consequentemente atraem olhares para seus pares. Sobre a materialização, a Primeira Dama, com apoio do jornal O Estado, deveria viajar com um fotógrafo para que encontros ou eventos considerados importantes e que trouxessem benefícios aos seus projetos, fossem registrados e devidamente divulgados.

Analisando os caminhos percorridos por uma foto da primeira página de um jornal, concluímos que o intuito era despertar interesse no maior número de pessoas, pois embora a classe pobre não tivesse recursos para comprar jornais, poderiam ver a manchete e, em relação às pessoas mais abastadas da sociedade. Assim, haveria disseminação da imagem daquelas mulheres que atuavam em prol dos pobres. Em ambos os casos, a imagem do cuidado com o outro, em especial,

---

[80] CAPELATO, Op. cit. p. 24-25
[81] CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados 11(5), 1991.
[82] KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 29

com os pobres estava tendo ampla propagação e correspondia ao esperado do papel da mulher naquele momento.

Em outra reportagem intitulada “Assistência Social no Ceará” apenas três meses depois de assumir a função de primeira-dama, o jornal anuncia seu trabalho intenso e segue afirmando:

> A primeira Dama do Estado Sra. Olga Monte Barroso, vem desenvolvendo intensa atividade no setor da assistência social no Ceará. Diariamente, na Legião Brasileira de Assistência e no Serviço Social do Palácio do Governo, a Primeira Dama atende dezenas de pessoas, e todos os sábados, à tarde, visita um bairro de nossa capital, auscultando as necessidades mais prementes de seus moradores. Ha [sic] foi fundado a Sociedade de Assistência à Mendicância, sob a presidência da Sra. Parsifal Barroso, que conta, para o seu trabalho, com a colaboração de uma equipe de dedicadas senhoras da nossa sociedade[83].

E em várias reportagens no jornal “O Estado” encontra-se uma grande divulgação das “obras” de Olga Barroso e não da instituição a que ela está vinculada. Outro detalhe: durante suas viagens ao Distrito Federal e mesmo por caso de afastamento por doença, as notícias no jornal desapareciam e somente reapareciam com a volta da Primeira-Dama.

Ao contrário do jornal “O Estado”, que exalta as ações de Olga Barroso como Primeira-Dama, Sales em sua análise sobre o período, relata que as atividades realizadas mantiveram-se no limite estabelecido pela instituição sem nenhuma ação inovadora e destaca que aconteceram conflitos internos:

> ...com relação ao quadro de pessoal (admissão e demissão) que de certa forma embotaram sua gestão e que as características desse período são: baixa mobilização institucional, ênfase no atendimento de emergência, redução de alguns serviços como os do Centro Social Darcy Vargas e baixa motivação dos servidores.[84]

Assim, percebe-se o uso da imprensa como meio de passar uma imagem que nem sempre condizia com a realidade, pois os trabalhos divulgados eram realizados, mas não existia uma harmonia no conjunto e a redução de alguns serviços não era veiculada nos jornais. Então, os periódicos passavam a ideia de ações concretizadas com toda a potencialidade da instituição, o que não acontecia. Tratam-se de representações criadas pelos grupos que influenciavam o jornal e

[83] Assistência Social no Ceará. **O Estado.** Fortaleza. 24 Jun. 1959. p. 1
[84] SALES, Clara Maria da Silva. Op. cit. p. 23

também todo um conjunto de personagens que davam consonância ao projeto político da época.

Em quase onze anos de Legião Brasileira de Assistência no Ceará (1942-1959) notam-se oscilações nas atividades, enquanto alguns dirigentes, na maioria esposas de governantes, vão além do esperado outros se limitam ao proposto pela Instituição, não fugindo da função principal, como o cuidado com o outro, em especial, mulheres e crianças. E, embora existindo um Estatuto que regulasse as diretrizes principais, não existia um planejamento efetivo, e assim as ações se davam de acordo com o “desejo” do administrador.

Com a eleição de Virgílio Távora para governador do Estado, Luiza assumiu a Presidência da LBA e juntamente com outros sujeitos históricos, foram realizando trabalhos junto as camadas carentes que também favoreciam a imagem de ambos.

5. Legião Brasileira de Assistência e o Plano de Bem-Estar Social do Governo do Estado do Ceará.

O governo de Virgílio Távora gerou grande expectativa tanto na população como nos grupos políticos e de pessoas ligadas às classes dominantes, devido à ênfase em um novo tipo de administração planejada e a divulgação dos benefícios concedidos e obras realizadas, enquanto estava como Ministro da Viação e Obras Públicas.

O Plano de Metas Governamentais (PLAMEG) visava eliminar o improviso e desperdício de dinheiro público, assim como a definição de objetivos com tempo pré-determinado para sua realização e segundo este plano:

> A criação das condições necessárias à instauração de uma era de planejamento no Ceará deve-se em boa parte a atmosfera de elevada compreensão e colaboração que tornou possível a coligação política vitoriosa nas eleições de outubro último. É importante deixar registrado que o objetivo principal do PLAMEG é o HOMEM, e que, portanto, as metas de desenvolvimento econômico devem ser sempre encaradas como instrumento indispensável ao alcance desse objeto básico.[85]

Logo após a eleição de outubro de 1962 a preocupação de Virgílio Távora estava ligada à organização de seu grupo de apoio e, para isso, o jornal O Nordeste divulgou:

> O Sr. Virgílio Távora também tem mantido contactos com assessores técnicos, visando fazer uma reformulação administrativa que considera indispensável conforme deixou claro em sua plataforma de governo. Assim é que, além da criação de novas Secretarias como a de Minas e Energia, tão prometida, bem como a de Obras Públicas e outras, o candidato virtualmente eleito da "União pelo Ceará" espera formar um órgão amplo de planejamento e investimentos, que servirá de intermediário na ligação de Estado com os órgãos internacionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Aliança para o Progresso, bem como órgãos nacionais, que vão angariar recursos a fim de influir no nosso desenvolvimento econômico[86].

A partir desse desejo de um planejamento amplo, foi criada também a Secretaria de Trabalho e Ação Social, em que as atividades tinham uma coordenação e a participação de organizações civis de natureza local.

---

[85] Ceará, Estado do. **Plano de Metas** – Governo Virgílio Távora. PLAMEG 1963-1966. p.1
[86] Virgílio já cuida de organizar seu "Staff". **O Nordeste,** Fortaleza. 11 out. 1962. p. 8.

No Plano de Bem-Estar Social do Governo do Estado do Ceará, exposto no Centro de Treinamento do Ceará (CETRECE), foram apresentadas as duas maneiras para sua concretização: diretamente, através da Secretaria do Trabalho e Ação Social e indiretamente, por meio de convênios celebrados por outras entidades, particularmente Igreja Católica e LBA, em programas de integração de atividades sociais[87].

Vale salientar, que a capa do Plano de Bem-Estar Social do Governo trazia os símbolos da Igreja Católica à esquerda, no centro da LBA e à direita o do PLAMEG, como forma de mostrar a Legião Brasileira de Assistência como a grande mediadora nesse projeto, lembrando que Luiza Távora era a presidente da Instituição, e a Igreja seria o elo da comunidade com a LBA, facilitando a convivência, pois já fazia um trabalho social nas paróquias e o PLAMEG seria o organizador das ações.

Imagem 2 - Capa do Plano de Bem Estar Social do Governo do Estado do Ceará.
(Arquivo Virgílio Távora)

[87] CEARÁ, Governo do Estado. **Plano de Bem Estar do Governo do Estado do Ceará**. Fortaleza. 1965. p. 2

Assim, desde a criação do Plano de Bem Estar Social já se pensava na atuação de Luiza Távora que, a partir de convênios com a Igreja Católica e o Estado, deveria desempenhar seu papel de mediadora, lembrando que no ano anterior, 1962, as pessoas que escreviam à Luiza a viam a partir do arquétipo de uma "grande mãe". Desde essa experiência, o Governo articulou que sua imagem e as suas representações nos documentos oficiais deveriam ser apresentadas condizentes com o grupo a que estava ligada.

Sobre o trabalho conjunto entre Governo do Estado e a Igreja, a Coluna "O Repórter dos Bairros", do jornal O Nordeste, relata:

> Anuncia-se que o novo governador do Estado, Cel. Virgílio Távora, já manifestou o propósito de aproveitar-se da capacidade de iniciativa e reconhecida laboriosidade dos pastores paroquiais em toda área de nossos bairros, subúrbios e sertões, na execução de seus planos através da nova Secretaria de Assistência Social do governo. Pelo visto, é para concluirmos pela disposição da futura administração em acertar em cheio na movimentação deste importantíssimo setor de negócios públicos.[88]

O artigo ainda expõe mudanças consideráveis no comportamento dos membros da Igreja e segue afirmando:

> Não há mais debate quanto à conduta da Igreja em relação aos graves problemas sociais que afligem as massas proletárias depois que os supremos guias da cristandade lançaram para os quatro cantos do mundo a clarinada da Doutrina Social cristã, de que a luminosa "Mater et Magistra" é a intérprete mais atualizada. O padre cuidará, sobretudo dos interesses espirituais, mas não poderá eximir-se do apostolado social, atendendo aos problemas temporais urgentes que interferem com o plano moral e as solicitações da vida cristã. O sacerdote, **nesta hora de desajustamento social extremo**, não poderá limitar-se a um tratamento unilateral do rebanho, até mesmo porque o seu sermão não teria sentido nem eco[89].

O interesse do governo em relação à Igreja se relacionava com os "desajustamentos sociais" que iam desde a convivência matrimonial, desentendimentos, separações até a interferência de ideias "comunistas" nas comunidades. Assim, o combate a comportamentos inadequados, que já era

[88] Assistência social nos bairros e subúrbios**. O Nordeste**. Fortaleza. 22 Jan. 1963. O Repórter dos Bairros e Subúrbios, p.5.
[89] Idem.

realizado pela Igreja, seria reforçado pelos convênios com a LBA através de um planejamento governamental.

No tocante à exposição realizada no Centro de Treinamento do Ceará (CETRECE) sobre o Programa de Bem-Estar Social, foi dada ênfase à forma indireta de trabalho que tratava dos convênios com a Igreja e a Legião Brasileira de Assistência. Os pontos abordados foram: a nova sistemática de desenvolvimento social no Governo cearense, o trabalho com a Arquidiocese, Dioceses e Paróquias, além disso, as ações conjuntas com a Comissão Estadual da LBA no Ceará.

Sobre a nova sistemática de desenvolvimento social o PLAMEG realizou uma crítica às ações das entidades assistenciais e dos governantes:

> Os governos anteriores limitavam-se, em relação a estas entidades (assistenciais), a efetuar pagamento de dotação enquistadas nos orçamentos por políticos que atendiam ou assumiam compromissos eleitorais. Depois de tudo, o único controle estabelecido era a rotineira análise burocrática de papéis[90].

Ou seja, o documento ao criticar a política de assistência desenvolvida, acusa a inexistência de um controle sobre os gastos assim como dos benefícios realizados pelas entidades à comunidade, mas apenas um jogo político em que as instituições agiam de qualquer forma, a partir do incentivo de um político que prometera auxílio, porém sem o comprometimento necessário. Assim, no fim dos trabalhos não havia uma avaliação para medir a eficácia dos projetos realizados.

A partir da observação do que acontecia anteriormente, Virgílio pensou numa esquemática de organização para o desenvolvimento de comunidades urbanas e rurais.

Desse modo, além de utilizar o CETRECE como órgão de treinamento do funcionalismo estadual e reorganização das unidades de trabalho, paralelamente, agiria na tarefa de atingir às comunidades suburbanas rurais, através de uma divisão especializada, a Divisão de Ativação Comunitária (DACOM) que prepararia "agentes comunitários", com técnicas de desenvolvimento de comunidades operárias, adaptando-as, sobretudo, à realidade cearense.

---

[90] CEARÁ, Governo do Estado. **Plano de Bem Estar do Governo do Estado do Ceará.** Op. cit. p. 3

> O trabalho desses agentes partia do princípio de que o nosso povo tem capacidade potencial de se promover. Devemos, então, levá-lo a tomar consciência, objetivamente, de seus problemas, dos recursos existentes e de suas possibilidades, estimulando-o coordenando as suas atividades positivas e suplementando-as, quando necessário, tendo em vista o bem comum, instituindo, assim, as bases para um desenvolvimento autêntico[91].

Assim, todo treinamento seria realizado pelo CETRECE com a intenção do crescimento das comunidades e também envolvendo certo controle sobre suas ações, pois era direcionado para classes operárias e populações à "margem do desenvolvimento" e que estariam sujeitas a "influências indesejadas".

Desde então, grande parte das subvenções eram prioridades, como ajuda a Arquidiocese, Dioceses e Paróquias, consideradas instituições cheias de bons propósitos e com capacidade realizadora. Dessa forma, o programa de Bem-Estar Social do Governo entendia que não sofreria interferência de políticos profissionais que utilizariam interesses próprios acima dos comunitários.

O trabalho da Igreja foi firmado através de um convênio com o Estado e a criação do Grupo de Trabalho de Atividades Paroquiais (GTAP) que em cooperação com o CETRECE, supervisionava as ações sociais das paróquias participantes do grupo de integração de atividades sociais. Além disso, o grupo organizava a execução dos programas de Ativação Comunitária, Identificação de líderes, Treinamento de líderes, Orientação dos grupos comunitários encarregados do levantamento e estudo das necessidades nos setores de Bem-Estar, Saúde e Educação e Orientação do Plano de Trabalho Paroquial para obtenção de recursos junto ao Governo[92].

Vale ressaltar que a execução do Plano de Trabalho Paroquial foi delegada a grupos comunitários indicados pelo vigário e o treinamento era ministrado pelo CETRECE. Assim, tornava-se desnecessário qualquer processo de fiscalização, pois a própria comunidade administraria a aplicação dos recursos.

Ao relatar sobre o convênio com a Igreja, o Plano de Bem-Estar Social trata de dificuldades quanto aos trabalhos nas paróquias devido à falta de conhecimentos técnicos e mesmo a colaboração dos párocos e da comunidade que foram sanados

---

[91] Idem.
[92] Ibidem, p. 5.

com o apoio do CETRECE, mas ao explanar sobre o trabalho com a Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência foram apresentadas apenas facilidades para o desenvolvimento das ações em virtude da presença de Luiza Távora como presidente da Entidade.

Em alguns trechos, Luiza era apresentada como a primeira a reivindicar os convênios, lembrando que tal plano foi elaborado anteriormente pelos técnicos convidados por Virgílio Távora. E tem-se no Plano de Bem-Estar Social exposto no CETRECE o posicionamento de Luiza Távora ao verificar

> ...as limitações de recursos materiais e humanos da Comissão Estadual, que apenas e precariamente podem atender às obras já existentes, **decidiu utilizar também a cooperação do Estado** para realizar um programa de ação, mais amplo e condigno[93]. Grifo meu.

As representações que foram criadas a partir do Governo de Virgílio mostram Luiza Távora como uma pessoa com participação efetiva, o que não poderia ser diferente, devido sua função e o próprio posicionamento do esposo como político inovador e atuante.

Sobre a falta de recursos na LBA para a prática das ações estabelecidas, o Jornal O Povo publicou uma entrevista com Luiza Távora que declarou

> Dezesseis mil cruzeiros mensais para pagar pessoal, cozinha, lavandeira, vigias e auxiliares de enfermagem – Estranha d. Luiza Távora o conformismo da Sra. Olga Barroso e vai lutar para melhorar as condições daquela entidade assistência[94].

A reportagem acima causou um desconforto entre Luiza Távora e Olga Barroso, ex-presidente da LBA, tendo ela ido a público esclarecer:

> Jamais pus em dúvida que a antiga presidente da LBA haja solicitado a direção nacional da Legião maiores recursos para melhorar as condições de funcionamento dos nossos postos de Puericultura que contam com apenas 16 mil cruzeiros para sua manutenção.
>
> Se algum reparo pode ser feito aquela entrevista para o de conformar-se a antiga dirigente da LBA com tão escassas verbas para tão grandes encargos. Qualquer pessoa de mediano bom senso sabe perfeitamente que verba tão irrisória equivalente a um salário mínimo de 1 mês - não dá para coisa alguma, quanto mais para sustentar um posto de puericultura.

[93] Ibidem, p.13
[94] Verbas da LBA são insignificantes para manter postos de puericultura. **O Povo,** Fortaleza. 07 jul. 1963. p. 5

> Quanto ao mais, desejo apenas, esclarecer que tudo estamos fazendo no sentido de melhorar a LBA, onde, ao contrário do que se imagina, reina a mais perfeita paz e colaboração entre dirigentes e subalternos. Mesmo porque todos estão empenhados em obter para a seção da LBA no Ceará aqueles recursos que infelizmente, a antiga administração não pode carrear[95].

Tal resposta foi dada, pois Olga Barroso tentou se defender da falta de recursos da LBA em sua gestão. E, além disso, Luiza deixou clara a intenção de melhorar a LBA ressaltando, inclusive que havia perfeita "paz e colaboração entre dirigentes e subalternos*".* O que, segundo Sales, não ocorria na administração anterior, visto que "se evidenciavam conflitos internos, com relação ao quadro de pessoal (admissão e demissão), que de certa forma embotaram sua gestão" [96]*.*

Pode-se concluir que a situação de conflito tenha se agravado, após a posse de Virgílio Távora (Março/1963) quando Parsifal Barroso, ex-governador, retirou o apoio político do Partido Trabalhista Nacional (PTN) ao governo segundo informa a reportagem de O Nordeste:

> O meio político situacionista sofreu um impacto. O Partido Trabalhista Nacional capitaneado pelo ex-governador Parsifal Barroso, em virtude de não haver conseguido o DAER para o Sr. João Sanford, resolveu abrir mão da Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social que lhe fora destinada pelo coronel Virgílio Távora, quando do rateio dos cargos da futura administração. Argumentou o PTN que aquela pasta ainda não tem uma estrutura organizada, conseqüentemente não detém a importância política que a colocasse em pé de igualdade com as demais Secretarias de Estado. Além disso, os departamentos a ela pertencentes iriam ser manobrados por elementos doutras facções – O IPEC caberá ao PSD, por exemplo – tomando o comando da pasta de mãos petenistas[97].

Assim, quando Luiza questionou os poucos recursos federais da LBA e o "conformismo" de Olga Barroso gerou uma retomada de algo que vinha desde a posse Virgílio e que se agravava com as críticas.

Segundo o relatório sobre o Plano de Bem Estar Social, a obra de maior destaque no período foi o Centro Maternal Profissional (CEMAPROS), cuja criação se justificou pelo contexto vivido pelas mães pobres e serviu para promover Luiza Távora ao papel de cuidadora e mãe dos pobres.

---

[95] Idem.
[96] SALES, Op. cit. p. 24
[97] Parsifal retirou apoio político do PTN ao governo de Virgílio. **O Nordeste**. Fortaleza. 25 mar. 1963, p. 2.

A partir da análise do Plano de Bem Estar Social do Governo do Estado percebe-se a importância dos três componentes, pois a partir do trabalho da Igreja nas comunidades, o Estado realizava os planejamentos e, sob o comando de Luiza Távora, a LBA realizava com segurança seu desenvolvimento, garantindo assim, que o planejado tivesse êxito e aceitação perante a sociedade. E, além disso, não bastava a ajuda dos colaboradores. As representações deveriam ser criadas tanto em documentos oficiais como nos periódicos para que, tanto no momento presente como no futuro, houvesse o fortalecimento da imagem não só de Luiza Távora, mas de todo grupo que apoiava o Governo.

6. Centros Maternais Profissionais – "A experiência mais notável[98]"

Na década de 1960, conforme declarações da direção da Escola Industrial[99] havia inúmeras queixas devido à falta de mão de obra especializada, e aqueles trabalhadores especializados ou mais qualificados para o mercado de trabalho, procuravam as cidades do Sul e Sudeste do País, onde as possibilidades de emprego e remuneração eram bem maiores[100].

Ao crescimento do desemprego e da miséria somavam-se as mães solteiras, mulheres abandonadas pelos maridos, com grande prole, sendo que estes partiam em busca de trabalho em outras localidades e até outros Estados e, na maioria das vezes, fixavam nova residência, constituindo outra família e desamparando a anterior. Assim, nasceu a ideia da construção de lavanderias nos principais bairros da cidade de Fortaleza com o intuito de dar condições de higiene, assim como profissionalizar as mães pobres.

Dessa forma foi consultada uma comissão de técnicos, engenheiros, professores, médicos, assistentes sociais e agentes comunitários que analisaram o trabalho das lavadeiras, à beira dos riachos, lagoas e cacimbas, para onde levavam os filhos, que não podiam ficar sós em casa.

Os Centros Maternais Profissionais (CEMAPROS) foram criados pela Comissão Estadual da Legião Brasileira de Assistência, no Ceará, e construídos por esta, em colaboração com o governo do Estado. Seu regulamento foi produzido pela LBA e membros da Igreja Católica. Segundo o Regulamento dos CEMAPROS tratavam-se de

> ...Instituições de caráter assistencial e promocional, sem finalidade lucrativa, destinadas a prestar serviços sociais a determinadas categorias de trabalhadores do sexo feminino, em função de **conciliar seus afazeres profissionais com as obrigações domésticas.**[101] Grifo meu.

[98] CEARÁ, Governo do Estado. Op. cit. p. 13
[99] Posteriormente Escola Técnica Federal, atualmente Instituto Federal do Ceará (IFCE).
[100] Ibidem, p.14
[101] LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Regulamento dos CEMAPRO**. Fortaleza, CE, 1963.

Como os CEMAPROS foram criados com o objetivo de atender a demandas das mulheres e crianças, percebe-se que Luiza Távora, a partir do que se esperava dela, como provedora e protetora da família, enquanto primeira-dama conseguiu articular projetos em parceria com a Igreja na qual projetava nas pessoas a imagem de uma "Grande Mãe" que se preocupava com os desamparados. São os usos possíveis de algo que estava no inconsciente das pessoas, já que a mulher de um homem público era vista como mediadora e, além disso, mãe caridosa.

Como ressalta Chartier[102] as representações são criadas a partir de práticas sociais e, como Luiza, esposa do Governador, era vista como uma mediadora, seus trabalhos deveriam voltar-se para atividades sociais que pudessem "casar" com os objetivos políticos do esposo. Dessa forma, todos os planejamentos ligados à LBA também possuíam elo com a Igreja que já realizava um trabalho social e iria garantir o êxito.

No período de 1963-1965 foram construídos em Fortaleza os Centros Maternais do Pirambu, em 1963; nos Centros na Piedade, Lagamar, Morro do Ouro e Porangabuçu; em 1964 e no Interior do Estado os de Quixeramobim, Cedro, Várzea Alegre, Tauá, Juazeiro do Norte e Iguatu, finalizados em 1965.

No jornal O Povo o repórter Francisco Lima relatou como nascia um Centro Maternal Profissional e afirmava:

> Há pessoas que julgam ser muito fácil a criação de um Centro Maternal. Talvez o seja, mas nem sempre o Centro poderá oferecer perspectiva de sucesso. Este sentimento, aliás, deve existir como condição preliminar para que a Legião Brasileira de Assistência se interesse por ajudar. Antes, pois, de pensar no Centro Maternal dona Luiza Távora – Madrinha das Lavadeiras – exige que se exerça, no bairro ou cidade, um tipo de comunidade. A comunidade significa a união de todos, de tal forma que a maioria sinta vontade de trabalhar e de progredir para tanto o Governo do Estado, através dos órgãos competentes oferece os préstimos de pessoas, que com técnicas especiais atende aos apelos dos líderes e motiva os grupos para uma ação conjunta.
>
> Sob a ajuda do vigário (via de regra é a pessoa escolhida para coordenar as equipes e reuniões), a comunidade estuda os aspectos do seu meio, quer sob o ponto de vista sanitário e educacional ou social. Dos estudos a comunidade faz o levantamento das necessidades mais prementes e elabora um plano de ação. Este plano envolve quase sempre a criação de um Centro Maternal, dependendo logicamente do índice de lavadeiras presentes. Interessante ressaltar que o plano, embora orientado por

[102] CHARTIER, Roger. **A História Cultural**; entre práticas e representações. .Op. cit, p. 17.

> pessoas de fora, porém a síntese de tudo quanto os próprios membros da comunidade decidiram.[103]

Na reportagem é ressaltado que o desejo de melhorar e mudar nascem na comunidade e, a partir de seus interesses é que a LBA, Igreja e Governo do Estado se mobilizavam para um trabalho concreto.

O primeiro CEMAPROS construído foi inaugurado no Pirambu[104] em novembro de 1963. Além da "motivação da comunidade" outro fator incitou na escolha, pois desde 1961, Virgílio Távora mantinha contatos com a comunidade desse bairro através do Padre Hélio Campos[105], devido a problemas relacionados com a desapropriação das terras, sendo que maio de 1962 foi publicado no Diário Oficial e as constantes ameaças de despejo dos moradores não se concretizaram. Ainda em 1962, Luiza Távora visitou o bairro em busca de votos na Lagoa Funda. Como este era um ano eleitoral e o bairro possuía uma grande concentração populacional e seria bastante interessante investir num local assim. Em outubro desse ano Virgílio Távora se elegeu Governador do Estado.

Nos dois primeiros meses de seu Governo, VT se preocupava com o plano de metas e em desenvolver o setor industrial de Fortaleza, não mantendo contato com os moradores do Pirambu. Cansados de esperar os moradores escreveram a Virgílio reclamando que o bairro não recebia nenhuma ajuda substancial há dois meses e solicitaram :

> Como não vou poder me encontrar com você, aqui vai um resumo do eu queria lhe falar. Si você deseja, verdadeiramente, ajudar o Pirambu, deixar alguma coisa de positivo feita, trate de providenciar, quanto antes, o que abaixo enumero, pois a situação lá está insustentável, de vês que o auxílio que público dá é "fogo de palha", entusiasmo passageiro: no começo da campanha, todo mundo se comoveu e ajudou – Agora, todos acham que não há mais necessidade. E é justamente quando há, com o Centro Social e

[103] LIMA, Francisco. As Lavadeiras fizeram os Centros Maternais... **O Povo.** Fortaleza, 17 Ago. 1965, p. 10

[104] O bairro do Pirambu está localizado na Zona Oeste de Fortaleza, ao longo de um litoral que cobre uma extensão de cinco quilômetros, distante apenas cerca de 3 km do centro da cidade de Fortaleza e, que, por isso, desde sua origem atrai pessoas de várias localidades do Estado e fora do Estado.

[105] Francisco Hélio Campos nasceu em Quixeramobim (Ceará) em 1912 e ordena-se padre em 1932. Em 1953 atuou na Paróquia de São Francisco de Assis, em Jacarecanga, e realizava missas no Pirambu no começo dos anos 50, porém sua mudança como pároco da comunidade do Pirambu ocorre somente em 1958.

> toda parte do ensino para sustentar, sem ter uma fonte correspondente[106]. Grifos do destinatário.

Nesta carta pode-se observar a forma de tratamento "você", que poderia indicar uma proximidade entre o remetente e o destinatário, mas também poderia ser uma forma querer se mostrar próximo, quebrar as barreiras da hierarquia existente. Não se pode esquecer que depois da desapropriação das terras e das eleições, com a vitória de VT, os laços estavam mais estreitos e havia algumas promessas a serem pagas.

O trecho "deixar alguma coisa de positivo feita" se refere à própria fala de Virgílio em seu plano de governo, discursos e palestras em que ressalta a importância da melhoria de vida e de estrutura nos bairros pobres.

Segundo Chartier, as apropriações culturais permitem, também, que não se considerem totalmente eficazes e radicalmente aculturantes os textos ou palavras que pretendem moldar os pensamentos e condutas. As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas, visto que as classes dominantes não possuem o monopólio da produção de ideias, pois as pessoas comuns, os trabalhadores ou camponeses produzem suas próprias ideias, crenças, valores e formas de comportamento[107]. E mesmo quando aquelas ideias são impostas a estas pessoas, elas encontram meios e se apropriam das mensagens dominantes, dando-lhes novos e diferentes significados.

Os missivistas do Pirambu ao se apropriarem dos discursos de Virgílio tentam fugir às normas convencionais, em que eles seriam passivos e não reivindicariam as promessas realizadas. Pelo contrário, eles se apoderam desses discursos e os usam de forma inesperada contra o governo. É interessante como o remetente reforça na carta que o discurso político é igual a "fogo de palha", algo passageiro. Isso remete às promessas feitas pelo Prefeito e o Governador da gestão anterior, que não passavam de falácias e VT guardava todos os documentos em que constavam vários compromissos não realizados por esses políticos. E, além disso, tal situação

[106] Carta enviada a Virgílio Távora sem remetente em 04-06-1963.
[107] CHARTIER, Roger. **A História Cultural**; entre práticas e representações. Op.. cit. p.136.

ao invés de se desestimular a população foi incentivada a se organizar e realizar a Marcha do Pirambu[108], a qual mobilizou muitas pessoas e amedrontou as autoridades da cidade e Estado no ano de 1962. Diante dessa situação, Virgílio teme uma reação parecida com a anterior, pois a população poderia se revoltar e fazer protestos.

Em outro trecho, é solicitado o convênio da União com o Estado para que todas as obrigações e execução das desapropriações sejam transferidas para o Estado do Ceará, pois o decreto Nº. 1.058 de 25-05-1962 foi assinado pelo Primeiro Ministro Tancredo Neves e, devido à burocracia existente o pagamento ainda não havia sido realizado, o que causava medo nos moradores que sofriam com novas ameaças. Assim solicitam com urgência:

> Levar já assinado e perfeitamente terminado... O convênio da União com o Estado do Ceará , através do MVOP, passando para o Estado todas as Obrigações e Execução das desapropriações resultantes do decreto Nº. 1.058 de 25 de maio de 1962 – o Dr. Peltier, juntamente com Hélio Cruz, sabe muito bem como é e já havia combinado esperar só um aviso seu para providenciar isto, com a autorização do Jango[109].

Percebe-se que, antes de enviar essa mensagem, o remetente já estava bem informado sobre o procedimento a ser realizado, restando apenas a VT providenciar o andamento do processo. Trata-se de uma tática em que o remetente afirma as possibilidades para resolução dos problemas, fazendo com que o endereçado não tenha como rejeitar seu pedido, ou pelo menos inicialmente.

Outra demanda do missivista estava relacionada com o pagamento de 17 (dezessete) professoras do Centro Social Paroquial Lar de Todos (CSPLT) e, se não ocorresse ainda no segundo semestre, as aulas ficariam suspensas. Vale salientar que essa solicitação foi encaminhada através de Moacir há algum tempo e o seu pagamento não ocorreu. Para finalizar, o missivista utilizou um tom de ameaça e concluiu: “Você bem pode imaginar a revolta que causará uma coisa dessas, justamente quando o governo promete auxiliar o bairro.” Naquele momento, a possibilidade de uma revolta popular seria algo quase inadmissível, pelo fato de

[108] Movimento que ocorreu em janeiro de 1962 em que os moradores do Pirambu saíram em passeata pelas ruas de Fortaleza em direção a Catedral Católica no Centro da cidade, reivindicando melhorias para o bairro tendo como principal articulador Padre Hélio Campos.
[109] Carta enviada a Virgílio Távora sem remetente em 04-06-1963.

Virgílio ter vivido o momento em que ocorreu a Marcha de 1962 e também porque houve toda uma campanha em que ele foi visto como uma espécie de “herói” que libertou o bairro da ameaça de despejo.

Entretanto, em 1963 a instabilidade econômica e política marcavam o País, o Presidente João Goulart (Jango) não era bem visto pelos setores conservadores e, na busca de apoio social junto às classes populares, levou seu Governo a se aproximar do movimento sindical e dos setores que representavam as correntes e ideias nacional-reformistas. O País foi palco de agitações sociais que polarizaram as correntes de pensamento de direita e esquerda em torno da condução da política governamental.

Diante das instabilidades do período, Virgílio toma providências em relação ao Pirambu e no cabeçalho da carta recebida consta a seguinte ordem: “Mandar procurar na Divisão de orçamento do Ministério da Educação e Saúde o que há de convênios ou impostos a receber” e nas laterais constava o rascunho dos valores a serem pagos aos indenizados pela desapropriação das terras. Afinal, a melhor saída seria atender as demandas solicitadas a sofrer com novo protesto na Capital.

A partir de tal ordem percebe-se a importância do Pirambu para o Governador e até se nota seu receio em relação às “ameaças” recebidas, pois se pode observar que o missivista é alguém influente no bairro e isso poderia prejudicar a imagem de VT diante da população.

Entre as fontes existentes no arquivo de VT têm-se as prestações de contas dos convênios realizados pelo Centro Social Paroquial Lar de Todos e o Estado. Vale ressaltar que cada rascunho apresenta a trajetória que tal documento devia realizar, constando os contatos com quem Padre Hélio deveria falar para que os processos fossem mais rápidos. Entre a Secretaria de Educação e o Centro Social Paroquial Lar de Todos (CSPLT) foi firmado convênio com verbas no valor de CR$ 14.632.600,00 (Quatorze milhões, seiscentos e trinta e dois mil e seiscentos cruzeiros) sendo que CR$ 13.912.600,00 (Treze milhões, novecentos e doze mil e seiscentos cruzeiros), deveriam ser aplicados para contratação de pessoal e CR$ 720.000,00 (Setecentos e vinte mil cruzeiros) para aquisição de equipamento e material didático.

Analisando as declarações do jornal O Povo e a ação dos moradores do Pirambu, percebe-se que estes estavam dentro do “padrão” exigido para serem agraciados com um Centro Maternal, pois havia motivação na comunidade em virtude das solicitações requererem o bem de todos e melhorias para o bairro. Todavia, utilizaram de uma tática inesperada em que o Governo se viu ameaçado e assim, consequentemente Virgílio tentou resolver os problemas.

Desse modo, quando são analisados os outros CEMAPROS, percebe-se que tratavam-se também de comunidades pobres e que desejavam melhorias. Então, era adotado um discurso que valorizava a população local, mas a mediação ocorria através da “Madrinha das Lavadeiras”, reforçando, assim, o papel da mulher do político, a Primeira-Dama.

Os CEMAPROS possuíam um regulamento elaborado pela LBA e a Igreja com os seguintes objetivos:

> - organizar, em bases racionais o trabalho de categoria ou categorias profissionais abrangidas no respectivo campo de ação;
>
> - ensinar, treinar e aperfeiçoar as domésticas, no exercício de suas atividades profissionais, **com vistas a aumentar o rendimento do trabalho**, expresso em termos de retribuição pecuniária;
>
> - desenvolver programas educacionais junto às mães trabalhadoras, visando a orientá-las na criação dos filhos;
>
> - prestar serviços médicos, dentários e farmacêuticos **as mães trabalhadoras** e seus filhos;
>
> - prestar serviços escolares às crianças do bairro e eventualmente, aos adultos;
>
> - fornecer alimentação **às mães trabalhadoras** e seus filhos menores, nos horários de trabalho ou de estudo, conforme o caso;
>
> - assegurar às **mães trabalhadoras** os respectivos instrumentos de trabalho e instalações apropriadas ao exercício da atividade profissional;
>
> - fornecer água potável à população do bairro, através de chafarizes de uso comum;
>
> - manter berçário para atendimento dos filhos **das mães trabalhadoras**, nos horários de trabalho;
>
> - estimular, no seio da comunidade, a procura de soluções adequadas para seus problemas vitais com recursos próprios;
>
> - estimular a **prática do cooperativismo** no seio da comunidade;

> - prestar assistência moral e religiosa às **mães trabalhadoras**, mostrando-lhes como dar cunho sobrenatural a seus afazeres domésticos;
>
> - orientar as **mães trabalhadoras**, dentro do espírito da doutrina cristã, quanto às finalidades do matrimônio, no seu duplo aspecto de procriação e educação da prole[110]. GRIFOS MEUS.

Ao observar o regulamento dos CEMAPROS se identifica a vinculação de seus objetivos com o Plano de Metas do Governo do Estado e o Plano de Bem Estar Social, pois Virgilio Távora em seu PLAMEG visava o desenvolvimento do Estado a partir de metas pré-estabelecidas para assim, alcançar um nível maior de industrialização e crescimento.

E o Plano de Bem Estar Social visava a "promoção de elementos à margem do processo de desenvolvimento". Então, ao direcionar a maioria dos benefícios do CEMAPROS, "às mães trabalhadoras", Luiza e Igreja, tentavam incluí-las dentro do "desenvolvimento" esperado através de sua ligação com uma atividade produtiva, já que, tais mulheres, devido ao cuidado com os filhos, não poderiam trabalhar e deixá-los sozinhos em casa. Além disso, tratavam de "organizar e aperfeiçoar" os meios de realizar o trabalho, com o intuito de "aumentar o rendimento no trabalho". Assim, não bastava que essas mulheres trabalhassem, elas deveriam alcançar o máximo de sua produção.

Sobre os bairros operários o jornal *O Nordeste* retratou o pensamento da época:

> As favelas, que já existem, precisam ser humanizadas. Seus habitantes precisam receber estímulo e ajuda para realizarem os melhoramentos possíveis nos casebres em que já estão. Pirambu, Nova Brasília, Lagamar, Morro do Ouro, *precisam ser ajudados a se transformarem em bairros operários,* com calçamento, água, iluminação pública e casas confortáveis e higiênicas. URBO é o maior acontecimento do presente ano, na história de Fortaleza. Pela primeira vez, Prefeito e Governador se uniram para estudarem, em conjunto, os problemas da população suburbana dos mocambos nesta cidade e iniciou um plano de construção de casas populares, plano este elaborado pelo grupo de trabalho recentemente criado, que visa à Urbanização dos Bairros Operários donde veio a sigla URBO[111].

[110]LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Regulamento dos CEMAPROS**. Op. Cit., p. 18.
[111] Urbanização dos Bairros Operários (URBO): o maior acontecimento do ano em Fortaleza. **O Nordeste**. Fortaleza, 10 abr. 1963. p. 5 -6

Devido à ideia de progresso e desenvolvimento estar ligada à industrialização, os planejamentos governamentais se voltavam para uma organização de bairros operários, onde deveria haver melhores condições de vida. Entendiam que, se o trabalhador vivesse num local higiênico e se alimentasse bem, produziria mais. Além disso, poderiam ser observados quanto a comportamentos pouco aceitáveis, como desajustamento na família ou, mesmo, aproximação de pessoas simpatizantes a ideias comunistas.

No Pirambu foi realizada a primeira experiência da LBA. Como a maioria das pessoas utilizava a água da Lagoa Funda, local em que se lavavam caminhões, cavalos e até os porcos passeavam, ficou decidido que o ambiente das lavanderias deveria ir além de um ambiente de trabalho.

Imagem 3 – Luiza cumprimentando crianças na Lagoa Funda – Arquivo de Virgílio Távora.
(Arquivo Virgílio Távora)

A Lagoa Funda do Pirambu, estava localizada na Zona Oeste de Fortaleza, onde em 1962, Luiza Távora, visitava em busca de votos para seu esposo e ouvia as reivindicações das lavadeiras.

Na foto percebe-se a precariedade daquela região, onde as mães precisavam trabalhar para aumentar a renda familiar, devido à falta de emprego e infraestrutura do bairro e, como boa parte dos moradores vinham de outras localidades do Estado, acabavam se submetendo a tal situação calamitosa.

Assim, em 1963 começa a construção do CEMAPROS do Pirambu e, como na foto anterior Luiza visitou o bairro, agora com seu esposo para conferir o andamento da obra.

Imagem 4 – Visita de Luiza e Virgílio Távora a construção do CEMAPROS Pirambu.
(Arquivo Virgílio Távora)

Quando se analisam fotografias, Peter Burke orienta que “é essencial haver uma crítica da fonte”, para isso interrogá-la é um dos primeiros passos. Saber quem

tirou e suas intenções, quem as encomendou e, além disso, o lugar onde estavam guardadas dá indícios de fatos além da própria imagem[112].

As imagens acima estavam arquivadas no Arquivo Intermediário do Estado do Ceará, no Fundo Virgílio Távora, e como mostram dois momentos de uma comunidade pobre percebe-se o intuito de mostrar à posteridade as modificações realizadas. De um lugar sem conforto e ao relento, as lavadeiras poderiam trabalhar num local amplo com estrutura adequada.

A construção da imagem de Luiza Távora não se tratava de algo ao acaso, mas de toda uma preocupação para mostrar sua atuação como mulher dinâmica e engajada nas causas das comunidades carentes, dentro daquilo que já era esperado. As representações tanto de fotografias do Arquivo de Virgílio Távora como dos jornais, ressaltam as qualidades de uma mulher caridosa, dedicada e trabalhadora.

Imagem 5 – Lavanderia do CEMAPROS -
Folheto "A Grande Solução"

[112] BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**: história e imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004. p. 30

Nesta última fotografia retirada do folheto “A Grande Solução”, produzido pelo Clube do Advogado[113] mostra a mudança ocorrida na vida das lavadeiras. A foto acima tem a seguinte inscrição: “Agora, [...] dispondo de lavanderias individuais, revertidas de azulejo, com água encanada e abundante e formando um ambiente alegre e sadio”[114].O Arquivo de Virgílio Távora, apresenta fotos do antes e depois da construção dos CEMAPROS para apresentar uma boa imagem do trabalho realizado.

O Clube do Advogado elaborou o folheto “A Grande Solução” a partir da visita de alguns de seus associados aos CEMAPROS, em 1965, como resultado de um apanhado de dados dos primeiros cinco meses do ano, quando foram visitados os Centros Maternais Profissionais dos bairros Lagamar, Piedade, Morro do Ouro e Porangabuçú. O secretário do Clube, João Otávio Siqueira, enviou a Luiza uma cópia do impresso com as conclusões dos visitantes:

> Tendo recebido honroso convite, com que especialmente nos distinguiu Dª LUIZA TÁVORA, Presidenta da Legião Brasileira de Assistência do Ceará, e como representantes credenciados deste CLUBE, visitamos, à semana passada, em companhia da mesma, nos diversos bairros pobres da Capital, as obras de profundo alcance, em prol de sua efetiva humanização e cristianização, ali já tornadas magnífica realidade, sob os auspícios, constante zelo e ânimo incentivador da ilustre Primeira Dama do Estado [...]
>
> Do que vimos de perto, examinando e sentindo, na sua intimidade, o processo de recuperação de nossas favelas, antes vinculado ao destino da pessoa e da família, da comunidade e da própria nação, damos agora um testemunho insuspeito, porque não o fornecemos sob encomenda, como simples elogio ou favor a Da. LUIZA TÁVORA, porém convictos da exata dimensão de problema tão instante, que caberia melhor tratado, com prioridade, sobre as metas de qualquer desenvolvimento econômico.
>
> Dos vários núcleos onde estivemos não se modifica a lisonjeira impressão colhida, pelo tipo-padrão da experiência posta em prática, marcada com evidentes sinais de sucesso.
>
> Em cada um, amplos galpões se construíram, dispondo de lavanderias individuais, revestidas de azulejo, com água encanada e abundante [...] Ao lado desses galpões [...] completa assistência médica e dentária, com gabinetes instalados; o ambulatório e a farmácia; a creche e o parque infantil; o jardim da infância e o curso primário... a cozinha com fogões a gás butano [...] A tudo isso, acrescente-se que as crianças freqüentam as aulas devidamente fardadas [...]

[113] O Clube do Advogado nasceu em novembro de 1954 e sua sede se localizava no Edíficio Granito nos três andares, teve como fundadores: Carlos Roberto Martins Rodrigues, Aldenor Paiva, Célio Loureiro, Àlvaro Melo, Jorge Maia entre outros.
[114] CLUBE DO ADVOGADO. **A Grande Solução**. Fortaleza, 1965.

> No giro que empreendemos pelos subúrbios – queremos atestar o fato; não deparamos pessimismo ou desconfiança, comodismo ou indiferença, nem nada que nos conservasse a velha impressão de representar a favela sempre uma mancha no conjunto urbanístico da cidade, que urgia afastar para longe dos olhos, mas revelando, antes, o índice de insensibilidade moral dos demais habitantes e uma flagrante injustiça dos bem instalados da fortuna.
>
> O que presenciamos, foi Da. LUIZA receber manifestações espontâneas e estrepitosas, da pobre gente que socorreu e de quem se lembrou nas horas de lazer, propiciando-lhe diversão educativa, com a instalação de televisores públicos, e, de último já partindo para o aproveitamento rentável das imensas possibilidades de seu artesanato, na confecção primorosa de vestidos e bordados[115].

Os advogados que visitaram os quatro CEMAPROS elogiaram o trabalho de Luiza Távora por empreender uma ação que provocava muitas transformações nas comunidades pobres de Fortaleza. Na visão deles, tudo estava funcionando com grande sintonia. Alguns aspectos a serem observados sobre o relato: primeiro, eles fizeram uma visita com Luiza Távora, então se pode subentender que foi tudo programado, desde a data, até horário e o funcionamento dos Centros; segundo, é ressaltado que se tratava de um "testemunho insuspeito" já que não foi encomendado e, como advogados que exerciam "misteres de relevância pública", algo que eles mesmos haviam declarado, não poderiam ser contestados em seus relatos.

Já em "Memória Viva do Pirambu – O Velho Pirambu de Muletas", Silva relata outros aspectos além dos explanados pelos associados do Clube do Advogado sobre os Centros Maternais Profissionais

> Na verdade o Pirambu precisava de mais uma autoridade para nos ajudar. Foi quando no governo do coronel Virgílio Távora foi construído o Centro Maternal ao lado da dita Lagoa Funda. Um espetáculo de prédio, com vários repartimentos, aonde foi construído uma grande lavanderia dentro daquele prédio. As pobres lavadeiras deram graças a Deus. E botaram o grande governador nas alturas. Todas as lavadeiras passaram a lavar roupa na lavanderia do Centro Maternal [...] Depois da lavagem de roupa iam tomar banho, pois tinha banheiros com fartura [...] Aquelas senhoras que tinham recém-nascidos, não tinha com quem deixar em casa, não tinha problema. No Centro Maternal tinha bastante berço e alimentação para aquelas criancinhas, até prá mãe tinha a alimentação para acabar com a escassez do leite. Era um verdadeiro paraíso. Quem era que ia deixar uma lavanderia por uma lagoa sebosa, repleta de doenças contagiosas? Mas durou pouco. Quem foi quem inventou cobrar mensalidade? De quem foi essa inteligência desonesta? Causou revolta e o desinteresse da pobreza pela lavanderia. Começaram a cobrar a mensalidade obrigatoriamente. Quem não possuísse uma carteira com as mensalidades em dia não lavava

[115] Ibidem, p. 7-12

> roupa naquele recinto [...] E pouco a pouco foi desaparecendo aquela pobreza mais miserável, ficando aquela que o marido tinha salário certo. Diminuiu escandalosamente aquele movimento espetacular da LBA do velho Pirambu.[116]

Analisando os dois relatos constata-se o que era padronizado nos Centros Maternais sobre o atendimento às mulheres e crianças com grande estrutura de apoio. Mas no caso do segundo relato, que parte de um morador do Pirambu e não de um visitante, além do "Espetáculo do prédio", foi constatada a dificuldade na continuação do trabalho para a comunidade mais pobre. O autor não informa o nome do responsável pela cobrança da mensalidade, todavia relata afastamento da população carente.

Deve-se salientar que, no folheto do Clube do Advogado, Luiza Távora era a personagem principal, até seu nome se apresentava em letras maiúsculas, como algo em destaque. Já no segundo, as obras dos CEMAPROS são vistas como mérito do "Coronel Virgílio Távora". Assim, vê-se a diferença em relação às representações que são criadas, ou as intenções de quem relata um mesmo fato, podendo exaltar diferentes atores de acordo com aquilo que deseja divulgar ao público receptor.

Vale salientar que, para finalizar o folheto "a Grande Solução" foi lançada a pergunta: "E quando Da. Luiza deixar a Legião?". E concluía: "Da. Luiza tudo programou e planificou pela continuidade da sua obra revolucionária". Assim, foi anexado ao folheto o Regulamento dos CEMAPROS, no qual estava afirmado que embora sem a presença da Primeira Dama, os Centros Maternais funcionariam devido ser uma obra democrática com participação de membros da comunidade, um trabalho harmônico e não somente assistencial, com instituições engajadas como a LBA, Governo, Arquidiocese, Paróquias e Povo.[117]

Em abril de 1965, foi realizado um convênio entre Legião Brasileira de Assistência e Arquidiocese de Fortaleza em que o funcionamento dos Centros Maternais Profissionais do Lagamar, Morro do Ouro, Piedade, Pirambu e Porangabuçu ficariam, segundo documento da LBA, a cargo da Arquidiocese:

---

[116] SILVA, Gerardo Walmir. **Memória Viva do Pirambu –** O velho Pirambu de Muletas. Fortaleza. s/d.
[117] CLUBE DO ADVOGADO. **A Grande Solução**. Op. cit.,13

> a qual ficaria o ônus do custeio, inclusive de pessoal porventura admitido, devendo, ainda, realizar as despesas que se fizerem necessárias ao perfeito cumprimento de suas finalidades, especialmente no que diz respeito a criar condições de bem estar social para mulheres pobres do Bairro em atividades que exercitam fora do lar, tais como lavar roupa, engomar, costurar, bordar, como meio de subsistência de suas famílias[118].

Como em 1966 seria ano eleitoral o convênio acima poderia ser o meio encontrado para o afastamento de Luiza Távora. Assim, a Igreja que trabalhava nos CEMAPROS desde o início de seu funcionamento, continuaria as atividades desenvolvidas. Todavia, Sales destaca que no período de 1967 a 1979, ocorreram grandes mudanças na LBA, quando a Diretoria Estadual foi entregue para professora Maria Estephânia Monteiro Rocha Lima, não mais para a Primeira Dama do Estado. Além disso, os CEMAPROS foram transformados em Centros Sociais, como também os Postos de Puericultura (Mucuripe, Aldeota, Parangaba, Messejana e Pan-Americano). E assim,

> ...foram reequipados, alguns ampliados, remodelados e reorganizados nos seus programas e atividades, passando a desenvolverem **ações mais amplas e integradas** tais como: Assistência Médica-Pediatria, Pré-Natal, Assistência Odontológica, Vacinação, etc, Cursos Profissionalizantes, Clube de Mães, Grupos de Jovens, Atividades Esportivas e Culturais, Atendimento Emergência – Ajuda Econômica Financeira, Registro Civil e Assistência Judiciária e Pré-Escolar[119].

Com a mudança de governo e as novas necessidades do período, os CEMAPROS foram reestruturados e suas atividades foram ampliadas para aumentar a gama de pessoas que poderiam ser auxiliadas.

---

[118] LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. Convênio Legião Brasileira de Assistência – Comissão Ceará com a Arquidiocese de Fortaleza. 20 Abr. 1965.
[119] SALES, Clara Maria da Silva. Op. cit. p. 33-34.

7. As “obrigações” do ofício: “Desde cedo aprendi a amar os desfavorecidos da sorte[120]”

Com a nomeação de Luiza Távora em abril de 1963 percebe-se uma mudança no perfil da LBA que passa a trabalhar a partir de um planejamento prévio e com total apoio do governador Virgílio Távora (1963-1966) que através de convênios viabilizava a realização de seus projetos.

Nesse momento, Luiza não recebia mais cartas, por estar vinculada a uma Instituição e assumir a função de Primeira-Dama. A sua postura de mediadora mudou, pois agora ela recepcionava algumas pessoas no prédio da LBA, visitava as comunidades percebendo seus problemas, recebia homenagens e fazia inaugurações. Dessa forma, estava mais próxima da população que antes lhe escrevia.

Os primeiros meses de 1963 foram de planejamento e organização dos serviços que seriam prestados à comunidade. Em maio aconteceu em Fortaleza um “Conclave da LBA” com programação voltada para o Norte e Nordeste do Brasil. Tratava-se do III Seminário Regional da Legião Brasileira de Assistência, com objetivo de reformular o programa assistencial da Instituição.

Existiam várias comissões que apresentaram as seguintes conclusões:

> A procuradoria sugeriu ser encaminhada uma mensagem ao Legislativo, para que se reforme a idade estabelecida para o casamento de mulheres menores de idade sem o consentimento dos pais, reduzindo-a de 21 para 18 anos. Entende a comissão que, por muitos fatores, a lei atual estimula em muito a prostituição, necessitando, pois ser reformada. Foi também ventilado o problema do reajustamento da família através de uma fórmula a ser criada, facilitando o casamento dos pobres e evitando certos [ilegível] que levam às vezes à bigamia, quando da separação do casal. Este e outros assuntos foram aprovados não [ilegível] ter sido o último discutido por mais de uma hora[121].

O Seminário da LBA analisou questões ligadas a comportamentos sexuais e manutenção do núcleo familiar, pois naquele momento, o modelo para a mulher estava relacionado com o ser mãe, o cuidar da família. Outros pontos abordados estavam assim relacionadas:

---

[120] Desde cedo aprendi a amar os desfavorecidos da sorte. **O Povo.** Fortaleza, 04 Abr. 1963, p.1.
[121] Padre Horta promete a O POVO: Arrancarei da Presidência da LBA uma verba monstro para o Ceará: Mortalidade infantil. **O Povo**. Fortaleza, 09 Mai. 1963, p.8.

> ... a primeira, a liberdade de ação ao planejamento e execução dos programas assistenciais, de modo a serem atendidas as peculiaridades regionais; a segunda ressalta a necessidade de cooperação da LBA, através dos seus postos, com órgãos privados ou públicos que empreendam campanhas sanitárias; a terceira dividida em três itens diz respeito ao seguinte:
>
> As secções estaduais deverão dedicar especial atenção a melhoria das condições de vida das mulheres de poucos recursos cuja profissão esteja vinculada a atividades domésticas, lavadeiras, costureiras, cozinheiras, engomadeiras etc.;
>
> Criação de Centros Profissionais Maternais como unidade de local de trabalho, dotado de creches, jardins de infância, escolas de alfabetização e com condições razoáveis de conforto.
>
> Os centros, na etapa final do plano, deverão evoluir para o cooperativismo, que, conforme frisa o documento, citando Gilde, é a suprema esperança dos que sabem que **uma questão social a resolver é uma revolução a evitar**[122]. [Grifos Meus]

Dessa forma, o Seminário serviu para reajustes no programa da LBA e a partir da análise de questões familiares o foco ficou na profissionalização das mulheres pobres e no apoio da formação das crianças, filhas de mulheres trabalhadoras, pois era interessante que, mesmo trabalhando, as atividades voltadas para os cuidados com a família prevalecessem. Por isso, um Centro Maternal com núcleos que dessem suporte para as mães e, além disso, cultivasse o cooperativismo para que tal população não se revoltasse e buscasse meios pouco aceitáveis para solucões de seus problemas.

Entre os meses de abril a julho de 1963, ocorreram enchentes e, como os olhares se voltavam para os “planejamentos”, não houve uma ação direta da LBA. Somente o Prefeito e Governador prestaram auxílio aos desabrigados, entretanto nos anos posteriores, Luiza Távora passou a mobilizar meios para ajudar os desabrigados tanto de Fortaleza como do Interior do Estado.

Com a vinculação dos jornais O Povo e O Nordeste ao Governo Estadual, na imprensa cearense existia o “jornalismo dos colunistas” segundo Vidal,

[122] LBA tem Programa e quer cumpri-lo. **O Povo**. Fortaleza, 16 Mai. 1963, p.6

> Esse tipo de jornalismo vinculava-se à ideia do jornalismo como trampolim para a ascensão social que poderia significar para o jornalista, de acordo com seus objetivos, a ratificação de uma posição ou conquista de um novo lugar ao sol. Assim, para o colunista político, esse espaço poderia servir para divulgação e tribuna para defesa de seus interesses políticos, ou poderia ser usado como ingresso na vida política[123]

Aqueles que conseguiam algum destaque junto ao Governo, escrevendo reportagens com teor favorável poderiam receber benefícios como o "birô" que se tratava de uma quantia mensal paga pelo Governo do Estado , para "amaciá-lo no tratamento dos fatos referentes à administração estadual. Para isso, o jornalista não necessitava cumprir expediente em nenhum órgão público, sendo suficiente sua "cooperação" com o governo no veículo onde trabalhava."[124]

Como havia tráfico de influência nos jornais locais e os jornalistas tinham outras atividades, devido aos salários baixos, uma quantidade considerável dos profissionais aderiam e apoiavam o Governo Estadual.

No jornal O Povo as colunas que divulgavam as notícias sobre Luiza e Virgílio Távora eram *"Mundanismo*", escrita por Maura Barbosa e *"Coluna por Um"* de Ezaclir Aragão .

A coluna Mundanismo divulgava as homenagens dispensadas a autoridades, viagens de pessoas da sociedade fortalezense pelo Brasil e Exterior, festas que ocorriam na Capital e no Interior e aniversário de políticos e empresários.

Vidal afirma que a coluna de Ezaclir Aragão, *Coluna por Um*, embora houvesse iniciado fazendo críticas severas ao Governo de Virgílio, gradativamente se transformou em sua defensora, cujos comentários se relacionavam com política e acontecimentos na Cidade[125].

No jornal O Povo, durante os quatro anos de governo, as matérias das colunas citadas pouco se diferenciaram em relação ao conteúdo, pois se voltaram para eventos de caráter pessoal.

---

[123] VIDAL, Márcia**. Imprensa e Poder**: o I e II Veterados (1963-1966 e 1979-1982) no jornal O Povo. Fortaleza: Secretaria da cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994. p.95.
[124] Ibidem, p.67
[125] Ibidem, p.94.

Em 1963, Luiza Távora apareceu mais vezes na coluna Mundanismo e a primeira reportagem mostrava as homenagens recebidas por Luiza e Virgílio Távora em comemoração ao 10º aniversário de casamento. Logo no início do governo se ressaltava a família, como algo necessário em que cada um possuia um papel bem definido; à mulher o cuidar do outro; ao homem o dos provimentos; e assim, o casal Távora agiu no decorrer do mandato.

Finalizando a reportagem a matéria relembrou uma solenidade na Rádio Assunção em que a população deu "um voto de confiança" ao Governador cearense[126]. Na mesma reportagem se reforça a figura da família e a aprovação do povo quanto a uma gestão planejada que envolvia as ações do casal.

Imagem 6 – Virgílio Távora e família na Rádio Assunção.
(O POVO, 27/10/1963)

Em outubro de 1963, o jornal O Povo publicou a opinião de Virgílio Távora sobre a situação política do Brasil ao afirmar:

> ... a crise brasileira ainda poderá ser contida nos quadros constitucionais se o presidente João Goulart conseguir frear ou reduzir de modo considerável o ímpeto da inflação. Atendido essa condição mínima segundo o sr. Virgílio Távora, marcharemos normalmente para a sucessão presidencial de 1965, embora também continuem, evidentemente, na linha das previsões por

[126] BARBOSA, Maura. Coluna Mundanismo. Fortaleza, 07 Mai. 1963, p. 4.

> assim dizer normais, algumas das pertubações que têm inquietado o País e se tornaram típicas do processo de transição a que estamos submetidos[127].

A crise acontecia desde a posse de João Goulart, mas, nesse momento, se agravava com a alta da inflação. Skidmore relata que "Jango era tido geralmente pela esquerda e pela direita como incapaz de governar". E, em "fins de 1963 e começo de 1964, o conflito político intensificou-se em uma atmosfera carregada de denúncias de golpes e contragolpes"[128] que culminaram em abril de 1964.

Enquanto, o meio político e militar se agitava no segundo semestre de 1963. Os trabalhos na LBA ocorriam tranquilamente, tendo, como momentos importantes, a inauguração do primeiro Centro Maternal Profissional do Pirambu, o início das obras de outros centros na Capital e as festas natalinas em que Luiza Távora pôde participar de vários eventos com crianças e a população pobre.

No início de outubro anuncia-se a construção dos CEMAPROS e o jornal O Povo divulgou:

> A Legião Brasileira de Assistência, em convênio com o Governo do Estado construíra 12 Centros Maternais Profissionais nos diferentes bairros de Fortaleza. O convênio para essas obras de longo alcance foi firmado pelo Governador do Estado e a Sra. Luiza Távora, ontem à tarde, em solenidade realizada no Palacinho. Esses Centros terão uma creche, uma escola, uma sala de lavar roupa e posto de saúde. A LBA entrará com 36 milhões de cruzeiros e o Estado com igual quantia. As construções ficarão a cargo do Engenheiro Ageu Romero, da Assessoria Técnica do Governo do Estado. Uma dessas unidades que está sendo construída no Pirambu será concluída em breve. As demais serão iniciadas dentro de alguns dias[129].

Com início da construção dos Centros Maternais, Luiza Távora começava a divulgação de seus trabalhos após um período de análise e planejamento e, assim, a população a via com mais frequência nas comunidades.

Em novembro de 1963, foi inaugurado o Centro Maternal Profissional do Pirambu que trouxe vários benefícios ao bairro como: escola, lavanderia, creche e posto médico. O jornal O Nordeste destacou a vinculação deste com o Plano

---

[127] Virgílio: A crise pode ser contida dentro dos quadros da legalidade. **O Povo**, Fortaleza, 27 Out. 1963. p.1 e 3.
[128] SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. p. 311-331.
[129] Serão Construídos 12 Centros Maternais Profissionais nos bairro de Fortaleza. **O Povo,** Fortaleza, 05 Out. 1963, p.7.

Governamental do Governo do Estado e também, citou a presença de Luiza Távora como presidente da LBA que fez o convênio com o Governador.[130]

Os jornais como construtores de memória buscavam favorecer os grupos que os beneficiavam e, com as inaugurações dos Centros Maternais que traziam melhorias para comunidades carentes, as representações em torno de Luiza destacavam as benesses do equipamento que favorecia as mães e crianças, ressaltando, assim, seu papel de mãe, cuidadora e caridosa.

A partir da última semana de novembro, o Governo do Estado, a LBA e a Igreja Católica começaram a organizar as festas natalinas e foi publicado no jornal O Povo:

> O Governo do Estado e a Legião Brasileira de Assistência vão presentear, este ano nas festas de Natal, cerca de 700 crianças de cada uma das 17 paróquias de Fortaleza, totalizando 12 mil crianças pobres. Serão distribuídos roupas e brinquedos através de cartões que serão oferecidos às famílias pelos vigários das paróquias[131].

Como presidente da LBA, Luiza Távora pretendia participar da "entrega das oferendas natalinas e ficou acertado que cada paróquia faria sua festa em dias diferentes[132]" para que a Primeira-Dama pudesse participar de todas as solenidades.

Nesse primeiro Natal, como Primeira-Dama, foram muitos os eventos, além das comemorações nas Paróquias, surgiram Missas de concludentes, visitas à creches e asilos, mas a maioria deles na Capital. Somente nos outros anos de Governo as visitas às cidades do Interior se intensificaram.

---

[130] Pirambu receberá hoje "Centro Maternal". **O Nordeste,** Fortaleza, 14 Nov. 1963, p.1.
[131] Governo do Estado e L.B.A. serão Papai Noel de doze mil crianças das Paróquias. **O Povo.** Fortaleza, 27 Nov. 1963, p. 1 e 5.
[132] Idem.

8. “Quando não se pode fazer o que se deve, deve-se ao menos fazer o que se pode, parados é que não podemos ficar[133].” Luiza Távora com novas posturas.

O ano de 1964 foi iniciado com as disputas entre as diversas forças políticas, as quais isolavam o presidente Jango, que não tinha mais controle de seu governo. Por mais que tais fatos interferissem no Ceará, já que a alta da inflação modificava os rumos da economia, em um primeiro momento, tanto Governo Estadual como a Legião Brasileira de Assistência, realizavam seus trabalhos de maneira tranquila de acordo com o planejamento para o ano ou, pelo menos, era o que deixavam transparecer, pois Virgílio poderia ser atingido politicamente, devido à ligação com o Presidente quando foi Ministro da Viação e Obras Públicas.

Por exemplo, Luiza Távora realizava suas visitas a hospitais e, no final de Janeiro, foi à Santa de Casa de Misericórdia conhecer os trabalhos realizados naquela Instituição, anotando pontos em que poderiam ocorrer melhorias.[134] Virgílio divulgava os benefícios da vinda da energia de Paulo Afonso, para o Interior do Estado, como em Mauriti e Lavras da Mangabeira[135]. Cada um agindo de acordo com o público a ser atingido: ela se dirigindo aos carentes de hospitais públicos e seu esposo voltando-se para o setor comercial, pois a energia de Paulo Afonso tanto beneficiaria os comerciantes, como possíveis indústrias que tivessem interesse de se instalar no Interior do Estado.

Em fevereiro ocorreram vários eventos públicos. O primeiro, divulgado tanto pelo jornal O Povo como pelo O Nordeste, tratava-se de uma “reunião” na Praça da Matriz da Parangaba, em que líderes dos bairros; Parangaba, São José, Quilômetro Oito, Bom Sucesso e outros, apresentaram a Virgílio, Luiza Távora e ao Arcebispo Metropolitano de Fortaleza, Dom José Delgado, o plano de melhoria daquelas comunidades[136].

---

[133] Plano de Ação Social da LBA -1963-1966

[134] A Sra. Luiza Távora esteve na manhã de ontem na Santa Casa de Misericórdia. **O Povo**, Fortaleza, 23 Jan. 1964, p.6

[135] Energia de Paulo Afonso continuou a chegar ao Ceará**. O Povo,** Fortaleza, 25 Jan. 1964, p.6

[136] Concentração Popular. **O Povo**, Fortaleza, 04 Fev. 1964, p.1; PLAMEG em Marcha**. O Nordeste**, Fortaleza, 04 Fev. 1964, p. 1.

Imagem 7 –Virgílio e Luiza Távora, Dom Delgado em reunião pública no bairro Parangaba. (Jornal O Nordeste, 04-02-1964).

Na foto acima tem-se os três componentes do Plano de Ação Social do Governo. Enquanto Virgílio discursava no bairro Parangaba, Luiza e o Arcebispo também estavam no palco. Como o momento era de apreensão, devido ao contexto político de 1964, relevante era a presença dessa mulher que, com sua atuação, defendia a família, os menos favorecidos e a Igreja como apoio espiritual e um posicionamento de acordo com o esperado pelos militares.

Como pondera Chartier, as representações são criadas pelo grupos que as forjam e querem passar determinada imagem que os favoreça[137]. No caso acima, a união Governo, LBA e Igreja era fundamental pois a imagem apresentada às pessoas deveria ser de um grupo que, a partir de um planejamento, estaria realizando ações em defesa da população.

No dia seguinte, cinco de fevereiro, VT e Luiza realizaram visitas aos Centros Maternais em construção: Morro do Ouro (Monte Castelo), Lagamar e Piedade. Observaram demoradamente as obras que se realizavam no Pirambu (inaugurado

[137] CHARTIER, Roger. **A História Cultural**; entre práticas e representações. Op. cit. p.17.

em novembro de 1963) e, em particular, o canal de escoamento da Lagoa Funda, obra para prevenir enchentes no período chuvoso.

Assim, as visitas se davam com, no mínimo, a participação de dois componentes; o Governo (Virgílio) e a LBA (Luiza). O objetivo era que a população visse que, nesse mandato havia uma preocupação com a situação dos menos favorecidos e que as obras estavam se efetivando.

Entre os dias seis e vinte e cinco de fevereiro ocorreram outras visitas aos bairros citados e a outras comunidades pobres, com intuito de buscar aproximação, da população e também de mostrar que o planejamento do ano anterior, agora mostrava suas realizações e, além disso, conseguir o apoio da população, de políticos e militares, os quais em meio à crise que ocorria no Brasil, observavam tudo para apoiar ou não de acordo com obras e posicionamentos políticos dos ocupantes de cargos públicos

Dessa forma, Luiza Távora, ao trabalhar conjuntamente com o Governo do Estado e a Igreja, acompanhava todos os eventos realizados pela LBA, como também de outras instâncias do Governo Estadual, para apresentar a imagem que esperavam dela e de Virgílio.

Em março, ocorreram diversas solenidades em comemoração ao Primero Ano de Governo de Virgílio Távora e os jornais faziam propaganda de suas ações nas diferentes Secretarias, em sua maioria voltadas à industrialização e ao progresso trazido pela energia elétrica. Nesse momento, Luiza o acompanhava, mas na ocasião seu trabalho na LBA foi pouco divulgado.

Segundo Barreto, em 31 de março,

> ...Virgílio recebeu na sua residência particular, junto à Luiza, seus filhos, familiares, auxiliares do governo, políticos e amigos pessoais, a notícia de que a Revolução tinha sido deflagrada em Brasília, estando à frente do movimento os governadores Carlos Lacerda, Magalhães Pinto, General Humberto de Alencar Castelo Branco e outros civis e militares do alto comando da Nação[138].

[138] BARRETO, Maria Adelaide Fléxa Daltro.**Luíza Távora**, **uma legenda**. Fortaleza: Ed. ABC, 2000. p.114

No dia seguinte a Rádio Dragão do Mar foi ocupada pelo exército e fechada tendo alguns de seus integrantes presos, pois apoiava o Presidente deposto, João Goulart, e as lutas populares. No meio político brasileiro foram momentos de apreensão, devido às cassações de mandato de parlamentares pelos militares e ao afastamento dos cargos daqueles que não os apoiassem.

Como estava integrada ao meio político em que vivia seu esposo, Luiza Távora, em conjunto com o Movimento Cívico da Mulher Cearense,[139] organizou, segundo o jornal O Povo,

> ...uma missa de Ação de Graças pela vitória das forças armadas sobre o comunismo ameaçador. O expressivo ato religioso foi oficiado por S. Excia. Revma Dom José de Medeiros Delgado, arcebispo de Fortaleza e contou com a presença das mais altas autoridades, tendo a frente o coronel Virgílio Távora, governador do Estado. Grande era o número de militares de todas as armas e de todos os graus de hierarquia [...] Foi, sem dúvida, um dos mais comoventes espetáculos ao mesmo tempo de civismo e de fé cristã o que viveu a Sé em construção[...][140].

Naquele momento, Luiza Távora visava manter a imagem de mulher e mãe que lutava pelos princípios ligados à família, já que o Movimento Cívico da Mulher Cearense era formado por mulheres da elite e classe média as quais,

> ... se apresentando publicamente como mães, esposas e donas-de-casa, investiam-se de forte retórica conservadora e anticomunista com o objetivo de alertar a opinião pública para a pressão que as famílias brasileiras estariam sofrendo e ao mesmo tempo revigorar princípios e ideais sempre defendidos no Brasil cristão e democrático[141].

Tais mulheres faziam trabalhos de filantropia, mas segundo Cordeiro "as ações de filantropia serviam antes de qualquer coisa como fachada para encobrir as ações políticas" ligadas aos partidos de direita da época[142].

---

[139] Movimento Cívico da Mulher Cearense foi criado pela CAMDE (Campanha da Mulher pela Democracia) em 1962, esta surgiu no Rio de Janeiro se tratava de uma associação feminina anticomunista que atuava em vários Estados do Brasil e era comprometida com a "defesa da Democracia".

[140] Milhares de fiéis participaram da Missa de Ontem na Catedral. **O Nordeste,** Fortaleza, 06 Abr. 1964, p. 7

[141] CORDEIRO, Janaina Martins. **Femininas e formidáveis:** o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero, v. 8, 2009. Disponível em http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Femininas_e_formidaveis_0.pdf. Acesso em 24 Jul. 2011, p.3.

[142] Ibidem, p.5.

O papel político de Luiza Távora à frente da LBA, realizado com apoio do Governo Estadual e da Igreja, pode ser identificado nos trabalhos em prol das mulheres pobres e que, num momento de mudança política, buscava formar a opinião dessas mesmas mulheres para favorecer o grupo político, ao qual estava ligada. Mesmo não sendo membro do Movimento Cívico da Mulher Cearense, utilizava de seus ideais para obter êxito.

Após o Golpe Militar, começam as negociações entre militares e os partidos políticos e no Rio de Janeiro, segundo O Nordeste:

> Obtiveram excelentes resultados pelo bem da terra comum. Adianta o Chefe do Executivo cearense que ontem à noite, os governadores nordestinos em número de nove, estiveram reunidos no Hotel Glória, com o General Justino, acertando providências e normas de ação decorrentes do Ato Institucional já vigente, o qual já foi ratificado pelo alto comando revolucionário[143]

Em treze de abril Virgílio, enviou um telegrama a Luiza Távora relatando os ótimos resultados obtidos na viagem e, ao cumprimentar o General Castelo Branco, que este "fez questão frisar relações amistosas mantém com Virgílio há vários anos e que lhe darah todo apoio[144]." A utilização do telegrama na década de 1960 revelava a urgência do que deveria ser informado e, como se pagava por palavra, não se utilizavam artigos, pronomes e preposições.

[143] Virgílio assistiu eleição do novo Presidente do Brasil. **O Nordeste,** Fortaleza, 12 Abr. 1964, p.7.
[144] Telegrama enviado por Virgílio Távora a Luiza Távora em 13-04-1964.

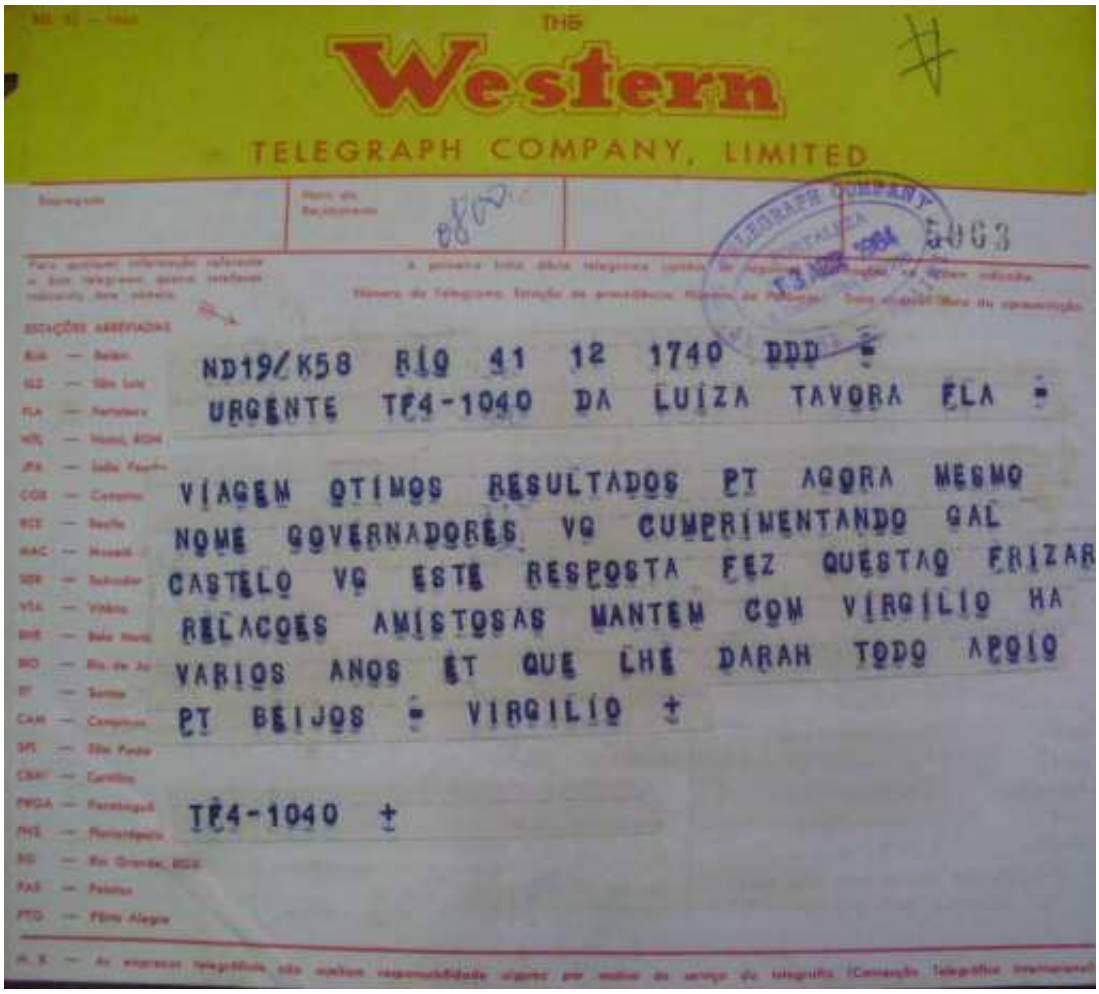

THE
Western
TELEGRAPH COMPANY, LIMITED
5063
ND19 K58 RIO 41 12 1740 DDD =
URGENTE TF4-1040 DA LUIZA TAVORA ELA =
VIAGEM OTIMOS RESULTADOS PT AGORA MESMO
NOME GOVERNADORES VG CUMPRIMENTANDO GAL
CASTELO VG ESTE RESPOSTA FEZ QUESTAO FRIZAR
RELACOES AMISTOSAS MANTEM COM VIRGILIO HA
VARIOS ANOS ET QUE LHE DARAH TODO APOIO
PT BEIJOS = VIRGILIO +
TF4-1040 +

Imagem 8 - Telegrama enviado por Virgílio Távora a Luiza Távora em 13-04-1964.
(Arquivo Virgílio Távora)

De certa forma, Luiza Távora ficou aliviada com o apoio do General Castelo Branco, pois assim, Virgílio não seria afastado do cargo e ela continuaria suas obras na LBA.

Com a certeza de que Virgílio continuaria no Governo do Estado, pelo menos no Ceará, Luiza participou da Marcha da Família pela Liberdade da qual participaram em torno de cinquenta mil pessoas. Em Fortaleza segundo, o jornal O Nordeste, participaram autoridades civis, militares, eclesiásticas, estudantes e trabalhadores em geral e, junto com o Movimento Cívico da Mulher Cearense, Luiza proferiu o seguinte discurso:

> Aceitamos, porém, nesta hora tão grata, a delegação que nos foi dada, de dirigir algumas palavras, **em nome da mulher cearense**, agora jubilosa e tranqüila, para uma homenagem mais do que justa e oportuna às classes armadas, que construíram a vitória final das forças do bem contra as ameaçadoras forças da desordem.
>
> Agora, quando o Exército, Marinha e Aeronáutica, unidos num só pensamento e numa mesma ação, afastaram para bem longe, enérgica e lealmente, os desleais e solertes inimigos do Brasil, da família e dos mais sagrados sentimentos de patriotismo do nosso povo, exulta a alma da mulher cearense, **essa mulher intimorata** que tem lições aprendidas na História da sua terra, através dos exemplos de Bárbara de Alencar e de Elvira Pinho. [...][145] Grifos Meus.

Em seu discurso Luiza se pronuncia em nome da mulher cearense, partindo do principio da existência de uma opinião única entre as mulheres, já que no período o pensamento feminino deveria ser voltado para legitimação do ideal de mulher, mãe e esposa comprometida com a proteção da família. Ela ressalta que a mulher cearense é destemida e a partir de outros exemplos não poderia ficar alheia às forças que provocariam a desordem. A Primeira-Dama se utilizava novamente dos ideais do Movimento Cívico da Mulher Cearense para legitimar sua fala e assim, manter-se dentro dos padrões estabelecidos.

Passados os primeiros vinte dias de abril, já que Virgílio continuou no Governo e o General Castelo Branco apoiava seus planos no Ceará, tanto Virgílio como Luiza se voltaram para as vítimas das enchentes, conforme a reportagem de O Povo:

> ...especial atenção às inundações que afligem agora, também a capital. Aos mais diferentes bairros, onde as populações necessitam de ajuda. Chega nas medidas de suas possibilidades o Governo do Estado com a finalidade de amenizar sofrimentos e diminuir apreensões.[...][146]

Luiza visitou o Pirambu em companhia dos moradores e observou os danos causados pelas inundações, providenciou ajuda para as pessoas em maiores dificuldades. Assim, os trabalhos da LBA continuaram e durante o restante do mês de abril foram arrecadados muitos donativos para vítimas das enchentes no Ceará.

---

[145] Cearenses em peso compareceram à Marcha da família pela Liberdade. **O Nordeste,** Fortaleza, 17 Abr. 1964, p.11

[146] Ação das Autoridades. **O Povo**, Fortaleza, 26 Abr. 1964

Imagem 9 – Visita de Luiza Távora ao Pirambu durante as enchentes.
(O Povo, 26/04/1964).

Conforme a foto acima nas visitas realizadas por Luiza, a imprensa focava as imagens que mostravam sua atuação efetiva nas comunidades. Assim, a construção de memórias se dava a partir das práticas sociais e do que se esperava da esposa de um governador.

Além das atividades vinculadas à Legião Brasileira de Assistência, Luiza Távora participava de solenidades militares, como a de 24 de Maio em que se comemorava a vitória brasileira da Batalha de Tuiuti, no Paraguai, em 1866. Diferentemente do que se poderia imaginar da participação de uma mulher civil em um evento militar nesse período, sua atuação foi efetiva, pois segundo o jornal O Povo, ela doou "em nome da Mulher Cearense, uma Bandeira Brasileira ao 23º BC" e, em seu discurso "tocou fundo no espírito de quantos assistiram ao patriótico ato público.[147]"

[147] 24 de maio em Fortaleza. **O Povo,** Fortaleza, 25 Mai. 1964, p.1

A partir da reportagem citada compreende-se o papel político de Luiza Távora, pois não bastava a realização dos trabalhos junto às camadas pobres, mas mostrar-se enquanto participante e formadora de opinião, em relação aos assuntos que interessavam ao Governo do Estado. Quando entregou a Bandeira Nacional em nome da Mulher Cearense, mostrava sua influência e participação efetiva mesmo em eventos que só interessariam a Virgílio.

Imagem 10 – Luiza Távora em evento militar. (O Povo, 25/05/1964).

Portanto, pode-se identificar o uso político do papel de Primeira-Dama ao arregimentar as mulheres cearenses para apoiar o projeto em que estava incluída, conforme se pode observar nesta foto, onde se veem outras mulheres, que não são identificadas, mas entende-se que sejam esposas de políticos ligados ao grupo de Virgílio Távora ou mesmo esposas de militares cearenses que também sentiam a necessidade de apresentar-se diante da sociedade como apoiadores das forças armadas.

Como o trabalho de uma Primeira-Dama extrapolava os limites institucionais e oficiais, Luiza organizou uma Campanha para custear a operação, em São Paulo, de

uma criança com hidrocefalia, pedindo ajuda às famílias cearenses. Em agosto desse ano foi entregue um cheque de Cr$ 150 mil cruzeiros para realização da operação[148]. Como também foi doado ao Leprosário Antônio Justa, um fogão a gás butano, tendo o Jornal O Nordeste ressaltado: “Esse ato de caridade é resultado de uma campanha encetada pelo jornal O Nordeste e Rádio Assunção, cujos objetivos foram alcançados aos primeiros dias com o gesto louvável de D. Luisa Távora”[149].

Imagem 11 – Luiza Távora na Colônia dos Hansenianos. (O Nordeste, 02/09/1964).

No caso da doação, acima como não é citado em documentos entende-se tratar de oferenda pessoal à Instituição e o próprio jornal reforça essa ideia quando afirma que, logo nos primeiros dias de campanha, a Primeira-Dama atendeu ao pedido. Mesmo não sendo promoção da LBA ou mesmo uma ação emergencial do

[148] Salvando uma vida. **O Povo,** Fortaleza, 22 Ago. 1964.
[149] Dona Luísa entregou fogão à Colônia. **O Nordeste**. Fortaleza, 02 Set. 1964, p. 1

Governo Estadual, o registro da imprensa focalizou os pilares das ações governamentais, Luiza Távora e a Igreja, pois o jornal O Nordeste publicou as fotos acima, em que na primeira aparece a Primeira-Dama, alguns religiosos e uma criança ao fundo. Na segunda, o Padre foi o personagem principal junto com o fogão doado. As representações lembram sempre o trabalho conjunto Igreja-Primeira-Dama e o caráter benevolente dos dois, junto às pessoas necessitadas, ainda mais os hansenianos que sofriam muitos preconceitos na época.

Ainda em setembro de 1964, dois eventos que fugiram à regra das inaugurações foram as homenagens aos dois filhos de Virgílio e Luiza Távora. Tanto a primeira como a segunda inauguração tratava- se de Parques Infantis, mas a primeira ocorreu na cidade de Aquiraz, recebendo o nome de Tereza Maria, a filha mais nova do casal e a outra ocorreu em Santa Quitéria, com o nome de Carlos Virgílio, contando com grande presença de moradores das localidades[150]. Dessa forma, era ressaltada a representação da mulher de família.

Com a chegada dos últimos meses do ano de 1964, as atividades se voltavam para as comemorações natalinas e, como no ano anterior, Luiza Távora visitou vários bairros de Fortaleza e cidades do Interior do Estado, distribuindo brinquedos e roupas. O diferencial desse ano estava na mensagem natalina dirigida aos cearenses. Virgílio se dirigiu ao "Povo do Ceará", recomendando que voltassem seus pensamentos a Deus "pedindo-lhe que ajude a todo povo brasileiro e seus dirigentes a consolidar os caminhos de paz e da esperança no Brasil[151]." Já Luiza Távora desejou à família cearense, aos que a ajudaram com donativos para o Natal das Crianças Pobres, um Feliz Natal e um próspero Ano Novo[152].

Na mensagem, ficou expresso o papel que cada um desempenhava e as representações que deveriam ser criadas Virgílio ressaltou o lado político, pois seu governo tinha apoio do Governo Federal, mas o clima de tensão ocorria em todo o País. Luiza se voltou para aqueles com quem trabalhava: no caso a família e aos colaboradores. Vale ressaltar, que o título da reportagem somente apresentava o

---

[150] Cf. O Parque de Tereza. **O Nordeste**. Fortaleza, 17 Set. 1964, p.1; Sem título. O Nordeste, Fortaleza, 22 Set. 1964,p.1

[151] Mensagem de Natal do Governo. Virgílio Távora. **O Povo.** Fortaleza, 24 Dez. 1964, p.1

[152] Idem

nome do Governador, porém como a Primeira-Dama realizava um trabalho importante, sua mensagem também foi divulgada. Trata-se dos usos feitos pelo Estado da função de Luiza Távora ao projetar uma imagem de mulher dinâmica e protetora da família, por isso seu pronunciamento também seria importante nessa festividade.

9. “Só muita reza para o casal aguentar[153]...” Luiza Távora e as inaugurações.

A vinda da energia elétrica de Paulo Afonso para o Ceará empenhou Virgílio Távora desde quando era Ministro da Viação e Obras Públicas (1961-1962) e, somente em 1965, ocorreu a inauguração em Fortaleza e em outras localidades do Interior do Estado. O jornal O Povo noticiou com grande destaque:

> O maior acontecimento dos últimos tempos em Fortaleza pelo que representa para o desenvolvimento, foi marcado por diversas solenidades abrilhantadas pelo Presidente da República. [...] O Presidente Castelo Branco acionou a chave que simbolicamente, energiza Fortaleza com a energia de Paulo Afonso[154].

Imagem 12 – Inauguração da energia vinda de Paulo Afonso em Fortaleza. (O Povo, 02/02/1965).

Como esperado, o Presidente Castelo Branco, compareceu à solenidade de inauguração da energia vinda de Paulo Afonso, em Fortaleza e várias autoridades tanto civis como militares prestigiaram o evento como o deputado Paulo Sarasate, o General Lira Tavares entre outros. Como é visto na foto, do lado direito ficaram as mulheres e ao lado de Virgílio Távora, sua esposa e

[153] Calendário de Inauguração de Realizações do Governo – 3º Aniversário, p.6
[154] Festa da Luz. **O Povo**, Fortaleza, 02 Fev. 1965, p.1

filho, pois se em 1964 a imagem de Luiza foi sendo associada à família, ao cuidado com o outro, agora era o momento de mostrar à família unida e os trabalhos realizados.

Nos primeiros meses de 1965, a preocupação se voltava para a prorrogação dos mandatos dos Governadores, mas, como a energia de Paulo Afonso era considerada de suma importância, vários eventos foram realizados. E, em fevereiro, o Presidente Castelo Branco mostra sua inclinação para prorrogação dos mandatos que se prolongaram até julho de 1966. Assim, tanto Governo como LBA continuavam realizando o planejado anteriormente.

Luiza Távora circulava em todos os eventos realizados para além das atividades da LBA e no aniversário de primeiro ano da "Revolução Democrática", na missa de Ação de Graças para comemorar o feito dos militares, presentes estavam o Governador e sua esposa, o Prefeito de Fortaleza, o Reitor da Universidade Federal do Ceará, Martins Filho e representantes das forças militares. O jornal O Povo relatou que o clima era de grande satisfação com as manifestações patrióticas realizadas no período[155].

Como em eventos como este as representações sobre Luiza Távora deveriam ser reforçadas, as imagens feitas pela imprensa trazem o lar familiar do governo, com a esposa participando de um evento religioso e para, além disso, mostrando seu papel de Primeira-Dama participante de tudo que rodeava a ação política de Virgílio. As fotos abaixo são tiradas de dois ângulos para mostrar os vários participantes da missa, sem deixar de mostrar os principais personagens, o casal Távora.

[155] Patrióticas Manifestações encerraram aniversário da Revolução. **O Povo**, 01 Mai. 1965, p.1

Imagem 13 – Missa em Ação de Graça pelo aniversário da Revolução de 1964.
(O Povo, 01//05/1965)

No início do ano, devido ao período do inverno, tanto Governo Estadual como LBA davam assistência aos flagelados das enchentes, mas nessa época ocorreu pouca divulgação das atividades realizadas e dos locais, apenas algumas reportagens e anotações aleatórias.

Como em 1965 o clima de tensão estava mais controlado, pelo menos com relação aos governadores, Virgílio Távora foi a público e fez críticas à USAID,[156] declarando ao Jornal O Povo "Não acredito mais nesses convênios". Segundo o jornal VT afirma que o "Ceará não recebeu nada daquele organismo[157]". Diferente de março de 1964, em que Virgílio Távora se declarou plenamente satisfeito com o mesmo órgão, mas nesse no período não poderia fazer qualquer crítica a uma instituição que viria "ajudar" com investimentos financeiros. Para se enquadrar melhor, a solução foi declarar-se satisfeito, evitando assim, conflitos com os responsáveis pelo Golpe Militar.

[156] USAID (Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional), criada em 1961 com o intuito de oferecer assistência aos países que estivessem se recuperando de desastres, tentando escapar da pobreza ou engajando-se em reformas democráticas.
[157] Governadores criticam USAID. O Povo, Fortaleza, 05 Ago. 1965, p.1-2.

O segundo semestre de 1965 seguiu sem nada novo, relacionado a outros equipamentos, mas somente a continuação do trabalho planejado e assim, as visitas às cidades interioranas ocorreram com maior frequência.

Luiza e Virgílio Távora ao retornarem de visita às cidades de Senador Pompeu e Quixeramobim, onde promoveram inaugurações, resolveram visitar a fazenda "Não me deixes" de Raquel de Queiroz, onde segundo o Jornal O Povo, conversaram animadamente com a escritora sobre assuntos de ordem política o que se prolongou até a madrugada, quando o casal retornou a Fortaleza[158].

Nos jornais apareciam poucas reportagens sobre inaugurações e o trabalho da LBA. Nesse momento as publicações eram como a citada acima: inaugurações de outras Secretarias do Governo e visita por amizade sem nenhuma obrigação oficial.

Outra situação fora das "obrigações" ligadas à LBA estava relacionada com a arrecadação de recursos para Santa Casa de Misericórdia, tendo a Primeira- Dama solicitado às Prefeituras do Interior uma colaboração, já que esta Instituição recebia pacientes de todo Estado. Porém, muitos não enviaram suas contribuições o que fez Luiza publicar no jornal O Povo um apelo aos prefeitos para que enviassem o quanto antes sua ajuda[159]. A forma utilizada por ela para "sensibilizar", ou melhor, obrigá-los a enviar o dinheiro, era a divulgação do nome de todas as cidades que ainda não haviam colaborado, pois giravam em torno de setenta cidades.

Entre os documentos pesquisados não foi encontrado nada que comprovasse o recebimento dos recursos, porém uma chamada pública para todos os prefeitos ocorreu e pode-se pensar que aqueles que não atendessem a um pedido da Primeira-Dama poderiam ou não ser penalizados com a perda de prováveis benefícios do Governo Estadual.

---

[158] VT e Dona Luiza com Raquel de Queiroz em "Não me deixes". **O Povo**, Fortaleza, 16 Ago. 1965, p.1

[159] Apelo de dona Luiza Távora aos Prefeitos: Ajudem a Santa Casa! **O Povo**, Fortaleza, 19 Nov. 1965, p.2

Como no último ano de Governo ocorreriam novas eleições foram divulgados os trabalhos para que todos vissem as realizações governamentais, incluindo as da LBA. Além disso, em comemoração ao aniversário de terceiro ano como presidente da LBA, várias inaugurações ocorreram com a participação de Luiza Távora.

Do dia 25 de março a 05 de abril, todos os dias havia inaugurações do Governo Estadual em que a Primeira-Dama estava presente, embora se tratasse de algo "simbólico" como a inauguração do açude Sambaíba em Reriutaba em 26 de março e da Escola Reunida de Madalena em Quixeramobim no dia 1º de abril[160] obras ainda inacabadas na época, porém havia a intenção de apresentar à população as obras iniciadas e de salientar os benefícios concedidos.

No final do Calendário de Inauguração de Realizações do Governo, constava um recado para Moema, irmã de Virgílio Távora, em que Luiza perguntava se "estão organizando já o programa do dia 6 de abril até 6 de maio. Boa "batida", não? Só muita reza para o casal agüentar". Ao solicitar o programa de inaugurações, a Primeira-Dama queria se organizar com antecedência, pois dentro de doze dias circulariam em dezesseis cidades do Interior como Sobral, Reriutaba, Groairas, Cariré, Camocim, Campanário, Crateús, Redenção, Baturité, Cascavel, Pacajus, São Benedito, Guaraciaba e Fortaleza. Os eventos aconteciam nos três turnos e apenas alguns dias o casal dormia em Fortaleza.

Como obra de maior vulto da Legião Brasileira de Assistência, os Centros Maternais Profissionais foram exaltados como feito "idealizado pela Sra. Luiza Távora e executado pelo Governo do Estado", que mais trouxeram benefícios às comunidades pobres da Capital e do Interior do Estado, despertando assim, o interesse da USAID que pretendia investir vultosa soma na construção de Centros semelhantes beneficiando todos os bairros de Fortaleza[161]. O ano anterior Virgílio Távora fez críticas à instituição americana que apenas prometia recursos e nada realizava.

Dentro das inaugurações realizadas por Luiza Távora, foi implantado o Centro Social Darcy Vargas e Centro Maternal Profissional Morro do Ouro, em convênio

[160] Calendário de Inauguração de Realizações do Governo – 3º Aniversário. 1966.
[161] ARAGÃO, Ezaclir. Os Centros Maternais. **O Povo.** Coluna por Um, Fortaleza, 01 Abr. 1966, p.4

com o Governo do Estado, que teve grande festa e presença de muitas pessoas da comunidade[162].

Em maio foram doados alguns terrenos à LBA por prefeituras e instituições de Fortaleza para construção de nove Centros Maternais Profissionais[163], projeto que o próximo governo se encarregaria de executar, já que em agosto aconteceriam as eleições.

Segundo Barreto, o ano de 1966 como o último da administração de Virgílio e de Luiza como presidente da LBA, finalizou com muitas homenagens de várias áreas do governo além da população de um modo geral. E esta se fez presente nos comícios pois, "sendo uma mulher renovadora, dinâmica e profundamente carinhosa, despertava em todos a admiração e respeito, sentimentos que foram traduzidos em votos de agradecimento direcionados ao grande líder cearense"[164].

Dessa forma, Luiza Távora prosseguiu em seu papel de esposa de um homem público e político, realizando ações que colaboravam com o meio em que estava inserida. No primeiro ano, as atividades voltaram-se para o planejamento, no segundo as ações foram efetivadas e próximas do público que se queria atingir: as camadas pobres, em especial, as mulheres e crianças. Além disso, ela utilizou de sua simpatia e carisma para se tornar uma formadora de opinião que influenciava as pessoas para quem trabalhava como no caso nas mudanças políticas ocorridas em 1964.

[162] D. Luiza Inaugura Centro Social Darcy Vargas. **O Povo.** Fortaleza, 07 Abr. 1966, p.2
[163] LBA aumenta seu patrimônio com doação de terrenos. **O Povo.** Fortaleza, 14 Mai. 1966, p.3
[164] BARRETO, Op. cit., p.141

CONCLUSÕES

A pesquisa envolvendo mulher e política mostra muitas nuances da temática, principalmente relacionadas com a participação da mulher em cargos eletivos, mas no caso de Luiza Távora vê-se a importância daquelas que auxiliam através de um papel de coadjuvante, pois apresentou extrema relevância durante os anos de 1962-1966, ao adequar sua postura, participando do contexto político desse período.

Num primeiro momento, através das representações ou do imaginário popular, que a associava à imagem de mãe provedora, enquanto recebia cartas adotava uma atitude "passiva", mas tal passividade estava relacionada com sua não proximidade com os remetentes, porém atuava, embora à distância, para beneficiar aqueles ligados ao grupo político de Virgílio.

Não se tratava apenas de responder cartas, contudo deveria encontrar a forma certa para agradar o destinatário, embora em alguns momentos o desejo fosse de ser ríspida com o remetente, o momento não autorizava tal postura e se mostrava como uma mãe compreensiva e amável. Como o que se esperava da mulher de um homem público era o papel de mãe, de provedora e mais ainda, mediadora entre o público e o privado, nas cartas se vê tal indicação por parte dos missivistas. Então, Luiza Távora com todo um aparato do marido, Virgílio Távora, utilizava de práticas clientelistas e mediava esse contato, visando às eleições de 1963 e benefícios posteriores.

Dessa forma, através da escrita dos missivistas vê-se como o mito da "Grande Mãe" era utilizado nas correspondências, como a provedora, a caridosa, a santa, adjetivos recorrentes, que expl

cita e implicitamente tratavam das representações sobre Luiza Távora a partir de pessoas que buscavam de alguma forma alcançar seus objetivos junto ao Governo.

A partir de 1963, quando Virgílio assume o Governo do Ceará, o comportamento de Luiza muda. Não poderia mais ficar à distância, entretanto sua aproximação com os segmentos populares só ocorreu no segundo semestre e de

forma esperada, através de algumas inaugurações, visitas a comunidades carentes, trabalhos bem relacionados com o perfil da Primeira-Dama.

Como o ano de 1964 foi iniciado com muita apreensão, diante das transformações relacionadas à política brasileira, com o golpe civil-militar, as pessoas envolvidas no meio político observavam e aguardavam o retorno à normalidade democrática, apresentando um posicionamento, de preferência, de apoio ao regime. Como Virgílio teve o aval do Presidente Castelo Branco, apesar de ex Ministro de João Goulart, Luiza participou de eventos públicos que comemoravam a “vitória das forças armadas contra o comunismo ameaçador” e de certa forma buscavam influenciar outras mulheres a apoiarem as ações do Governo em prol da proteção da família.

Chartier pondera que as representações são criadas a partir de práticas sociais e assim, com Luiza atuando no papel de mediadora entre a população e o Governo, a imprensa divulgava tais imagens que projetavam ainda mais no inconsciente dos leitores o papel da Primeira-Dama, uma mulher dinâmica, engajada em defesa de causas relacionadas com as mulheres e crianças, enfim que defendia a família. E assim, foi se criando a imagem de “mãe dos pobres”, “madrinha das Lavadeiras” e da responsável pelo programa de assistência social do Governo do esposo.

Dessa forma, Luiza Távora se destacou na década de 1960 pelas ações que realizava com apoio do Governo Estadual e da Igreja Católica, contando com a grande divulgação da imprensa, uma parceira imprescindível.

Portanto, a partir de práticas sociais dos missivistas e do papel esperado para a mulher de um homem público, Luiza Távora atuava junto a várias camadas, pois não beneficiava apenas os mais carentes, criando em sua volta imagem de uma grande mãe, mas não só isso, uma grande articuladora que agia de acordo com contexto juntamente com outros personagens cearenses.

FONTES

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC). Fundo: Governador Virgílio Távora. Série: Secretaria do Poder Executivo. Sub-série: Secretaria de Planejamento. Data: 1963-1966. Caixa: 02. **Conteúdo:**

- PLAMEG I.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC). Fundo: Virgílio Távora. Série: Correspondência Geral. Sub-série: Correspondências expedidas e recebidas/Brasil. (Desapropriação das Terras do Bairro Pirambu) Data: 1960-1986. Local: Fortaleza-CE; Rio de Janeiro GB; Rio de Janeiro RJ e Brasília DF. Estante: 07. Prateleira: C. Caixa: 02. **Conteúdo:**

- DEPARTAMENTO AUTÔNOMO DE ESTRADAS E RODAGENS. Palestra à Escola do Estado Maior. Dinâmica do PLAMEG. 09/12/1963.

- FORTALEZA, Câmara dos Vereadores. Ata da 35ª sessão ordinária, em 24 de maio de 1960.

- TELEVISÃO EDUCATIVA DO CEARÁ. Palestra do Governador ao público. Dinâmica do PLAMEG. 25/09/1963.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC). Fundo: Virgílio Távora. Série: Documentos Pessoais. Sub-série: Luiza Távora e Filhos (Correspondência Geral. Data: 1954-1982. Local: Fortaleza-CE; Rio de Janeiro RJ, Parnaíba –PI, Belo Horizonte MG, Manaus-AM e Brasília DF. Caixa: 05. **Conteúdo:**

Cartas e Bilhetes:

- Carta sem data e com assinatura ilegível. Encaminha correspondências de maio e junho de 1962.

- Carta enviada por Antonieta Banhos à Luíza Távora sem data.

- Bilhete enviado à Luíza Távora por Nícia Marcílio. s/d

- Bilhete enviado à Luíza Távora por Nícia Marcílio. s/d

- Carta de Rocilda Sales Góes à Luiza Távora s/d. Residente em Fortaleza.

- Carta de Lycio Soares à Luiza Távora em 08 mar. 1963

- Carta enviada por Yolette Cabral residente em Fortaleza em 10 abr. 1962

- Carta Resposta de Luiza Távora a Yolette Cabral em 17 abr. 1962.

- Carta enviada por Maria das Dores Pinheiro Mendes à Livino em 27 abr. 1962.

- Carta de Teresinha Torres Nogueira à Luiza Távora em 04 mai. 1962. Residente em Fortaleza.

-- Carta enviada a Luiza Távora por Arialdo Silva em 10 Mai. 1962.

- Carta enviada por Ivone Santos Duarte à Luíza Távora em 12 mai. 1962. Residente em Jaguaribe.

- Carta enviada por Rizete Athayde Maciel à Luíza Távora em 21 mai. 1962. Residente em Pacajus, cidade localizada a 51 km de Fortaleza.

- Carta enviada por José Arialdo R. da Silva à Luiza Távora em 22. Mai. 1962. Residente em São Luís do Curu.

- Carta Resposta enviada por Luíza Távora à Ivone Santos Duarte em 29 mai. 1962

- Carta de Lycio Soares à Luiza Távora em 29 mai. 1962.

- Carta enviada por Luíza Távora a Rizete Maciel em 03 jun. 1962.

- Carta enviada a Virgílio sem remetente em 04 Jun. 1963.

- Carta Resposta enviada por Luiza Távora à Maria das Dores Pinheiro Mendes em 04 jun. 1962.

- Carta Resposta de Luiza Távora à Francisca Eymard Coelho de Araújo em 05 jun. 1962.

- Carta Resposta de Luiza Távora à Marcos Antônio Holanda Costa em 05 jun. 1962.

- Carta Resposta enviada por Luíza Távora à Lycio Soares em 05 jun. 1962.

- Carta de Noélia B. Barbosa à Luiza Távora em 07 jun. 1962. Residente em Fortaleza.

- Carta Resposta enviada por Luíza Távora à Teresinha Torres Nogueira em 18 jun. 1962.

- Carta de Raimunda da Silva Mendonça à Luiza Távora em 02 jul. 1962.

- Carta Resposta de Luiza Távora à Raimunda da Silva Mendonça em 09 jul. 1962.

- Carta de Geraldo Tavares Guimarães à Luiza Távora em 30 out. 1962.
Residente em Fortaleza.

Telegramas:

- Telegrama enviado por Virgílio Távora a Luiza Távora em 13-04-1964.

Fotografias:

- Luíza cumprimentando crianças na Lagoa Funda.

- Visita de Luiza e Virgílio Távora a construção do CEMAPROS Pirambu.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ (APEC). Fundo: Governador Virgílio Távora. Série: Secretaria do Poder Executivo. Sub-série: Secretaria de Trabalho e Ação Social. Data: 1963-1966. Local: Fortaleza-CE; Municípios do Ceará. **Conteúdo:**

- CEARÁ, Governo do Estado do. **Plano de Metas** – Governo Virgílio Távora. PLAMEG 1963-1966. p.1

- CEARÁ, Governo do Estado. **Plano de Bem Estar do Governo do Estado do Ceará**. Fortaleza. 1965. p. 2

- CLUBE DO ADVOGADO. **A Grande Solução**. Fortaleza, 1965

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Regulamento dos CEMAPRO**. Fortaleza, CE, 1963.

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Plano de Ação Social da LBA -1963-1966**

LEGIÃO BRASILEIRA DE ASSISTÊNCIA. **Convênio Legião Brasileira de Assistência** – Comissão Ceará com a Arquidiocese de Fortaleza. 20 Abr. 1965.

Calendário de Inauguração de Realizações do Governo – 3º Aniversário. 1966.

JORNAIS – BIBLIOTECA PÚBLICA MENEZES PIMENTEL

Jornal O Povo

Desde cedo aprendi a amar os desfavorecidos da sorte. **O Povo.** Fortaleza, 04 Abr. 1963, p.1.

BARBOSA, Maura. Coluna Mundanismo. **O Povo.** Fortaleza, 07 Mai. 1963, p. 4.

Padre Horta promete a O POVO: Arrancarei da Presidência da LBA uma verba monstro para o Ceará: Mortalidade infantil. **O Povo**. Fortaleza, 09 Mai. 1963, p.8.

LBA tem Programa e quer cumpri-lo. **O Povo**. Fortaleza, 16 Mai. 1963, p.6

Verbas da LBA são insignificantes para manter postos de puericultura. **O Povo,** Fortaleza. 07 jul. 1963. p. 5

Serão Construídos 12 Centros Maternais Profissionais nos bairro de Fortaleza. **O Povo,** Fortaleza, 05 Out. 1963, p.7.

Virgílio: A crise pode ser contida dentro dos quadros da legalidade. **O Povo**, Fortaleza, 27 Out. 1963. p.1 e 3.

Governo do Estado e L.B.A. serão Papai Noel de doze mil crianças das Paróquias. **O Povo.** Fortaleza, 27 Nov. 1963, p. 1 e 5.

A Sra. Luiza Távora esteve na manhã de ontem na Santa Casa de Misericórdia. **O Povo**, Fortaleza, 23 Jan. 1964, p.6.

Energia de Paulo Afonso continuou a chegar ao Ceará**. O Povo,** Fortaleza, 25 Jan. 1964, p.6.

Concentração Popular. **O Povo**, Fortaleza, 04 Fev. 1964, p.1.

Ação das Autoridades. **O Povo**, Fortaleza, 26 Abr. 1964. p. 1.

24 de maio em Fortaleza. **O Povo,** Fortaleza, 25 Mai. 1964, p.1.

Salvando uma vida. **O Povo,** Fortaleza, 22 Ago. 1964. p.1.

Mensagem de Natal do Governo. Virgílio Távora. **O Povo.** Fortaleza, 24 Dez. 1964, p.1.

Festa da Luz. **O Povo**, Fortaleza, 02 Fev. 1965, p.1.

Patrióticas Manifestações encerraram aniversário da Revolução. **O Povo**, 01 Mai. 1965, p.1.

Governadores criticam USAID. **O Povo**, Fortaleza, 05 Ago. 1965, p.1-2.

VT e Dona Luiza com Raquel de Queiroz em “Não me deixes”. **O Povo**, Fortaleza, 16 Ago. 1965, p.1.

LIMA, Francisco. As Lavadeiras fizeram os Centros Maternais... **O Povo.** Fortaleza, 17 Ago. 1965, p. 10.

Apelo de dona Luiza Távora aos Prefeitos: Ajudem a Santa Casa! **O Povo**, Fortaleza, 19 Nov. 1965, p.2.

ARAGÃO, Ezaclir. Os Centros Maternais. **O Povo.** Coluna por Um, Fortaleza, 01 Abr. 1966, p.4.

D. Luiza Inaugura Centro Social Darcy Vargas. **O Povo.** Fortaleza, 07 Abr. 1966, p.2.

LBA aumenta seu patrimônio com doação de terrenos. **O Povo.** Fortaleza, 14 Mai. 1966, p.3.

Jornal O Nordeste

Virgílio já cuida de organizar seu “Staff”. **O Nordeste,** Fortaleza. 11 out. 1962. p. 8.

Assistência social nos bairros e subúrbios**. O Nordeste**. Fortaleza. 22 Jan. 1963. O Repórter dos Bairros e Subúrbios, p.5.

Parsifal retirou apoio político do PTN ao governo de Virgílio. **O Nordeste**. Fortaleza. 25 mar. 1963, p. 2.

Urbanização dos Bairros Operários (URBO): o maior acontecimento do ano em Fortaleza. **O Nordeste**. Fortaleza, 10 abr. 1963. p. 5 -6

Pirambu receberá hoje “Centro Maternal”. **O Nordeste,** Fortaleza, 14 Nov. 1963, p.1.

PLAMEG em Marcha**. O Nordeste**, Fortaleza, 04 Fev. 1964, p. 1

Milhares de fiéis participaram da Missa de Ontem na Catedral. **O Nordeste,** Fortaleza, 06 Abr. 1964, p. 7

Virgílio assistiu eleição do novo Presidente do Brasil. **O Nordeste,** Fortaleza, 12 Abr. 1964, p.7.

Cearenses em peso compareceram à Marcha da família pela Liberdade. **O Nordeste,** Fortaleza, 17 Abr. 1964, p.11

Dona Luísa entregou fogão à Colônia. **O Nordeste**. Fortaleza, 02 Set. 1964, p. 1

O Parque de Tereza. **O Nordeste**. Fortaleza, 17 Set. 1964, p.1; Sem título. O Nordeste, Fortaleza, 22 Set. 1964, p.1

Jornal O Estado

Assistência Social no Ceará. **O Estado**. 24 Jun. 1959, p. 01.

Assistência Social no Ceará. **O Estado.** Fortaleza. 24 Jun. 1959. p. 1

D. Olga risca cinco anotações do seu "carnet". Objetivos alcançados. **O Estado**. 11 Set. 1959, p. 01

Senhoras cearenses (do Rio) trabalham pelos pobres. **O Estado**. Fortaleza. 15 Set. 1959, p. 01

BIBLIOGRAFIA CITADA

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora:** O Coronel modernizador do Ceará. Tese de doutorado – programa de Pós Graduação em Sociologia, Fortaleza: Universidade Federal do Ceará. 2006

AVELAR, Lúcia. **Mulheres na Elite Política Brasileira.** São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001.

BARREIRA, Irlys. (org.) **Imagens Ritualizadas**. Apresentação de mulheres em cenários eleitorais. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/Funcap/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

BARRETO, Maria Adelaide Fléxa Daltro.**Luíza Távora**, **uma legenda**. Fortaleza: Ed. ABC, 2000.

BOECHAT, Paula. **Terapia familiar**: Mitos, símbolos e arquétipos. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2007.

BOECHAT, Walter (Org). **Mitos e arquétipos do homem contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

BURKE, Peter. **História e Teoria Social.** Trad. Klauss Brandini Gerhardt, Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora UNESP, 2002

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo:** Uma discussão conceitual. Dados – Revista de Ciências Sociais. V. 40 n. 2. Rio de Janeiro, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 1ª Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**; entre práticas e representações. Lisboa, Difel, 1990.

CHARTIER, Roger. **O Mundo como Representação**. Estudos Avançados 11(5), 1991.

CORDEIRO, Janaina Martins. **Femininas e formidáveis:** o público e o privado na militância política da Campanha da Mulher pela Democracia (CAMDE). Revista Gênero, v.8 ,2009. Disponível em http://www.historia.uff.br/nec/sites/default/files/Femininas_e_formidaveis_0.pdf. Acesso em 24 Jul. 2011.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder**. Mulher e Política na Bahia. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia. 1998.

ELIADE, Mircea. **Função dos Mitos**. IN: CLARET, Martin. (org). O Poder do Mito. Coleção O Poder do Poder. São Paulo: Martin Claret, 1996.

ELIADE, Mircea. **Mito e Realidade.** São Paulo: Editora Perspectiva, 1991.

FAORO, R. **Os donos do poder:** formação do patronato político brasileiro. 11. Ed. São Paulo, Globo, 1997.

GOMES, Ângela de Castro Gomes. Cultura Politica e Cultura Histórica no Estado Novo. IN: ABREU, Martha; SOIHET, Rachel; GONTIJO, Rebeca (Orgs.). **Cultura política e leituras do passado:** historiografia e ensino de história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/ FAPERJ, 2007.

GONDIM, Linda M. P. Os “governos das mudanças” (1987-1994). IN: SOUZA, Simone de; GONÇALVES, Adelaide (Orgs)... [et al]; **Uma Nova História do Ceará**. 3ª edição revisada e atual. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/I/Ivana_Guilherme_Simili_42.pdf. Acesso em: 10 mar. 2010.

JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo.** Trad. Maria Luíza Appy, Dora Mariana R. Ferreira da Silva. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto.** 2. ed. São Paulo: A. Omega, 1976.

NUNES, Márcia Vidal. **Imprensa e poder:** O Jornal O Povo" durante os dois governos de Virgílio Távora (1963-1966 e 1979-1982). Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1991.

QUEIROZ, M. I. P. de. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. 2.ed.São Paulo: Alfa- Omega, 1976;

REIS, Elisa Pereira. **Opressão burocrática:** o ponto de vista do cidadão. Revista Estudos Históricos. Rio de Janeiro, V.3, nº 6 (Cultura e Povo).

REMOND, René (org). **Por Uma História política**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

RIBEIRO, Francisco Moreira. **A Reação Política conservadora**: o caso da União pelo Ceará. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

SCOTT, James. Patronazo o explotación. IN: GELLNER, E. y otros. **Patronos y clientes en las sociedades mediterrâneas**, Barcelona: Gedisa, 1986.

SILVA, Gerardo Walmir. **Memória Viva do Pirambu –** O velho Pirambu de Muletas. Fortaleza. s/d.

SIMILI, Ivana Guilherme. **Mulher e Política:** a trajetória da primeira-dama Darcy Vargas (1930-1945). São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil:** de Getúlio a Castelo Branco, 1930-1964. Trad. Ismênia Tunes Dantas. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SOIHET, Rachel... [et al.]. **Mitos, projetos e práticas políticas**: memória e historiografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

TORRES, Iraildes Caldas. **As Primeiras-Damas e a assistência social:** relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

VENÂNCIO, Giselle Martins. **Presentes de papel:** cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Vianna. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, n.28, 2001.

VIDAL, Márcia. **Imprensa e Poder**: o I e II Veterados (1963-1966 e 1979-1982) no jornal O Povo. Fortaleza: Secretaria da cultura e Desporto do Estado do Ceará, 1994.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ARTIÉRES, Philippe. **"Arquivar a própria vida".** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.11, n.21, 1998. Disponibilizado em http://www.cpdoc.fgv.br/revista/ar. . Acesso em 05 Mai. 2008, 09:40.

BARREIRA, Irlys Alencar Firmo. **O Reverso das Vitrines**: conflitos urbanos e cultura política em construção. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. 1992.

BRAGA, Elza Franco e BARREIRA, Irlys Firmo (orgs) – **A Política da escassez:** lutas urbanas e programas governamentais – Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1991.

BURKE, Peter. **A fabricação do rei:** a construção da imagem pública de Luís XIV. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. 2.ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2009

_____. **Testemunha Ocular**: história e imagem. Trad. Vera Maria Xavier dos Santos. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Multidões em cena.** Propaganda política no varguismo e no peronismo. Campinas, SP: Papirus, 1998 – (Coleção Textos do Tempo).

COSTA, A. de O., BRUSCHINI, C. (Org.) **Uma questão de gênero.** Rio de Janeiro: rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

COSTA, A., BRUSCHINI, C. **Rebeldia e submissão:** estudos sobre a condição feminina. São Paulo: Vértice, 1989.

COUTINHO, Maria Lúcia Rocha. **Tecendo por trás dos panos**: a mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

DUCROIT, Ariane. **Classificação de arquivos pessoais e familiares.** Texto apresentado no Seminário Internacional sobre arquivos pessoais, realizado pelo CPDOC / FGV, 1997.

FERREIRA, Jorge. **Trabalhadores do Brasil:** o imaginário do povo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1997.

GARCIA, Maria Madalena A de M Machado. **"Os documentos pessoais no espaço público".** Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol.11, n.21, 1998.

GIRARDET, Raoul. **Mitos e Mitologias Políticas**. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

_____. **O ministro e a sua correspondência**: projeto político e sociabilidade intelectual. In: GOMES, Ângela de Castro (org) Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 13-48, 2000.

_____.(org) **Escrita de si, escrita da História.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GUARESCHI, P. A. & JOVCHELOVITCH, Sandra (orgs.). **Textos em Representações Sociais**. Petrópolis: Vozes. 1994.

GUIMARÃES, Dulce Maria Porto. **O Serviço Social na Associação das Pioneiras Sociais.** Trabalho de conclusão de Curso apresentado á Escola de Serviço Social de Fortaleza. Fortaleza, 1960.

HEYMANN, Luciana. **As obrigações do poder:** relações pessoais e vida pública na correspondência pessoal de Filinto Muller. Rio de Janeiro: PPGAS/MUSEU NACIONAL/UFRJ, 1997.

LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora:** sua época. Fortaleza: Casa José de Alencar / Programa Editorial, 1996.

PARENTE Francisco Josênio Camelo. **A fé e a razão na política:** conservadorismo e modernidade das elites cearenses. Fortaleza: Edições UFC/ Edições UVA, 2000.

_____.**O Ceará dos "coronéis" (1945 a 1986).** In: Uma nova História do Ceará. 3. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

PINSKY, Carla Bassanezi (org**). Fontes Históricas**. São Paulo. Contexto. 2005.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O Coronelismo numa interpretação sociológica**. In: FAUSTO Boris (Ed.), História Geral da Civilização Brasileira – Brasil Republicano. São Paulo: DIFEL, 1975.

SILVA, Fernando Teixeira e COSTA, Hélio da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço dos estudos recentes. In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O Populismo e sua história**: Debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

VENÂNCIO, Giselle Martins. **Presentes de papel:** cultura escrita e sociabilidade na correspondência de Oliveira Viana. Estudos Históricos, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, n. 28 p. 23-47, 2001.